



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Sandro Lessa Andrade

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais

Rio de Janeiro

2022

Sandro Lessa Andrade

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Glaucio José Marafon

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

A553 Andrade, Sandro Lessa.
O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais./ Sandro Lessa
Andrade. – 2022.
146 f. : il.

Orientador: Gláucio José Marafon.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia Humana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Feiras livres – Circuito Carioca de Feiras Orgânicas – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Feiras – Aspectos socioeconômicos – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Produtos orgânicos – Comercialização – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. Espaço urbano – Sustentabilidade – Teses. I. Marafon, Gláucio José. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Instituto de Geografia. IV. Título..

CDU 911.3(815.3)

Bibliotecária responsável: Fernanda Lobo - CRB7/5265

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sandro Lessa Andrade

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 29 de agosto de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Glaucio José Marafon (Orientador)
Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Miguel Angelo Campos Ribeiro
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. José Silvan Borborema Araújo
Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do
Estado do Rio de Janeiro — CECIERJ

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação teve seu início em 2020 e foi atravessada pela pandemia de Covid-19, razão pela qual as aulas foram interrompidas na primeira semana do curso, em março de 2020. Vivenciar este período de grande tensão e incertezas foi uma experiência complexa. Nesse contexto, tive o suporte essencial de pessoas para desempenhar este estudo, as quais agradeço imensamente.

Assim, expresso meu agradecimento ao professor Glaucio José Marafon, que me orientou nessa pesquisa, por sua dedicação e apoio.

À minha mãe, Sandra, pelo exemplo de vida, amor e carinho incondicionais.

À minha esposa Raquel por estar ao meu lado em todos os momentos, fazendo tudo parecer mais simples. E a minha sogra, Dona Eliada, por sempre me tratar com muito carinho.

Aos meus irmãos, Luiza e Philipp, e a minha cunhada Camila, pelo companheirismo e por estarem sempre dispostos a revisarem a escrita e até darem sugestões ao trabalho.

Aos produtores, consumidores e integrantes de instituições ligadas aos temas de base ecológica, que acreditam numa outra forma de cultivo e alimentação. Bem como, pelas contribuições e ensinamentos nas conversas e entrevistas concedidas nesta pesquisa.

Aos professores Miguel Angelo Ribeiro e Silvan Borborema pelas valiosas contribuições na banca de qualificação e por aceitarem fazer parte da banca de defesa desta dissertação.

Ao corpo docente do PPGEIO que contribuiu de forma direta e indireta para a dissertação e, principalmente, para minha formação. Por cada disciplina realizada e pelo enorme desafio que foi a construção coletiva de um mestrado à distância.

Aos amigos que fiz na pós-graduação que compartilharam comigo a experiência de ser a primeira turma a realizar o mestrado de forma inteiramente remota, por causa da pandemia de Covid-19.

Aos companheiros do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), pelas leituras semanais e compartilhamentos de saberes.

Por fim, agradeço a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em especial ao departamento pós-graduação em Geografia (PPGEIO), por toda a estrutura e amparo. É esperançoso observar que a universidade pública, mesmo com todos os desafios e ataques, continua proporcionando aos estudantes um ensino de excelência.

RESUMO

ANDRADE, Sandro Lessa. **O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais**. 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Nas últimas décadas, insatisfações com as formas industriais de produção, distribuição e consumo agroalimentar têm motivado debates sobre a necessidade da construção de processos diferenciados. Tais processos visam abarcar dimensões ambientais e sociais aproximando produtores e consumidores. Assim, a valorização dos recursos naturais, a procura por alimentos de base ecológica e estilos de vida mais sustentáveis podem facilitar a conexão entre esses atores. Nesse contexto, estratégias diferenciadas de comercialização que reduzam a ação de intermediários se mostram capazes de aproximar as duas pontas da cadeia agroalimentar. Posto isto, o presente trabalho objetiva interpretar as interações espaciais, relativas ao processo de comercialização de produtos orgânicos, tendo como exemplo o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, realizado na cidade do Rio de Janeiro, abrangendo o período de 2010 a 2022. O circuito de feiras, a partir de uma rede destinada à venda direta de produtos orgânicos, nasce com o intuito de contribuir para a viabilidade econômica dos produtores, conscientizar a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos e aproximar quem produz de quem consome. O estudo busca como objetivos específicos entender a formação do circuito, identificar os atores envolvidos e estabelecer as dimensões das redes geográficas decorrentes dessas interações. Além disso, esta pesquisa avalia os impactos e estratégias nas feiras durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Para tal, a pesquisa se baseia num amplo levantamento bibliográfico, análise de fontes especializadas, entrevistas, além de trabalhos de campo em feiras visitadas. Formado em 2010, a partir de uma articulação entre diferentes setores, atualmente o circuito conta com 21 feiras distribuídas por diferentes bairros na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um processo de conexão em rede de movimentos, organizações e instituições que interagem espacialmente entre si em torno da temática agroecológica. Essa dinâmica consiste em uma relação próxima entre produtores e consumidores, sempre amparadas e respaldadas por instituições e organizações que realizam a mediação ou auxiliam as partes. Diante dessas motivações e intenções, o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas vem resistindo e existindo como um canal de comercialização curto, pautado em princípios de comércio justo e solidário, abarcando dimensões ambientais, sociais e econômicas nas redes estabelecidas. O circuito vem cumprindo um papel importante de abastecimento de alimentos, promovendo saúde e fazendo circular a economia na cidade e no estado do Rio de Janeiro, acessando e conectando produtores e consumidores.

Palavras-chave: Alternativas de mercado. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Interações espaciais. Produtos orgânicos.

ABSTRACT

ANDRADE, Sandro Lessa. **The Carioca Circuit of Organic Fairs and their spatial interactions**. 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

In recent decades, dissatisfaction with the industrial forms of production, distribution and Agri-Food consumption have motivated debates on the need to build differentiated processes. Such processes aim to encompass environmental and social dimensions, bringing together producers and consumers. Thus, the valorization of natural resources, the search for ecologically based foods and more sustainable lifestyles can facilitate the approximation between these actors. In this context, differentiated marketing strategies that reduce the action of intermediaries are capable of bringing the two ends of the Agri-Food chain closer together. That said, the present work aims to interpret the spatial interactions, related to the process of commercialization of organic products, using as an example the Carioca Circuit of Organic Fairs, held in the city of Rio de Janeiro, covering the period from 2010 to 2022. The fair circuit, based on a network aimed at the direct sale of organic products, was created with the aim of contributing to the economic viability of producers, making society aware of the importance of organic food and bringing those who produce to those who consume them. The study seeks as specific objectives to understand the formation of the circuit, identify the actors involved and establish the dimensions of the geographic networks resulting from these interactions. In addition, this research evaluates the impacts and strategies on fairs during the restrictions imposed by the Covid-19 pandemic. To this end, the research is based on a broad bibliographic survey, analysis of specialized sources, interviews, as well as fieldwork in visited fairs. Created in 2010, from an articulation between different sectors, the circuit currently has 21 fairs distributed in different neighborhoods in the city of Rio de Janeiro. It is a process of network connection of movements, organizations and institutions that interact spatially with each other around the agroecological theme. This dynamic consists of a close relationship between producers and consumers, always supported and supported by institutions and organizations that carry out mediation or help the parties. Faced with these Carioca Circuit of Organic Fairs has been resisting and existing as a short marketing channel, based on principles of fair and solidary trade, encompassing environmental, social and economic dimensions in the established networks. The circuit has been playing an important role in food supply, promoting health and circulating the economy in the city and state of Rio de Janeiro, accessing and connecting producers and consumers.

Keywords: Market alternatives. Carioca Circuit of Organic Fairs. Spatial interactions. Organic products.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mundo: crescimento das terras agrícolas orgânicas e participação orgânica 1999-2019.....	51
Figura 2 –	Os dez países com maiores áreas de terras agrícolas orgânicas - 2019.....	53
Figura 3 –	Países com mais de 10% da área total agricultável destinada à produção orgânica - 2019.....	54
Figura 4 –	Distribuição de produtores orgânicos por continente - 2019.....	54
Figura 5 –	Países com maior número de produtores orgânicos no mundo - 2019...	55
Figura 6 –	Países com os maiores mercados de orgânicos no mundo – 2019.....	55
Figura 7 –	Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – Sisorg.....	64
Figura 8 –	Porcentagem de participação dos mecanismos de qualidade orgânica no Brasil em janeiro de 2022.....	68
Figura 9 –	Mecanismos de avaliação da conformidade orgânica por regiões brasileira em janeiro de 2022.....	69
Figura 10 –	Produtores certificados pela ABIO, por Regiões do Estado do Rio de Janeiro – ano 2021(%)	90
Figura 11 –	Localização espacial das feiras do CCFO.....	95
Figura 12 –	Feira Agroecológica da Ilha do Governador em diferentes anos: imagem A, em 2016, e imagem B, em 2021.....	103
Figura 13 –	Montagem de cestas de produtos agroecológicos na feira da Freguesia.....	105
Figura 14 –	Faixa etária dos produtores/feirantes entrevistados (%)	108
Figura 15 –	Escolaridade dos produtores/feirantes entrevistados nas feiras estudadas do CCFO (%)	109
Figura 16 –	Fatores que motivaram os agricultores a produzir organicamente (%)..	110
Figura 17 –	Feirante/produtor Russo, ao centro; ao lado esquerdo um feirante/funcionário (diarista); e no lado direito Jorge Luiz, feirante/voluntário.....	112
Figura 18 –	Municípios de origem dos produtores que participam do CCFO.....	113

Figura 19 – Consumidores vivenciando o “passeio na roça” organizado pelo grupo GP Brejal, em Petrópolis.....	115
Figura 20 – Faixa etária dos consumidores (%)	117
Figura 21 – Renda familiar dos consumidores entrevistados (%)	117
Figura 22 – Escolaridade dos consumidores entrevistados (%)	118
Figura 23 – Local de preferência para aquisição de produtos orgânicos pelos consumidores.....	119
Figura 24 – Esquema de funcionamento da rede do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Número de produtores e consumidores entrevistados por feira orgânica.....	19
Quadro 2 –	Dimensões de análise das Redes Geográficas.....	39
Quadro 3 –	Área dos estabelecimentos agropecuários (Ha), número de estabelecimentos e tipologia – Unidade da Federação - Rio de Janeiro – Ano 2017.....	81
Quadro 4 –	Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.....	95
Quadro 5 –	Gestoras e feiras administradas no CCFO.....	99
Quadro 6 –	Número de produtores entrevistados por feira orgânica.....	108
Quadro 7 –	Número de consumidores entrevistados por feira orgânica.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Mundo - área agrícola orgânica (incluindo áreas em conversão) e participação do continente na área total mundial destinada (2019)	52
Tabela 2 –	Dados sobre produção orgânica no Brasil e nas grandes regiões – 2006.....	65
Tabela 3 –	Dados sobre produção orgânica no Brasil e nas grandes regiões – 2017.....	66
Tabela 4 –	Número e percentual de produtores cadastrados no CNPO no mês de janeiro de 2022.....	67
Tabela 5 –	Brasil: evolução da agricultura orgânica.....	67
Tabela 6 –	Brasil e grandes regiões: iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas em 2022.....	73
Tabela 7 –	Evolução quantitativa no número de SPG, produtores e municípios credenciados pela ABIO, entre os anos de 2010 e 2017.....	89
Tabela 8 –	Municípios do Estado do Rio de Janeiro com iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas no ano de 2022.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIO	Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AOC	Agricultura Orgânica Controlada
AS-PTA	Associação Agricultura Familiar e Agroecologia
AULA	Associação Universitária Latino Americana
CCFO	Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
COONATURA	Cooperativa dos Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FIBL	Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IFOAM	Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCS	Organização de Controle Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
OAC	Organismo de Avaliação da Conformidade
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEDES	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário
SPG	Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	AS INTERAÇÕES ESPACIAIS DECORRENTES DAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL.....	21
1.1	Transformações no espaço rural brasileiro.....	21
1.2	Formas de produção alternativas ao agronegócio: produções de base agroecológica.....	29
1.3	As “novas” interações espaciais decorrentes das transformações no espaço rural.....	34
1.3.1	<u>Interações espaciais e as redes geográficas.....</u>	34
1.3.2	<u>Circuitos curtos de comercialização.....</u>	41
2	PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	47
2.1	Agricultura orgânica no Mundo: institucionalização, produção e consumo..	48
2.2	Agricultura orgânica no Brasil: regulamentação, produção e consumo.....	59
2.2.1	<u>Regulamentação e certificação no Brasil.....</u>	60
2.2.2	<u>Produção e consumo no Brasil.....</u>	64
3	INTERAÇÕES ESPACIAIS NO CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS.....	76
3.1	Transformações no espaço rural fluminense e a emergência de cultivos de base ecológica.....	77
3.2	O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais.....	92
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com as organizações que gerenciam as feiras do CCFO.....	142
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com produtores que participam das feiras do CCFO.....	143
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com consumidores das feiras do CCFO	145

INTRODUÇÃO

Os padrões de produção e consumo adotados pela sociedade contemporânea são cada vez mais percebidos como impactantes. Há nestas percepções um olhar crítico sobre a produção de alimentos de forma intensiva e a comercialização em grande escala, em especial, devido aos impactos sociais, econômicos e ambientais que têm gerado.

Práticas agropecuárias convencionais e a mundialização do atual sistema agroalimentar, baseado na produção em larga escala de um pequeno número de espécies vegetais e animais, sob a forma de extensas monoculturas e animais confinados, geram insatisfações além de distanciar quem produz de quem consome. Neste sentido, atualmente, a reflexão sobre a possibilidade de construir novas formas de produção e acesso a alimentos se torna um grande desafio.

A valorização dos recursos naturais e a busca por modos de vida mais saudáveis têm despertado a procura por uma alimentação de base ecológica, em que os produtores e os consumidores possam participar ativamente, com maior poder de decisão e retorno econômico. Assim, esforços de aproximação entre as duas pontas da cadeia, a partir de estratégias diferenciadas de comercialização e reinvenção de mercados locais, são alguns desafios para se criar um modelo de consumo de alimento ecologicamente correto (DAROLT, 2013).

Dessa forma, o presente estudo objetiva interpretar as interações espaciais, associadas ao processo de produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos, tendo como exemplo o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), realizado na cidade do Rio de Janeiro, durante o período de 2010, ano de inauguração, a 2022, último ano da pesquisa. Busca-se compreender as motivações, perspectivas e os significados relativos a essas conexões. Segundo Corrêa (1997), as interações espaciais equivalem a um heterogêneo e vasto conjunto de deslocamentos de mercadorias, capitais, pessoas e informações. Entretanto, não devem ser vistas como meros deslocamentos, pois possuem motivações complexas que necessitam de mais análises. Além disso, essas interações são, simultaneamente, sociais e espaciais e constituem redes articuladas entre si.

Sendo assim, a pesquisa possui como propósito dar continuidade a estudos, iniciados no decorrer da graduação, relacionados à produção e comercialização de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro. Na ocasião foram realizados estudos sobre o pioneirismo da produção orgânica na região Serrana Fluminense, além da monografia de curso, apresentada

em 2011, que estudou o papel da Feira Orgânica e Cultural do bairro da Glória, localizada na cidade do Rio de Janeiro, destacando sua relevância como precursora da venda direta de orgânicos na cidade. Naquele momento, constatou-se a potencialidade da feira como canal de proximidade entre produtores e consumidores, além da necessidade de criação de outras feiras para o crescimento da comercialização desse cultivo.

O CCFO tem por objetivo conceber canais de venda direta entre produtores e consumidores, aumentar o acesso da população a alimentos mais saudáveis e ampliar a produção orgânica de base agroecológica no estado do Rio de Janeiro. Darolt (2018) entende que, idealmente, os circuitos curtos requerem a diminuição de intermediários, aproximação geográfica, participação ativa do consumidor e ligação entre quem produz e quem consome.

Para Barros (s/d, p. 1-2), produções em moldes distintos do padrão típico da Revolução Verde são capazes de expressar alterações no elo campo-cidade por meio das mudanças das relações sociais, revalorizando o “espaço rural através da reconversão produtiva, tecnológica, fortalecimento da pequena produção, surgimento de associações, cooperativas e de todo um padrão de qualidade de vida que emerge dessa nova concepção”.

Vale lembrar que as décadas de 1950 a 1970, foram marcadas pelo processo de modernização da agricultura pautado no pacote tecnológico da Revolução Verde. Modelo de produção que buscava aumentar a produtividade através do uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos e maquinários. O governo brasileiro foi o grande incentivador desse projeto a partir da concessão de crédito rural. Entretanto, esse auxílio privilegiava os setores mais capitalizados e a esfera produtiva de commodities voltadas para o mercado internacional (MATTEI, 2014).

Segundo Assis (2003), apesar do processo modernizador conferir à agricultura brasileira um grande dinamismo nos seus componentes estruturais, teve um caráter excludente, elevando a concentração de riquezas e desigualdades regionais no país, além de desequilíbrios ambientais.

Dessa forma, a partir da década de 1980, esse modelo de desenvolvimento passa a ser criticado, pois se mostrava inviável para os pequenos agricultores que não possuíam acesso as formas de financiamento, bem como as duras críticas de movimentos sociais e ambientalistas sobre a nocividade do pacote tecnológico da Revolução Verde ao solo, à água, aos animais e à saúde humana (HESPANHOL, 2008).

Além disso, segundo Moreira (2000), essas complexas condições de produção e de competição no mercado, levaram agricultores a diversificar as fontes de renda familiar.

Muitos recorrem à prática simultânea de atividades rurais e urbanas, como trabalhos em pequenos comércios e no setor de turismo.

Observa-se ainda a busca de associações econômicas e cooperadas para fortalecimento de sua posição nos mercados - as diversas formas de cooperação no comércio, na produção e no processamento industrial e manufaturado; a luta para obter aposentadoria familiar rural; e por fim, a diversificação produtiva e a busca de produções agroecológicas, orgânicas e naturais, estas associadas a nichos de mercado e à onda ambientalista contemporânea (MOREIRA, 2000, p. 49).

Assim, entender a dinâmica do espaço rural contemporâneo se torna um desafio cada vez mais complexo, haja vista as constantes modificações ocorrem. Este espaço tem ganhado novas técnicas, atribuições e competências que traduzem um novo olhar sobre o rural e uma redefinição de suas aptidões. Assim, entender as mudanças em curso no espaço rural brasileiro, segundo Marafon (2011), requer que partamos da concepção que se trata de um ambiente híbrido, com variadas funcionalidades e dinamismos.

É preciso compreender que o meio rural como um local essencialmente agrícola não mais se sustenta. Esse ambiente passa a ser multissetorial e multifuncional com atividades agrícolas e não agrícolas (KAGEYAMA, 2004). Trata-se de um rural contemporâneo marcado por novas atividades, novos valores e sociabilidades mais complexas.

Assim, no período da década de 1980, questões ambientais e sociais passam a fazer parte das discussões sobre o meio rural. As práticas agrícolas e não agrícolas pautadas na relevância do meio ambiente e da paisagem natural, passam a ser valorizadas. De acordo com Alentejano (2005, p. 66), refere-se a um processo de revalorização do espaço rural. Não constituindo um retorno ao antigo rural, mas a formação de “um novo rural e a revitalização demográfica, econômica, política e cultural deste, transformado pelo próprio processo de urbanização e, no caso do Rio de Janeiro, de metropolização” (ALENTEJANO, 2005, p. 66).

Conforme Marafon (2011), esse novo olhar sobre o meio rural está atrelado aos espaços pouco modificados que apresentam a natureza preservada ou com pequenas unidades familiares de produção. Essas áreas passam a desempenhar novas funções relacionadas ao lazer, turismo e segundas residências. Atendendo principalmente às classes média e alta da região metropolitana do estado (ALENTEJANO, 2005). Cabe ressaltar que essas novas funções, incorporadas aos espaços rurais, constituem-se em tendências observadas tanto em escala nacional quanto internacional, sendo na realidade brasileira predominante na faixa econômica mencionada.

Além disso, nesses espaços também se desenvolvem formas de produções alternativas que incorporam aspectos ambientais, em oposição à forma de produção convencional realizada nas médias e grandes propriedades (MARAFON, 2011). Assim, produções de base

ecológicas que possuem uma responsabilidade para além da dimensão produtiva, mostram-se capazes de atender as transformações observadas nesse espaço. Para Medeiros (2017, p. 186), “há uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica”.

Essas produções com princípios ecológicos despontam no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente na Região Serrana, tendo como precursores pessoas oriundas de áreas urbanas em busca de uma vida mais saudável, preocupadas com a alimentação e com dimensões ambientais.

Esses produtores, em 1984, fundam a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Uma das primeiras associações de produtores do país, com o objetivo de dar suporte técnico aos agricultores interessados na conversão para cultivos orgânicos e no apoio à comercialização.

Segundo Fonseca (2013), desde a década de 1980, a oferta de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro busca conexão aos circuitos curtos de comercialização. Em 1988, foi criada a primeira feira de produtos orgânicos em Nova Friburgo; e em 1989, percebendo um potencial mercado consumidor na cidade do Rio de Janeiro, a ABIO inaugura um box de venda na Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), no bairro do Humaitá. Posteriormente, em 1994, surge a Feira Orgânica e Cultural da Glória, a primeira feira específica de produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, esta feira funcionou durante anos de maneira informal por não possuir uma licença fixa pela prefeitura da cidade.

Tentativas de abertura de novos canais de vendas se iniciam no ano de 2006, em um grupo de trabalho coordenado pela ABIO que buscava a legalização de mais feiras na cidade (FONSECA, 2013). Essas negociações culminam na criação do CCFO em 2010. O circuito é formado pela interação de diversos atores como produtores, feirantes, comerciantes, poder público, gestores e associações de moradores que se organizaram entorno de interesses comuns para criar canais de venda direta, aproximando produtores e consumidores num sistema de comercialização mais justo e solidário.

Nesse sentido, estratégias diferenciadas de comercialização que reduzam a ação de intermediários têm o potencial de valorizar o trabalho no campo e fortalecer a relação campo-cidade, aproximando as duas pontas da cadeia agroalimentar. Entretanto, segundo Constang e Darolt (2012), essa aproximação entre produtores e consumidores se torna um grande desafio atual. Os autores lembram que a industrialização da alimentação, juntamente com a modificação dos estilos de vida, provocou um afastamento entre esses dois atores. Isso

contribuiu para uma ampliação da comercialização em circuitos longos e consumo predominante em supermercados, em detrimento das feiras dos produtores.

Entretanto, Cassol e Schneider (2015) ressaltam que temas relativos ao consumo de alimentos e aos significados simbólicos da comida começam a despontar. A busca por modos de vida mais saudáveis e o conhecimento dos problemas ambientais, decorrentes da produção de alimentos com agroquímicos, podem facilitar a reconexão entre as duas pontas da cadeia (CONSTANG e DAROLT, 2012).

Para os mesmos autores, canais de venda direta refletem sistemas de produção mais variados, com propensão a conduzir a propriedade para a multifuncionalidade. Além da produção de alimentos, a propriedade pode ter funções secundárias como turismo e lazer (CONSTANG e DAROLT, 2012).

É nesse contexto de transformações no espaço rural, valorização de dimensões ambientais e qualidade de vida que se procura entender as atuais relações envolvidas nas transações abrangendo cultivos ecológicos entre produtores e consumidores. Assim, além do objetivo geral já mencionado, tem-se como objetivos específicos entender a formação do circuito, identificar os atores envolvidos, estabelecer as redes decorrentes dessas interações, além de avaliar os impactos e as estratégias vivenciados nas feiras durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19¹.

O CCFO, em seu regimento interno (2015, p. 134), caracteriza-se por ser uma “cadeia curta de produção, comercialização e consumo, de base agroecológica, organizado em uma rede de feiras destinadas à venda direta de produtos orgânicos” que nasce com o intuito de contribuir pela viabilidade econômica dos produtores, conscientizar a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos e aproximar quem produz de quem consome.

A partir desse circuito se estimula a relação entre diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo, além de proporcionar a regionalização da rede de produção e

¹ A COVID-19 foi detectada em Wuhan, China, em dezembro de 2019. Com o crescimento no número de casos, óbitos e países afetados, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o evento constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em 30 de janeiro de 2020. No Brasil, a epidemia foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em 3 de fevereiro de 2020. Com a notificação de mais de 110 mil casos e 4 mil óbitos em países de todos os continentes, a OMS declarou a pandemia de COVID-19, em 11 de março de 2020. A elevada infectividade do SARS-CoV-2, agente etiológico da COVID-19, na ausência de imunidade prévia na população humana, bem como de vacina contra este vírus, fez com que o crescimento do número de casos fosse exponencial (GARCIA; DUARTE, 2020). Assim, na ausência de vacina e de remédios específicos para seu combate, foram adotados diferentes modelos de intervenção não-farmacológicas, a saber: quarentena, *lock-down*, distanciamento social e isolamento social. Independente das diferenças entre esses conceitos, o fato é que todos ficaram mais tempo em casa, reduzindo o acesso ao consumo presencial, seja de bens ou de serviços, adotando novos hábitos (LUSTOSA, 2020).

comércio. Por meio da criação de canais de venda direta, o circuito tem a finalidade de assegurar e ampliar a agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro.

Com base nesse entendimento, lança-se algumas questões sobre o objeto de estudo. Primeiramente, é importante esclarecer que o presente caminho de investigação do fenômeno espacial seguirá a lógica da descoberta e não a lógica da verificação. Dessa forma, adota-se um questionamento central já que, em conformidade com Corrêa (2003), não se possui total conhecimento do fenômeno estudado.

Sendo assim, a questão central se fundamenta na indagação de quais são as interações espaciais, decorrentes do processo de comercialização de produtos de base agroecológicas, sobretudo os orgânicos, no CCFO, realizado no município do Rio de Janeiro? Ao longo da elaboração da pesquisa outras subquestões surgirão e deverão ser respondidas, dentre as quais tem-se:

- a) Quem são os atores envolvidos no circuito?
- b) Quais as redes geográficas resultantes dessas interações?
- c) Como as feiras do circuito vivenciaram o período pandêmico?

Nesse sentido, o ponto de partida dos procedimentos para a construção da pesquisa foi uma ampla revisão bibliográfica, fundamentada na leitura de livros, teses, dissertações, artigos e documentos que abordam a temática em questão, visando a construção dos pilares teóricos que nortearam a pesquisa. Esta base conceitual foi desenvolvida a partir dos entendimentos dos conceitos de interações espaciais e redes geográficas (CORRÊA, 1997; 2005; 2011), agricultura orgânica e agroecologia (ALTIERI, 1998; CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ASSIS, 2005) e circuitos curtos de comercialização (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000, DAROLT; CONSTANTY, 2012; DAROLT, 2013). Vale destacar que o tempo de fechamento das bibliotecas nas universidades, entre os anos de 2020 a 2021, em razão da pandemia da Covid-19, dificultou o acesso a livros que não estavam disponíveis na internet.

Além disso, a operacionalização se baseou em fontes especializadas como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária (PESAGRO-RIO), além de dados de organizações e associações de agricultores de base agroecológica.

O trabalho de campo foi realizado em seis das vinte e uma feiras que compõem o circuito, entre os meses de março a maio de 2022. O critério de escolha se baseou em visitar pelo menos uma feira de cada gestora. Dessa forma, visitou-se as feiras dos bairros da Glória, Tijuca e Olaria, gerenciadas pela ABIO; feira de Botafogo, organizada pela Essência Vital;

feira de Jacarepaguá, pela Associação Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA); e feira da Ilha do Governador, comandada pela Associação Universitária Latino Americana (AULA).

Nas visitas às feiras, buscou-se dados a partir de entrevistas e questionários semiestruturados aos diferentes atores que fazem parte do CCFO: gestores, produtores/feirantes e consumidores. Segundo Lima e Moreira (2015, p. 40), a principal característica desse método é a elaboração de “questões fechadas e abertas, não previamente codificadas, na qual o entrevistado discorre livremente sobre o tema proposto ou sobre uma questão formulada. A técnica possibilita que outras questões possam ser formuladas”.

Nas indagações aos gestores, que ocorreram com um representante de cada organização, perseguiu-se informações sobre: organização das feiras; avaliação do circuito nos aspectos sociais e econômicos; principais empecilhos; além de entender os impactos e estratégias vivenciadas nas feiras durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Nas interlocuções com produtores/feirantes, escolhidos de forma aleatória, foram realizadas 28 entrevistas entre os meses de março a maio de 2022, em seis feiras do CCFO. As feiras com maior número de licenças para feirantes foram as que receberam um maior número de entrevistas. As questões buscaram caracterizar o perfil dos produtores (faixa etária e escolaridade), motivações para produzirem orgânicos e temas referentes à comercialização e singularidade das feiras.

Além disso, neste mesmo período, dialogamos com 70 consumidores, escolhidos de forma aleatória, nas mesmas feiras visitadas. O critério estabelecido para o número de entrevistas também foi relativo ao número de produtores licenciados nas feiras. Notou-se que a quantidade de produtores estava relacionada a maior variedade de produtos e consequentemente maior número de frequentadores nas feiras. As entrevistas buscaram caracterizar o perfil dos consumidores, quanto à faixa etária, renda média, escolaridade e bairro de residência. Outras perguntas procuraram captar as motivações para o consumo de orgânicos: o entendimento sobre o que seja um produto orgânico; as dificuldades para aquisição desses produtos; as preferências de locais de compras; a frequência de consumo; bem como se a certificação dos produtos é considerada fator primordial para o consumo (Quadro 1).

Quadro 1 - Número de produtores e consumidores entrevistados por feira orgânica

Gestoras	Feiras Orgânicas	Nº de licenças	Nº de barracas	Nº de produtores entrevistados	Nº de consumidores entrevistados
ABIO	Glória	14	30	10	15
	Tijuca	11	26	7	15
	Olaria	3	8	2	10
AS-PTA	Freguesia	5	6	4	10
Essência Vital	Botafogo	3	9	2	10
AULA	Ilha do Governador	2	3	2	10

Fonte: O autor, 2022.

Portanto, a pesquisa teve como procedimentos operacionais a análise de fontes primárias e secundárias tendo um cunho qualitativo, uma vez que se busca a compreensão e interpretação dos dados coletados. Ao concordar com Patias e Hohendorff (2019), quando ressaltam os cuidados referentes ao controle da subjetividade neste tipo de pesquisa, seguiu-se as orientações dos autores quanto às formas de manejo da subjetividade. Portanto, foi mantido um diário de campo com anotações sobre o processo de pesquisa e, posteriormente, apresentadas as interpretações das entrevistas e dados coletados ao grupo pesquisado.

Dito isto, a pesquisa tem sua justificativa fundamentada na importância socioambiental, abarcada em cultivos de base agroecológicos e no papel que as redes alternativas de comercialização possuem no fortalecimento da agricultura familiar e resistência às formas hegemônicas de produção, distribuição e consumo alimentar. Além da já mencionada motivação pessoal em ampliar a pesquisa iniciada na graduação.

A viabilidade dessa relação é representada pela maior demanda desses produtos por cidadãos, atrelada às oportunidades e interesses dos trabalhadores do campo em se manterem empregados neste espaço, haja vista que cultivos ecológicos se mostram mais adequados para agricultores familiares.

Sendo assim, a dissertação está estruturada nas seguintes etapas: o primeiro capítulo apresenta as transformações no espaço rural brasileiro, entendendo o processo de modernização agrícola e suas consequências socioambientais. Além disso, identifica-se as novas funções surgidas no espaço rural contemporâneo, marcado pela sua multifuncionalidade com atividades agrícolas e não agrícolas. Também neste capítulo se expõe os movimentos de oposição ao padrão agrícola moderno e as formas alternativas de produção de base agroecológicas. Finalizando o primeiro capítulo, analisa-se as “novas” interações espaciais

resultantes de diferentes formas de conexão entre produtores e consumidores a partir de circuitos curtos de comercialização.

No segundo capítulo, realiza-se uma análise atual sobre a regulamentação, produção e consumo da agricultura orgânica no Brasil e no mundo, entendendo as particularidades e desafios. Além disso, esforça-se numa ponderação, mesmo que incipiente, sobre os impactos causados pela pandemia do coronavírus.

No terceiro e último capítulo, aborda-se, inicialmente, as transformações no espaço rural fluminense e a emergência de cultivos de base ecológicos. Na sequência, analisa-se as interações espaciais relacionadas ao CCFO, descrevendo sua formação, os atores que garantem sua existência, interpretação das dimensões da rede geográfica resultante das interações e avaliação do período pandêmico.

Por fim, são apresentadas as considerações finais com algumas conclusões gerais sobre o trabalho.

1 AS INTERAÇÕES ESPACIAIS DECORRENTES DAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

Neste capítulo, analisa-se as interações espaciais decorrentes das transformações no espaço rural brasileiro. No primeiro momento, discute-se o processo de tecnificação agrícola durante os anos de 1950 a 1970, entendendo o macroprojeto de modernização. Na sequência, ainda na primeira parte, compreende-se as mudanças desencadeadas nas décadas de 1980 e 1990, relativas aos questionamentos socioambientais, referentes a esse modelo de produção, com mudanças na percepção do espaço rural e o reconhecimento da agricultura familiar.

Na segunda parte do capítulo, aborda-se como surgiram os movimentos de agricultura alternativos ao modelo da atualmente chamada agricultura moderna e como estes foram progressivamente se apresentando como opção de sustentabilidade para a agricultura. Analisa-se também o conceito de agroecologia e agricultura orgânica.

Finalizando o capítulo, expõe-se as “novas” interações espaciais, decorrentes das transformações no espaço rural. O processo de revalorização do espaço rural, seja como área de moradia, seja como área de lazer, turismo, como lócus de uma produção com princípios ecológicos ou nas relações comerciais dos produtos do campo, são fatores que motivaram as “novas” interações espaciais entre o campo e a cidade. Assim, para tal compreensão, usou-se dos conceitos de interações espaciais e redes geográficas (CORRÊA, 1997; 2005; 2011), além da compreensão conceitual dos circuitos curtos de comercialização (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000, DAROLT; CONSTANTY, 2012; DAROLT, 2013).

1.1 Transformações no espaço rural brasileiro

Entender as modificações que estão em processo no espaço rural brasileiro requer que se analise o processo histórico de constituição, enquanto espaço de produção e reprodução social de sua população (ELESBÃO, 2007). Ao longo da história a função principal desse espaço sempre esteve atrelada à esfera produtiva. Entretanto, segundo Kageyama (2004), entender este espaço como essencialmente agrícola não se sustenta mais.

[...] as mudanças observadas no espaço rural dos países desenvolvidos passam também a ser detectadas no rural brasileiro, que hoje é estudado à luz dessas transformações, ampliando o enfoque, que outrora recaía somente sobre a produção

de alimentos e matérias-primas, para considerar também a relação com atividades não agrícolas (ELESBÃO, 2007, p. 48).

Esse espaço passa a ser multissetorial e multifuncional com atividades agrícolas e não agrícolas, um rural marcado por novas atividades e sociabilidades mais complexas (KAGEYAMA, 2004). Trata-se, segundo Alentejano (2005), de um processo de revalorização do espaço rural que se demonstra no crescimento de atividades de lazer em áreas rurais, na expansão do ecoturismo, conversão de áreas agrícolas em área de veraneio e segunda residência, como também, no desenvolvimento de formas de produção alternativas que incorporem crescentemente a dimensão ambiental, respeitando a diversidade dos ecossistemas, em oposição ao modelo homogeneizador da Revolução Verde.

Assim, no intuito de assimilar as transformações observadas no espaço rural brasileiro, debruça-se sobre o processo de tecnificação agrícola de 1950 a 1970, considerado por Delgado (1985), como o período do macroprojeto do Estado brasileiro de modernização econômica. E em seguida é possível compreender as mudanças desencadeadas nas décadas de 1980 e 1990 com o processo de revalorização do espaço rural e o reconhecimento da agricultura familiar.

Segundo Elias (2002, p. 23), “o processo de globalização da economia provocou mudanças profundas ao processo produtivo associado à atividade agropecuária”. Com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação sua base técnica foi reformulada, derivando “um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola”.

No Brasil, é nas décadas de 1950 a 1970 que se desenvolve o processo de modernização agrícola, conhecido como Revolução Verde, que tinha o propósito de intensificar a produtividade a partir da aplicação de sementes aprimoradas, mecanização, uso de insumos químicos e biotecnológicos (ELESBÃO, 2007).

Delgado (1985), propondo-se a realizar uma periodização da difusão das inovações tecnológicas na agricultura no Brasil, destaca três momentos. O primeiro na década de 1950, caracterizado por um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na implementação de meios de produção industriais, marcado pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), os três nutrientes principais para as plantas, também chamados macronutrientes. Graziano da Silva (1998), considera esse período como o início da modernização da agricultura, que embora considerável, era limitado, devido à dependência de importação dos elementos de sua nova base técnica.

O segundo momento, em meados de 1960, é o da “industrialização dos processos de produção rural propriamente com a implantação dos setores industriais de bens de produção e

de insumos básicos para a agricultura, e o favorecimento financeiro pelo Estado” (DELGADO, 1985, p. 34). Nessa década, em pleno período da ditadura militar, percebe-se, com mais intensidade, a intervenção do Estado no processo de modernização da agricultura e da entrada do capital no campo (GONÇALVES NETO, 1997). Nessa ocasião “os interesses da tríplice aliança formado pelo Estado, grandes empresas de capital nacional e internacional foram fundamentais para a consolidação desse processo” (HESPANHOL, 2008, p. 119).

Vale ressaltar, segundo Hespanhol (2008), que neste momento, o Estado brasileiro dava o suporte necessário para a modernização agrícola e penetração do capital no campo pelo Estatuto dos Trabalhadores Rurais (1963), Estatuto da Terra (1964) e a concessão de crédito subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965).

Configura-se, para Elias (2002), a fase em que a agricultura passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais. Delgado (1998), considera o final dos anos 60 como sendo o marco da constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI). Este é o momento da industrialização da agricultura, agricultura articulada com ramos industriais a montante e a jusante, ramos estes instalados no país (MARAFON, 1998).

Segundo Marafon (1998, p. 9):

[...] a constituição do Complexo Agroindustrial em nosso país envolveu a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e a modernização e expansão do sistema agroindustrial que foi regulamentada através das políticas estatais (políticas de fomento agrícola).

Já o terceiro momento, em meados da década de 1970, é compreendido por Delgado (1985) como o processo de integração de capitais intersetoriais entre agricultura-indústria.

Essa integração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realize com o suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital (p. 44).

Diante das inovações observadas na agricultura brasileira, Elias (2002, p. 27) pontua que: “embora a modernização da agropecuária tenha assumido expressão concreta em áreas espacialmente restritas, acabaram contingenciando as condições gerais da produção agropecuária do país”. Nesse contexto, a aproximação entre agropecuária e indústria, que passa a existir a partir do processo de modernização, modifica fortemente as relações socioeconômicas no campo (ELESBÃO, 2007).

Assim, o processo de modernização, realizado neste período, se consolidou com intensa diferenciação. Isto é, com exclusão de grupos sociais e regiões econômicas

(DELGADO, 1998). Ademais, deve-se destacar a concentração espacial do projeto modernizante, abrangendo essencialmente os estados do Centro-Sul brasileiro.

Apesar do processo de modernização ter proporcionado à agricultura brasileira um grande dinamismo nos seus componentes estruturais, ele teve um caráter excludente, aumentando a concentração de riquezas e disparidades regionais no país além de desequilíbrios e comprometimento dos ganhos de produtividade (ASSIS, 2005, p. 70).

Dessa forma, Elesbão (2007) considera que o modelo de modernização da agricultura dividiu os produtores em dois grupos muito desiguais no Brasil: os grandes produtores capitalizados que conseguiram acompanhar esse processo e os pequenos produtores descapitalizados que foram excluídos da modernização capitalista do campo. Assim, para Graziano da Silva (1999, p.59): “o caminho da tecnificação coloca, necessariamente os pequenos produtores na concorrência intercapitalista, tanto no mercado de produtos como no de insumo”.

Vale lembrar, segundo Mattei (2014, p. 71), que durante esse processo de modernização:

[...] as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtivas das commodities voltadas ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifúndios, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da agricultura familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro de produção.

Essa acentuada modernização do setor produtivo levou a uma intensa liberação de trabalhadores que foram expulsos da agropecuária e forçados a procurar ocupação na indústria e no setor de serviços. Muitos se tornaram trabalhadores temporários. Além disso, segundo Hespanhol (2008, p. 120), é necessário ressaltar que:

[...] parcela significativa desses trabalhadores, ao não ser absorvida pelo mercado de trabalho urbano ou ficar desempregado ao ser substituída por máquinas nas atividades agrícolas, passou a se organizar em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reivindicando o acesso à terra por meio da realização da reforma agrária.

Assim, atrelado ao processo modernizante do campo e a não inclusão dos pequenos produtores descapitalizados, observou-se a significativa migração campo-cidade, realizada nas décadas de 1960 e 1970 Período marcado por um êxodo rural intenso em direção, principalmente, às grandes cidades que acarretou uma série de problemas na sua expansão (ELESBÃO, 2007). Além das implicações sociais provocadas pela modernização agrícola, percebeu-se também a gravidade dos problemas ambientais, provenientes da compactação do solo, em razão da intensa mecanização das atividades agropecuárias e da utilização acentuada de agrotóxicos (HESPANHOL, 2008).

Nesse contexto, a partir dos anos 1980, esse processo de modernização começou a ser questionado, pois se mostrou extremamente maléfico, em especial para os países subdesenvolvidos, onde a industrialização da agricultura determinou crescimento de problemas de degradação ambiental, além do aumento no fosso entre agricultores ricos e pobres (ASSIS, 2003).

Conforme Hespanhol (2008, p. 120-121), nesse período o padrão modernizante da política agrária brasileira chega a seu esgotamento:

o Estado brasileiro, grande financiador de todo o processo de modernização por meio do estabelecimento de políticas agrícolas e da disponibilização de recursos financeiros, passou a enfrentar uma grave crise fiscal, tornando-se incapaz de continuar subsidiando todo esse movimento. A agricultura convencional, grande absorvedora de máquinas, implementos e insumos químicos, começou a ser duramente criticada pelos movimentos sociais e ambientalistas, os quais passaram a demonstrar a nocividade do pacote tecnológico da Revolução Verde ao solo, à água, à atmosfera, aos animais e à própria saúde e bem-estar do homem.

Vale lembrar que as elevações de custos, relacionadas às crises do petróleo nos anos 1970, desdobraram-se na agricultura brasileira como um processo de elevação de custos do pacote tecnológico da Revolução Verde. A crise financeira obrigou a uma redução significativa dos subsídios de crédito rural. Nesse contexto, de crise financeira e críticas ao modelo agrícola convencional, salienta-se que essas questões, em suas perspectivas ambientalistas e sociais produziram (MOREIRA, 2007):

[...] possibilidades de novos modelos produtivos – agroecológicos, produção orgânica, produção natural etc. – com perspectiva biossistêmica e de diversidade produtiva. Para boa parte dos analistas, estes modelos produtivos alternativos garantiriam uma vantagem comparativa às formas de agricultura familiar, em relação às empresariais. Estas eram exigentes e dependentes daquele pacote tecnológico. A especificidade do trabalho familiar, o conhecimento das condições biossistêmicas locais próprias desses agricultores e a escassez de recursos financeiros que possuem, ou tem acesso, são considerados como elementos positivos à aplicação de novas práticas produtivas – todas elas vinculadas a um saber camponês que se foi renegado como atrasado no período da Revolução Verde (MOREIRA, 2007, p. 47).

Assim, de acordo com Finatto (2010), o momento econômico da década de 1980, associado às pressões dos movimentos sociais, entidades de classe vinculadas à agricultura e agentes políticos colaboraram para que se gerasse modificações nas políticas governamentais, procurando maior espaço para a agricultura familiar.

A década de 1990 se inicia com problemas semelhantes aos da década de 1970, ou seja, com problemas fundiários e falta de apoio ao pequeno agricultor. Entretanto, segundo Neumann, Fajardo e Marin (2017), o momento histórico é outro, pois a constituição de 1988 concretiza mudanças político-institucionais.

Tais mudanças exigem a necessidade de compreender a descentralização do Estado como uma redistribuição de poder e de recursos, responsabilidades e espaços de

decisão. A sociedade civil ganha destaque com a reforma do Estado, onde sua participação na criação e supervisão de políticas públicas ganha em importância, ou seja, o Estado transfere parcelas de seu poder/ responsabilidades para a sociedade civil (NEUMANN; FAJARDO; MARIN, 2017, p. 198).

Ainda, segundo os mesmos autores, a década de 1990 é caracterizada pelo “processo de globalização financeira, de industrialização flexível, desregulamentações de mercados, investimentos e desinvestimentos” (p. 199).

Além disso, segundo Mattei (2014), até aquele momento, o Estado brasileiro nunca tinha direcionado uma política com abrangência nacional para o segmento da agricultura familiar. No entanto, em 1996, este setor recebe uma atenção institucional com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF², atendendo uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais.

Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implementação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores (MATTEI, 2014, p. 71).

Neumann, Fajardo e Marin (2017), ressaltam que o PRONAF tinha como objetivo consolidar a agricultura familiar. Entretanto, a assistência se limitava à produtividade agrícola, não incorporando outras políticas mais abrangentes no espaço rural.

Vale lembrar que, mesmo a agricultura familiar ganhando atenção do Estado brasileiro, os incentivos à agricultura capitalista não foram reduzidos. “As transformações ocasionadas no campo brasileiro refletem a intrínseca ligação entre a lógica do capital e a lógica das políticas públicas executadas” (FINATTO, 2010, p. 14).

Outra mudança que ganha notoriedade neste período é a maneira como se observar o espaço rural. Segundo Elesbão (2007, p. 58), olhar para o rural contemporâneo requer que se considere a diversidade. “A visão simplista do rural como agrícola vai ficando totalmente superada, pelo menos como campo de análise, já que novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução das famílias que habitam esse espaço”.

Assim, a incorporação de atividade não-agrícolas vem se intensificando no espaço rural. Esse espaço passa a ser compreendido por sociabilidades mais complexas que ativa novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e, até mesmo transnacionais (MOREIRA, 2007).

² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores, aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar. O programa desenvolve o financiamento para custeio e investimento em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhoria do uso da mão de obra familiar (BNDS, 2021).

No processo de revalorização do mundo rural, as redes sociais, as mais variadas, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção) e tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais diversos – como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e às culturas popular e tradicional -, bem como à dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem – podendo mesmo reverter – o processo de migração rural-urbana e estão ligados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (MOREIRA, 2007, p. 75).

Desse modo, para Ferrão (2000), extinguem-se dois elementos seculares ligados ao espaço rural: seu papel fundamental não tem que ser obrigatoriamente a produção de alimentos, tampouco sua atividade principal a agrícola. A ideia de patrimônio passa a balizar a dimensão não agrícola dessa construção social. O autor destaca três tendências que convergem nesse sentido: movimentos de conservação e proteção da natureza; valorização de memórias e identidades na procura de autenticidades; e as novas práticas de consumo, decorrentes da mercantilização das paisagens.

Dessa forma o espaço rural não é mais percebido como suporte de atividades econômicas ligadas unicamente ao cultivo da terra, visto que o turismo, o lazer e as segundas residências conseguem expressividade nesse espaço (TEIXEIRA; LAGES, 1997). Ganha vivacidade a ideia do rural idílico alusivo ao imaginário da tranquilidade e de virtudes simples, em oposição à agitação e poluição das áreas urbanas. Essa imagem, que segundo Woods (2010) sempre esteve ligada ao espaço rural, ganha valor num momento de intensificação da urbanização e industrialização. A atração do idílio rural se torna um impulsor da venda do turismo rural. Entretanto, como “paisagens rurais e estilos de vida muitas vezes não conseguem fazer jus à imagem do idílio rural, eles precisam ser modificados para atender às expectativas de investidores e clientes” (p. 22).

Ao corroborar com o mesmo entendimento, Marafon (2017) complementa:

na atualidade, com a (re)valorização da natureza, com o retorno de pessoas para áreas rurais, esses territórios passaram a ser alvo de atenção e a merecer uma visão não mais setorial, mas territorial. Em outras palavras, busca-se uma forma de promover o desenvolvimento sob a ótica do território, a fim de romper com a visão setorial até então dominante e com um perfil mais adequado ao período pós-fordista. Reafirma-se a revalorização de temas associados à produção familiar, à conservação ambiental, às estratégias de sobrevivência dos produtores rurais, à busca pelas múltiplas funções do espaço rural e à proliferação de atividades não agrícolas (p. 106).

Assim, a partir desse entendimento, Rua (2006) e Marafon (2011) ressaltam que definir o espaço rural contemporâneo se torna um desafio complexo, pois passa a incorporar variadas funcionalidades e dinamismos, tornando-se um ambiente híbrido. Segundo Kageyama (2004, p. 382), apesar da complexidade para a descrição do espaço rural atual, existem alguns consensos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial [pluriatividade] e multifuncional [funções produtiva, ambiental, ecológica, social]; c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Atrelado ao movimento de valorização ambiental, Woods (2010) relata o avanço de movimentos de contestação sobre os impactos ambientais da agricultura intensiva, bem-estar animal e qualidade dos alimentos. Essa mobilização ficou conhecida pelo conceito de agricultura multifuncional, que não se restringia apenas a produção de alimentos, mas a valores ambientais e sociais. Conforme o autor, pensar a multifuncionalidade significa repensar o sentido e o propósito do espaço rural. É preciso, contudo, ressaltar que, apesar do fundamento da multifuncionalidade agrícola ser pautada no afastamento da lógica produtivista, isso não aconteceu.

Os regimes agrícolas multifuncionais ainda estão centrados na exploração da terra através da agricultura e ainda estão localizados dentro de um paradigma capitalista ao exigir a comoditização de bens e benefícios agrícolas. Além disso, eles também reconhecem a importância contínua das práticas agrícolas produtivistas, permitindo e priorizando a agricultura industrializada para produção em massa, onde isso pode ser apoiado pelo mercado. Onde a multifuncionalidade difere das abordagens anteriores, está a questão do que acontece com as fazendas que não podem ser viáveis de sustentar através do livre mercado de produtos agrícolas. A multifuncionalidade reconhece que essas fazendas têm um valor para o campo além da produção de bens para o mercado de massa e busca permitir que essas funções mais amplas sejam valorizadas para alcançar a sustentabilidade econômica (WOODS, 2010, p. 81-82, tradução nossa).

Essas funções, para o mesmo autor (2010), podem estar ligadas ao cultivo de alimentos orgânicos e especialidades locais ou exploração das terras agrícolas por atividades turísticas e recreativas.

[...] Dessa maneira, a transição para regimes agrícolas multifuncionais pode ser posicionada como parte da mudança mais ampla da economia global dos regimes fordistas para os regimes pós-fordistas, da produção e padronização em massa à especialização e ao desenvolvimento de nichos de mercado (POTTER; TILZEY, 2005 *apud* WOODS, 2010, p. 82-83, tradução nossa).

Essas novas funções no espaço rural fazem com que áreas que haviam sido classificadas como decadentes passem a exercer novos papéis e a estabelecer novas relações

com setores urbanos (KAGEYAMA, 2004). A cidade passa a se voltar para o campo seja através do deslocamento físico, promovido pela facilidade de acesso a veículos motorizados e pela expansão dos sistemas viários; seja através da veiculação e intercomunicação de valores e símbolos pertencentes a universos culturais distintos (CARNEIRO, 2012).

Assim, nas últimas décadas, o fenômeno do turismo e as habitações de segunda residência vêm se destacando como importantes dinamizadores econômicos no Brasil. Além disso, a busca por modos de vida mais próximos da natureza passou a deslocar residentes de áreas urbanas para áreas rurais. Esses atuais residentes, conhecidos como neorurais, passam a trabalhar em atividades não agrícolas, como também, desenvolvem atividades agrícolas, pautadas em princípios ecológicos. Essa categoria de agricultores, quando observado especificamente no estado do Rio de Janeiro, estabelecem-se, inicialmente, em municípios da região Serrana Fluminense, local pioneiro na produção de base agroecológica no estado.

1.2 Formas de produção alternativas ao agronegócio: produções de base agroecológica

Desde o início do século XX, busca-se estabelecer modelos de agricultura menos hostis ao meio ambiente. Esses cultivos alternativos surgem em diferentes países e com diversas denominações: orgânica, biodinâmica, biológica, natural, ecológica, permacultura entre outras. Cada uma delas seguindo princípios e normas de acordo com as correntes a que estão inseridas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

À medida que os danos da agricultura química e mecanizada passaram a ser identificados com maior frequência, a partir da década de 1970, essas correntes, que ainda estavam marginalizadas, alcançam uma maior expressividade mundial (ASSIS, 2005).

Estes movimentos contrapõem-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados e a deterioração da base social da produção de alimentos, ao mesmo tempo tem na (re)valorização do conhecimento tradicional a base para a evolução dos processos tecnológicos utilizados. Para estes, a solução não está em alternativas parciais, mas no redesenho dos sistemas de produção, com o reconhecimento da importância de diferentes interações ecológicas no processo de produção agrícola, de forma a minimizar a necessidade de insumos externos ao agroecossistema (ASSIS, 2005, p. 7).

Para Darolt (s/d) e Penteado (2001), a agricultura orgânica de hoje representa a fusão de diferentes movimentos ou correntes alternativas ao modelo convencional que surgem na Europa, no início da década de 1920. Os autores agrupam o movimento orgânico em quatro grandes vertentes: agricultura biodinâmica, orgânica, biológica e natural.

A agricultura biodinâmica, criada a partir do filósofo austríaco Rudolf Steiner, surge em 1924 na Alemanha. Segundo Costa e Campanhola (1997), citados por Campanhola e Valarini (2001), sua singularidade está atrelada à utilização de preparos biodinâmicos, produtos dinamizados segundo os princípios da homeopatia, os quais são aplicados no solo, nas plantas e no processo de compostagem. Além disso, seus princípios básicos são fundamentados na ciência espiritual da antroposofia³, que a atribui intenso foco filosófico e espiritual. Nesse cultivo, a utilização de alguns preparos do solo é referenciada em perspectivas energéticas e em conformidade com o calendário astral (DAROLT, s/d).

Relaciona-se com as demais correntes de agricultura não industrial no que diz respeito à diversificação e integração das diferentes atividades da unidade de produção, à reciclagem de resíduos vegetais e animais e ao uso de adubos de baixa solubilidade e com baixa concentração de nutrientes (ASSIS, 2005, p. 15).

Também no início da década de 1920, o agrônomo inglês Sir Albert Howard, considerado o fundador da agricultura orgânica, em pesquisas realizadas na Índia, teve contato com um modelo de cultivo que não estava assentado na manutenção de níveis elevados de matéria orgânica no solo (ASSIS, 2005).

Um dos princípios básicos defendidos por Howard era o não uso de adubos artificiais e, particularmente, de adubos químicos minerais. Em suas obras destacava a importância do uso da matéria orgânica na melhoria da fertilidade e vida do solo. Desenvolveu através de observação dos Hindus, o método de compostagem denominado Indor, metodologia utilizada até hoje nos processos de compostagem (PENTEADO, 2001, p. 10).

Na década de 1930, outra corrente, frente à agricultura industrial, é iniciada na Suíça e teve como precursor o biólogo e político Dr. Hans Peter Müller que, a partir de estudos sobre fertilidade de solo e microbiologia, iniciou a agricultura organo-biológica (PENTEADO, 2001; ASSIS, 2005). Segundo Assis (2005, p. 16), essa agricultura não industrial surge fundamentada em “forte cunho socioeconômico e político, preocupando-se com questões relacionadas à autonomia do produtor e a comercialização direta”. Na década de 1960, essa corrente ganha mais notoriedade e passa a ser conhecida como agricultura biológica. Suas normas de produção e comercialização são iguais às da agricultura orgânica.

Outro movimento diverso da agricultura industrial desponta no Japão em meados da década de 1930. Conhecida como agricultura natural, tal corrente tem suas raízes motivadas em forte cunho filosófico e ao princípio da purificação pelo respeito à natureza. Tem como criador o filósofo Mokiti Okada que estabelecia uma religião pautada no princípio da

³ A Antroposofia é uma ciência espiritual, como uma ciência do espírito, assim como a ciência natural se entende como uma ciência da natureza. A ciência espiritual dirige sua visão ao mundo a partir de fatos suprassensíveis (KLETT, 1999 *apud* CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

purificação (PENTEADO, 2001; DAROLT, s/d). Para ASSIS (2005, p. 17) esta corrente é definida como:

[...] um sistema de exploração agrícola que se fundamenta no emprego de tecnologias que procuram tirar o máximo proveito da natureza, isto é, da ecologia e dos recursos naturais locais. Em outras palavras, as técnicas de cultivo de agricultura natural fundamentam-se no método natural de formação do solo, contando com a força da natureza e com todos os conhecimentos técnicos científicos adquiridos ao longo da evolução humana. Assim, preconiza-se na agricultura natural, a adoção de um sistema de exploração agrícola que venha acelerar o processo de reversão do solo desgastado.

Entretanto, só na década de 1970, após efetivas constatações de que a agricultura industrial acarretava sérios problemas ambientais, energéticos e econômicos, as correntes não industriais de cultivos começam a ser valorizadas. Neste momento, o termo agricultura alternativa desponta como unificador do conjunto dessas diferentes correntes (DAROLT, s/d; ASSIS, 2005). Assim, a partir do final dos anos 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para as diferentes correntes da agricultura não industrial, surge o termo agroecologia, que não deve ser entendido como uma prática agrícola (ASSIS, 2005).

Vale destacar, segundo Caporal e Costabeber (2002), que as correntes, ditas como alternativas, não foram capazes de oferecer as respostas necessárias para problemas socioambientais, resultantes do modelo convencional de agricultura. Para os mesmos autores, a agroecologia corresponde, fundamentalmente, a um enfoque científico, uma ciência ou um conjunto de conhecimentos multidisciplinares que orienta tanto para a apreciação crítica do modelo convencional de agricultura, como também para nortear o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, no aspecto da sustentabilidade.

Para Altieri (1998, p. 10), trata-se de uma nova abordagem que agrega “os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”. Ao corroborar com o mesmo entendimento, Assis (2005, p. 21) entende que, a agroecologia busca recuperar perante “novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura industrial, como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável”.

De acordo com Altieri (1998, p. 10), a expressão “agricultura sustentável” se refere, genericamente, a:

[...] um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um padrão tecnológico que não use de forma predatória os recursos naturais e nem modifique tão agressivamente o meio ambiente. Da mesma forma, esta noção ainda muito interminada e imprecisa, ainda assim incorpora, de um modo geral, a preocupação de incluir a elevação da produtividade dos sistemas agrícolas compatibilizando,

como resultados, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Cabe ressaltar, segundo Caporal e Costabeber (2004, p. 9), que não se deve perceber “como agricultura baseada nos princípios da agroecologia aquela que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos em seu processo produtivo”. Existem grupos de agricultores familiares ou grandes grupos empresariais que percebendo o potencial mercadológico desses cultivos passam a produzir com interesse principal no lucro. Esses agricultores se preocupam em produzir alimentos sem componentes químicos para um público que foi informado sobre os benefícios de consumir produtos agrícolas isentos de resíduos contaminantes.

Essas produções que se orientam, exclusivamente, pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico podem ser caracterizadas como “agricultura ecológica”, visto que se guiam, principalmente, na busca de nichos de mercado (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 17). Nesse modelo de cultivo, as técnicas agrícolas são vinculadas a preceitos ecológicos, entretanto, estão dissociadas da relação social.

Nesse contexto, as relações e controvérsias entre os conceitos de agroecologia e agricultura orgânica são abordados por alguns autores como: Canuto (1998); Assis e Romeiro (2002); Abreu *et al.* (2012) e Candiotto e Meire (2014).

Segundo Assis e Romeiro (2002, p. 73):

[...] apesar da origem imbricada, agroecologia e agricultura orgânica não devem ser vistas como sinônimos, na medida em que no primeiro caso, a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura interrelacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor um encaminhamento para a agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a esta atividade econômica.

Já o termo agricultura orgânica, que se refere a uma prática de cultivo, foi estabelecido no mercado como sinônimo de todas as correntes não industriais.

[...] a agricultura orgânica é uma prática agrícola e, como tal, um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento tecnológico e de inserção no mercado, onde em função de como esta ocorre, os limites teóricos da agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (ASSIS; ROMEIRO, 2002, p. 74).

Abreu *et al.* (2012, p. 151), analisando as controvérsias e as relações entre a agricultura orgânica e a agroecologia, destacam ser prudente evitar simples oposições de paradigmas, “distanciados da realidade socioeconômica e da produção familiar orgânica”. Torna-se necessário “levar em conta as heterogeneidades das formas produtivas orgânicas, suas lógicas de funcionamento, bem como as condições para produzir e os desafios colocados para os produtores orgânicos familiares” (p. 151).

Canuto (1998) chama a atenção sobre as dificuldades em distinguir particularidades das práticas agrícolas de bases ecológicas, pois, são moldadas em função do contexto social em que se inserem. O autor estabeleceu para efeito de análise a diferenciação em duas categorias: a agricultura ecológica empresarial e a agricultura ecológica familiar.

A primeira classe, nomeada de agricultura empresarial, foca no mercado, no caso um mercado diferenciado e especializado.

O agricultor quase nunca é do tipo ‘familiar proletário’, sendo frequente a presença de agricultores de maior capacidade econômica, incluídas pessoas provenientes da cidade.

[...]

Os estilos de agricultura ecológica empresarial privilegiam a dimensão empresarial e, ainda que apresentem claras vantagens ecológicas comparadas à agricultura moderna, não trazem em primeiro plano uma preocupação socioambiental. Em princípio, não são originados dentro dos movimentos sociais de base, mas sim se constituem e organizam como grupos de ação coletiva de caráter mercantil (p. 81).

A segunda categoria, chamada de agricultura ecológica familiar, tem suas premissas ligadas a perspectivas socioambientais. Esse grupo busca construir formas mercantis mais próximas dos consumidores sem incrementos de preço derivados de prêmios de qualidade.

Dessa maneira se alcançam dois objetivos associados: ecológicos, pelo aumento da sustentabilidade, e sociais, do lado do agricultor e do consumidor. Essas alianças entre agricultores e consumidores estão hoje mesmo sendo construídas, frequentemente animadas por ONGs e movimentos populares (CANUTO, 1998, p. 81-82).

Para Candiotto e Meire (2014), argumentos em torno da produção familiar ecológica, com princípios socioambientais, são extremamente oportunos.

[...] pois além da otimização de usos conservacionistas dos recursos naturais (água, solos, matéria-orgânica, biodiversidade), da produção de alimentos isentos de agroquímicos – de suma importância para produtores e consumidores – e de outras contribuições na esfera ambiental, pode fortalecer a concepção e as características de autonomia da agricultura familiar e/ou camponesa, garantir a manutenção das famílias no campo e melhorar sua autoestima e qualidade de vida. Para tanto, as próprias redes de comercialização devem ser transformadas, no sentido de aproximar os agricultores dos consumidores e de esclarecer a sociedade sobre a diferença entre alimentos convencionais e orgânicos (p. 158).

Dessa forma, a construção de sistemas agroecológicos envolve diversas interações. Esse sistema, além da dimensão produtiva, também compreende ligações comerciais, de certificação dos produtos, de normalização e de criação de políticas públicas pelo Estado (CANDIOTTO; MEIRE, 2014).

Sendo assim, entender as interações espaciais envolvidas nessas relações entre produtores e consumidores, torna-se de suma importância. Pois, como citado por Corrêa (1997), não envolvem somente o deslocamento de produtos, pessoas e informações, mas são partes integrantes da existência e do processo de transformação social.

1.3 As “novas” interações espaciais decorrentes das transformações no espaço rural

O processo de revalorização do espaço rural, seja como área de moradia, seja como área de lazer, turismo, como lócus de uma produção com princípios ecológicos ou nas relações comerciais dos produtos oriundos do campo, são fatores que motivaram “novas” interações espaciais entre o campo e cidade.

O espaço rural se manifesta como um espaço híbrido, que expõe um complexo jogo de inter-relações com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo. Interações facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico que proporcionou melhorias das vias de comunicação, das estradas, telefonias e dos meios de transportes possibilitando o acesso aos lugares e conseqüentemente a emergência de atividades não agrícolas e agrícolas (MARAFON, 2011).

O presente estudo será norteado pelo entendimento das interações espaciais, decorrentes da produção, comercialização e consumo de produtos de base agroecológicos, no CCFO, entendendo suas motivações, significados e perspectivas. Essas produções, quando comercializadas por circuitos curtos de proximidade, reduzindo a presença de atravessadores, buscam a formação de redes de colaboração, que integrem grupos de produtores, consumidores e prestadores de serviços para a prática de um comércio mais justo e solidário. Além das relações comerciais, esses espaços podem representar resistência, trocas de saberes, receitas, técnicas de plantios, solidariedade e organização comunitária.

1.3.1 Interações espaciais e redes geográficas

As interações espaciais, segundo Corrêa (1997), equivalem a um heterogêneo e vasto conjunto de deslocamentos de mercadorias, capitais, pessoas e informações. São capazes de em maior ou menor intensidade, transformar-se de acordo com a frequência de acontecimentos e, segundo a distância e direção, apresentar-se por diferentes intenções e interesses e se realizar por meio de diversos meios e velocidades.

Para o autor,

[...] as migrações em suas diversas formas (definitivas, sazonais, pendulares etc.), as exportações e importações entre países, a circulação de mercadorias entre fábricas e lojas, o deslocamento de consumidores aos centros de compras, a visita a parentes e

amigos, a ida ao culto religioso, praia ou cinema, o fluir de informações destinadas ao consumo de massa ou entre unidades de uma mesma empresa são, entre outros, exemplos correntes de interações espaciais em que de uma forma ou outra, estamos todos envolvidos (CORRÊA, 1997, p. 279).

Catão, Reolon e Miyazaki (2010, p. 231), ao refletirem sobre a trajetória científica dos estudos relacionados as interações espaciais, lembram que:

[...] Edward Ullman empregou o termo interações espaciais em 1954 para indicar interdependência entre duas ou mais áreas distintas. Entre as décadas de 1970 e 1980, os estudos de interações espaciais passaram a ser orientados por análises quantitativas, ilustradas pelo uso enfático de Modelos Gravitacionais. Por outro lado, num sentido sociológico as interações passaram a ser definidas como configurações espaciais dos contatos sociais, sentido utilizado por Roberto Lobato Corrêa.

Cabe ressaltar que as interações espaciais não devem ser vistas como meros deslocamentos, pois possuem motivações complexas que necessitam ser analisadas. Dessa forma, as relações carecem ser observadas como parte integrante da existência e do processo de transformação social (CORRÊA, 1997).

No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, predominantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando lugares (CORRÊA, 1997, p. 280).

Neste sentido, apoiada na sociedade e em seu curso de metamorfismo, as interações espaciais e sua dinâmica somente são compreensíveis quando classificadas como parte da história do homem e de sua mutável geografia. São relações definidas por especificidades e desigualdades.

A partir da Revolução Industrial e suas intensas inovações tecnológicas, as interações espaciais se modificaram demasiadamente. Estas, além de mais rápidas, tornam-se mais complexas. Segundo Corrêa (1997, p. 281-282), essas transformações são percebidas pela expansão:

[...] i – da massa de mercadorias, pessoas, recursos financeiros e informações em circulação; ii – da frequência com que as interações passaram a se verificar; iii – dos meios de circulação e comunicação; iv – dos propósitos com que são realizadas; v – da velocidade, através da qual se verifica a progressiva superação do espaço pelo tempo; vi – dos horizontes espaciais, rompendo limitadas distâncias e, adicionalmente, tornando-as multidirecionadas; vii – das redes geográficas, que se tornaram progressivamente mais complexas e abrangentes, envolvendo um número crescente de nós, vias e fluxos, assim como dos diversos agentes sociais; e viii – de sua importância na vida econômica, social e política.

O capitalismo industrial gerou transformações e interações à “curta e longa distâncias, entre centros de magnitude semelhante ou distinta, envolvendo uma gama cada vez mais complexa de mercadorias, pessoas, capital e informação” (CORRÊA, 1997, p. 283).

Entretanto, lembra que, na segunda metade do século XX, essas relações e influências entram na modernidade.

A superação do espaço pelo tempo, que progressivamente se torna mais crucial à medida que o capitalismo se firma, demandando a aceleração do ciclo de reprodução do capital, alcança novos e sucessivos patamares que rapidamente são ultrapassados a partir de novos e mais eficientes meios de circulação e comunicação (CORRÊA, 1997, P. 284).

Ademais, é preciso lembrar que a variabilidade espaço-temporal dos padrões de interações espaciais pode interferir na forma e na conexão em que os mesmos se articulam e complementam. Bem como é importante destacar que as redes geográficas representam as configurações que as interações espaciais se verificam.

Essas interações espaciais são, em níveis distintos, afetadas pela distância (CORRÊA, 1997, p. 301).

Os modelos de von Thünen, Weber e Christaller, assim como os modelos gravitacionais e potencial, que envolvem interações espaciais, estão fortemente calcados no papel da distância na explicação do uso agrícola da terra, da localização industrial, da hierarquia urbana e da atratividade de um centro nodal sobre os outros (CORRÊA, 1997, p. 301).

Contudo, ressalta-se que a sua importância deve ser relativizada. Existem visões particulares sobre as distâncias e o avanço tecnológico, advindo da Revolução Industrial, também relativizou o entendimento de distância.

Vale ressaltar que as interações podem se apresentar com variações direcionais, como também descontínuas no tempo. Essas variabilidades temporais podem abarcar várias escalas de tempo com intervalos de séculos, dias ou horas.

A variabilidade temporal das interações espaciais resulta, de um lado, das transformações que alteraram substancialmente a organização espacial como aquelas introduzidas a partir da Revolução Industrial, extinguindo algumas interações e criando outras. De outra deriva do caráter cíclico de determinadas ofertas e demandas, assim como de eventos culturais (CORRÊA, 1997. p. 304).

As feiras nordestinas são exemplos de interações espaciais caracterizadas por uma periodicidade mais frequente. A periodicidade dos mercados pode ser explicada por “razões de ordem econômica como os baixos níveis de oferta e demanda, assim como as de ordem cultural” (CORRÊA, 1997, p. 305).

Ao dar sequência aos padrões espaciais, relativos as interações, aborda-se as redes geográficas que são conexões formadas por redes sociais espacializadas. Essas relações são, simultaneamente, sociais e espaciais, constituídas por um conjunto de localizações interconectadas por vias e fluxos. É através dessas redes que as “interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si” (KANSKY, 1963 *apud* CORRÊA, 1997, p. 306).

Estes agrupamentos de localizações interconectadas podem ser constituídos por:

[...] uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma empresa, seu centro de pesquisa e de desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas, pela sede da Igreja Católica, as dioceses e paróquias, ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região (CORRÊA, 2005, p 107).

Vale destacar, segundo Corrêa (2005), que esses entrecruzamentos são dinâmicos e representam encontros de localizações geográficas interconectadas por uma determinada quantidade de vínculos. Existem múltiplas e diversificadas redes que se estabelecem, de modo visível ou não, a superfície terrestre.

Convém ainda mencionar, segundo Randolph (1993, p. 171), que quando se analisa as redes pela perspectiva formal estas:

podem ser vistas como um conjunto de relações entre determinadas entidades que entre si mantêm as atividades de trocas. Conforme preferência do autor, atribui-se às redes ou entra em evidência seu caráter mais relacional [restrito as relações] ou mais holístico [observa além de relações e fluxos também as particularidades dos ‘nós’ – entidades – como conjunto que forma a rede].

Assim, a existência de uma rede depende de três componentes: nós, vínculos e fluxos. Os nós podem ser “pessoas, instituições da sociedade civil e do Estado, empresas, empreendimentos e outros”; os vínculos “são as relações estabelecidos entre os nós”; e o fluxo assinala “a direção do vínculo, podendo ser uni ou pluridirecional” (SOUZA, 2013, p. 43).

No presente estudo de caso, desta dissertação, tem-se as relações comerciais dos produtores orgânicos que dependem de insumos, suporte técnico e mercado consumidor que estão localizados, predominantemente, nas áreas urbanas das cidades. Enquanto, da mesma maneira, a cidade demanda os produtos orgânicos produzidos, majoritariamente, nas áreas rurais.

Além disso, para Corrêa (2011, p. 200), as redes sociais se tornam geográficas a partir de suas interações e especializações. “São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida”. Ainda convém lembrar, segundo Ribeiro (2000), que as redes possibilitam o desenvolvimento de uma sensação de pertencimento.

As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (CORRÊA, 2011, p. 201).

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é um movimento social que envolve relações entre diferentes atores como produtores, feirantes, comerciantes, poder público, gestores e

associações de moradores que ao se organizarem entorno de interesses comuns, para facilitar a comercialização de cultivos orgânicos aproximando campo e cidade, suas interações são espacializadas formando as redes geográficas.

Ela se torna geográfica quando nós a consideramos em sua espacialidade [...] A passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade, expressa em localizações qualificadas, e com interações entre elas (CORRÊA, 2011, p. 201).

Os fluxos, no âmbito dessa rede, são diferenciados, qualitativa e quantitativamente, envolvendo informações, capitais, pessoas, mercadorias, interesses e resistências. Ainda convém lembrar, segundo Corrêa (2011), que a espacialidade e a natureza são os atributos característicos das redes geográficas. O espaço e a sociedade precisam estar juntos para formar as redes geográficas.

Para Corrêa (2005), constitui-se importante serviço para os geógrafos entender as variadas redes que compõem a organização espacial.

[...] as redes geográficas são, como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais. Na fase atual do capitalismo a importância das diversas redes geográficas na vida econômica, social, política e cultural é enorme e, de um modo ou de outro, todos estamos inseridos em mais de uma rede geográfica e, simultaneamente, excluídos ou ausentes de um número ainda maior de redes (p. 109).

Ao corroborar com esta percepção, Santos (1994, p. 26), entende que:

[...] o espaço global seria formado de redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras, de características diferentes, desembocando em magmas resistentes à 'resificação'. O todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações — numa palavra, o espaço geográfico. Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios.

Dias (2012), mesmo trabalhando, especificamente, as redes técnicas, salienta que as interações e fluxos de todos os tipos, de mercadorias as informações, implicam a presença das redes. A principal característica das redes é a criação de vínculo. E, seguindo no mesmo pensamento, Santos (1994) já frisava que, mesmo a rede tendo o potencial de unir e solidarizar ela também tem de excluir.

Assim, as redes geográficas podem ser analisadas de acordo com três dimensões principais que não estão dissociadas entre si: organizacional, temporal e espacial (CORRÊA, 2011). A ideia do autor está especificada no quadro 2.

Quadro 2- Dimensões de análise das Redes Geográficas (continua)

Redes analisadas, segundo:		Especificação	Exemplo
Dimensão organizacional	Agentes sociais	Estado	Ministério da Saúde, Delegacia Regional,
		Empresas	Sede, fábricas, filiais de vendas, depósitos
		Instituições	Sé, dioceses, paróquias católicas
		Grupos sociais	Sede, núcleo regional, equipe local de ONG
	Origem	Planejada	Diversas redes do Estado e das corporações
		Espontânea	Mercados periódicos
	Natureza dos fluxos	Mercadorias	Matérias-primas, produtos industrializados
		Pessoas	Migrantes
		Informações	Decisões, ordens
	Função	Realização	Rede bancária
		Suporte	Rede de transmissão de energia
	Finalidade	Dominação	Rede de unidades de segurança de Estados
		Acumulação	Redes de grandes corporações
		Solidariedade	Rede de ONG ligada ao movimento popular
	Existência	Real	Cidades articuladas de fato via telefonia
		Virtual	Cidades
	Construção	Material	Rede ferroviária
		Imaterial	Ligações entre cidades via TRANSDATA
	Formalização	Formal	Rede de grandes corporações
		Informal	Rede de contrabando e vendedores de rua
Organicidade	Hierárquica	Rede de lugares centrais	
	Complementaridade	Rede de centros especializados	
Dimensão temporal	Duração	Longa	Rede urbana europeia
		Lenta	Liga hanseática
	Velocidade dos Fluxos	Lenta	Navegação marítima e fluvial
		Instantânea	Rede TRANSDATA
	Frequência	Permanente	Rede bancária
		Periódica	Mercados periódicos
Ocasional		Rede associada a um festival	

Quadro 2- Dimensões de análise das Redes Geográficas (conclusão)

Redes analisadas, segundo:		Especificação	Exemplo
Dimensão espacial	Escala	Local	Sindicato municipal de varejistas e lojas
		Regional	Sede, fábrica, postos de coletas e fazendas associadas em cooperativa
		Nacional	Rede Globo de Televisão
		Global	MC Donald's, General Motors, Nestlé
	Forma espacial	Solar	Cidade-Estado e aldeias tributárias
		Dendrítica	Rede urbana da Amazônia em 1900
		Círculo	Rede de tráfego aéreo
		Barreira	Rede de unidades político-administrativas
	Conexão	Interna	Rede muito integrada internamente
		Externa	Rede pouco integrada externamente

Fonte: CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das Redes Geográficas. In: CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 111-112.

No que diz respeito à dimensão organizacional, destaca a configuração interna da entidade estruturada em rede, envolvendo os agentes sociais, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e a finalidade, sua existência e construção, sua formalização e organicidade. No entanto, os referenciais organizacionais dependem das dimensões temporal e espacial para sua análise (CORRÊA, 2011).

A dimensão temporal, abrange a duração da rede, a velocidade dos fluxos e da frequência com que a rede se constitui. Já a dimensão espacial envolve a noção da escala, forma espacial e das conexões.

Posto isso, as dimensões citadas são de fundamentais importância para a compreensão das redes geográficas resultantes das interações espaciais envolvidas no processo de produção, comercialização e consumo no CCFO. Inicialmente já podemos perceber que se constitui num modelo de mercado periódico com formas espaciais que se aproximam de redes circulares.

Segundo Corrêa (2011, p. 206):

[...] as formas espaciais (como as redes geográficas) são o resultado de complexas relações entre estrutura, processo e função, constituindo, as quatro categorias, uma unidade indissociável, conforme argumenta Milton Santos. Mas são também meio e condição de reprodução, atuando sobre a estrutura, o processo e a função. Nessa articulação, a forma espacial, como uma rede geográfica, é dotada de funcionalidade, expressa em seu conteúdo e seu arranjo espacial, os quais denotam as características da estrutura social e de seu movimento.

Além disso, nota-se que o circuito de feiras, abordado no trabalho, tem como atores: agricultores, comerciantes, associação de moradores, poder público, grupos sociais que gerem o circuito - Associação Biológica do Rio de Janeiro (ABIO), Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), Essência Vital e Associação Universitária Latino Americana (AULA) - além dos consumidores.

Em relação a sua origem, pode-se classificar como espontânea, representada por mercados periódicos. Já a natureza dos fluxos envolve mercadorias, pessoas e informações. Sua função, segundo o próprio regimento, é a integração entre os produtores e consumidores, a partir de circuitos curtos de comercialização.

Sendo assim, tendo como base as considerações apresentadas por Corrêa (1997, 2005 e 2011), sobre as dimensões de análise das redes geográficas (organizacional, temporal e espacial), buscou-se representar, no decorrer do trabalho, as relações estabelecidas no circuito de feiras orgânicas, considerando as especificações indicadas no quadro 2.

1.3.2 Circuitos curtos de comercialização

Aproximar produtores e consumidores se torna um grande desafio na atualidade, haja vista que a alimentação industrializada e o modo de vida moderno distanciaram esses dois atores. Segundo Darolt e Constanty (2012), atualmente os principais canais de comercialização se baseiam em circuitos longos, formados por cadeias industriais de abastecimento, tendo os supermercados como principal representante. Entretanto, conforme os mesmos autores, a valorização de estilos de vida mais saudáveis e alimentos sem agrotóxicos podem facilitar a reconexão entre consumidores e produtores.

Assim, emergem reflexões sobre a insustentabilidade do atual sistema agroalimentar e das consequências em toda a cadeia de comercialização. Para Matte e Preiss (2019, p. 126):

o distanciamento entre produtores e consumidores, reflexo de uma cadeia, que, cada vez mais afasta a identidade do produto do consumidor, deriva de processo articulado por conjunto de intermediários e grandes corporações alimentares, resultando no afunilamento e no distanciamento das relações sociais entre atores que estão na ponta da cadeia. Assim, há, entre os espaços de produção e consumo, um distanciamento não só geográfico, mas também sociocultural, o que leva os alimentos a serem desnaturalizados, perdendo suas características originais (ecológicas e nutricionais) e seus vínculos sociais.

Sendo assim, estratégias comerciais, de maior proximidade, são apontadas como vantajosas nas dimensões ambientais, sociais e econômicas. Aubry e Chiffolleau (2009) ao

abordarem o termo circuito curto, descrevem como métodos de comercialização de produtos que se limitam o número de intermediários entre o produtor e o consumidor ao qual está associada uma proximidade geográfica e relacional entre esses dois atores.

Chaffote e Chiffolleau (2009) citados por Darolt (2012) ressaltam que, em relação ao número de intermediários, os circuitos curtos não se limitam unicamente a vendas diretas entre produtor e consumidor, mas também englobam vendas indiretas que tenham no máximo um intermediário entre esses dois atores. Por exemplo uma cooperativa agrícola.

Ao Corroborar com o mesmo entendimento, Cassol e Schneider (2015, p. 150) entendem que a principal característica desse circuito de proximidade está relacionada à “distância física de extensão e percurso entre os produtores primários e os destinatários finais dos alimentos, em contraposição aos circuitos longos formados por canais industriais de abastecimento que distanciam e separam cada vez mais esses atores entre si”. Darolt (2012) resalta que as denominações como: circuitos locais, mercados de proximidade ou mercados locais costumam ser utilizados com o mesmo sentido de circuitos curtos.

Segundo Baptista *et al.* (2013), para muitos autores estes modos de comercialização, pautados na proximidade, apresentam diversas vantagens, como por exemplo: atenuar as distâncias entre produtor e consumidor; melhorar a qualidade dos produtos consumidos e a segurança alimentar; possibilitar a adoção de práticas agrícolas, pautadas em princípios ecológicos; fortalecer a economia local; e reforçar o capital social. Para Darolt (2012, p. 18), as cadeias curtas de comercialização, que envolvem produções ecológicas, apresentam potenciais que podem ir além das dimensões econômicas e sociais.

Essa tipologia considera diferentes dimensões econômicas e sociais [pela melhoria direta de renda dos agricultores e trocas entre produtores e consumidores], mas traz embutida a dimensão ecológica e política por se tratar de alimentos de base ecológica e com a participação do poder público [no caso de programas de governo para alimentação escolar que atingem um número significativo de pessoas].

Convém ainda mencionar, segundo Cassol e Schneider (2015), que o consumo de alimentos e o sentido simbólico da comida passam por significativo reconhecimento na sociologia. Essa dimensão, englobando as questões alimentares, compreende a ação de comer como um ato social/político e coloca os consumidores como agentes políticos e reflexivos nessa relação. Nessa perspectiva os consumidores são vistos como agentes importantes na mudança rumo a práticas de consumo mais sustentáveis.

O desenvolvimento de novas formas de produção e consumo alimentar está vinculado ao processo mais geral denominado de ‘virada da qualidade’ [quality turn], em que a questão agroalimentar passa por um movimento em direção à qualidade alicerçada na confiança, na tradição local e em novas formas de organização econômica (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 152).

Dessa forma, estimular novas estratégias de mercados locais, reconectar produtores e consumidores e incentivar a compra de alimentos de base ecológica em cadeias e circuitos curtos de comercialização são caminhos para se formar um novo modelo de consumo alimentar, dentro de padrões sustentáveis (ROVER; DAROLT, 2021).

Essas iniciativas ativam redes cujo desenho e modo de funcionamento não se encaixam nos formatos de produção, distribuição e comercialização de alimentos que se tornaram dominantes nas últimas décadas, em várias partes do mundo. Em vez da comida de nenhum lugar, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações, ganham visibilidade outras práticas, antigas, novas ou renovadas, sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir o alimento (SCHMITT, 2011, p. 4).

Para Marsden, Banks e Bristow (2000) e Renting, Marsden e Banks (2003) existem três modelos de cadeias alimentares curtas: a) face a face: quando o consumidor compra um produto diretamente do produtor e a autenticidade e confiança são medidas por meio da interação pessoal. Essa definição coincide, amplamente, com a definição de vendas diretas. Destaca-se, também, o papel da internet na facilitação deste contato atualmente; b) proximidade espacial: são produtos gerados e vendidos no varejo na região específica da produção. Frequentemente, estão ligados com algum atributo local, do território, do saber-fazer tradicional e da produção artesanal; c) o terceiro modelo de cadeias curtas é a denominada espacialmente estendida: neste modelo os produtos são vendidos aos consumidores fora da região de produção que podem não ter nenhuma experiência pessoal com a localidade. São casos que envolvem processos de certificação e indicação geográfica⁴.

É necessário ressaltar, segundo Ferrari (2011), que uma característica chave dos circuitos curtos alimentares é sua capacidade para ressocializar ou re-espacializar o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamento de valor. Significa redefinir a relação produtor-consumidor. A fim de dar claros sinais sobre a origem do produto e o papel desta relação na construção de valores e significados.

Segundo Darolt (2012), entre os circuitos curtos existe a opção de venda na propriedade, feiras do produtor, cestas em domicílio, beira de estrada, circuitos de turismo

⁴ Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, lhes atribuindo reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire). O marco legal das Indicações Geográficas no Brasil é a Lei da Propriedade Industrial (nº 9.279/1996), que regula os direitos e obrigações sobre a propriedade industrial e intelectual no país. Atualmente, sua regulamentação segue a Instrução Normativa do INPI nº 95/2018, que estabelece as condições para o registro das IGs. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI é a instituição que concede o registro legal de IG no país (BRASIL, 2021a).

rural, grupos de consumidores organizados, programas governamentais, lojas especializadas e restaurantes.

A venda na propriedade se caracteriza por ser uma venda direta no local de produção ao consumidor final, sem a presença de intermediários. Esse modelo envolve vendas no sistema “colhe-e-pague”, onde os produtos são colhidos diretamente pelo consumidor, além de serviços em circuitos de turismo rural - gastronomia, pousadas, lazer e esporte (DAROLT, 2013).

As feiras do produtor são os espaços mais tradicionais de venda direta, em que são comercializados, geralmente, produtos do produtor e de sua rede de comercialização, diretamente, ao consumidor. Normalmente, são administradas por uma parceria entre o poder público local, as associações de produtores e de consumidores e instituições de apoio à agricultura ecológica. Quando as feiras são específicas de produtos de base ecológica, a maioria dos produtos é certificada de forma participativa (DAROLT, 2013). Convém mencionar que essa é a categoria exemplificada, neste estudo, a partir da análise das interações espaciais no CCFO.

Outra modalidade de vendas são as cestas entregues em domicílio. Essas se encontram em expansão pela comodidade, praticidade e preço de venda intermediário, entre o da feira e o do supermercado (DAROLT, 2012). Pela sua variedade podem ser realizadas por vendas diretas e indiretas. São organizadas por associações de produtores, grupos de consumidores organizados, empresas privadas e vendas pela internet (DAROLT, 2013).

O interesse dos consumidores nesse canal cresce com a oferta de produtos e a diversificação das cestas. A maioria dos agricultores oferece a opção de completar a cesta com outros produtos de mercearia [secos e molhados] tais como arroz, açúcar, farinhas, sucos, molhos, geleias, mel doces, derivados de leite, pães, ovos, conservas e bebidas (DAROLT, 2012, p. 96).

As lojas especializadas são empreendimentos particulares para a venda indireta de produtos orgânicos certificados. Geralmente, estão em cidades maiores e possuem um variado número de fornecedores. Esses empreendimentos também costumam divulgar e vender seus produtos pela internet (DAROLT, 2013).

Lojas virtuais de produtos orgânicos/agroecológicos ganham espaço com tendência de crescimento para os próximos anos, sobretudo nas regiões metropolitanas, mas nem sempre representando um circuito curto [...] são procuradas tanto pela facilidade de compra via aplicativos de celulares e internet, comodidade nas entregas ao consumidor e preços inferiores aos supermercados, atendendo as exigências da vida moderna (DAROLT, 2018).

Outra modalidade de comercialização são os mercados institucionais. Estes representam uma alternativa de aproximação do consumidor com a produção de base familiar

por meio de serviços como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶. Cabe mencionar que esses programas atendem ao consumidor coletivo dentro de um circuito de comercialização, classificado como venda direta pelo governo brasileiro (DAROLT, 2018).

Para Fonseca (2009, p. 86), “os mercados institucionais viabilizam a pequena produção orgânica que não tem condições de acessar mercados voltados para outras exigências específicas”. Além disso, “representam importante papel na convergência de atores locais (prefeituras, associações e cooperativas) para as camadas mais necessitadas da população” de baixa renda.

Os produtos da agricultura orgânica familiar que apresentam certificação orgânica, comercializados pelo PAA e PNAE, recebem um prêmio de 30% em relação ao similar da agricultura convencional, valorizando a qualidade nutricional e os demais aspectos socioambientais. A garantia de compra pelo governo estimula a transição agroecológica (DAROLT, 2018).

Uma nova modalidade de venda direta, que vem se expandindo no Brasil, são os grupos de consumo responsável e os grupos de consumidores que financiam produtores, denominados de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). Esses trabalham com cestas diversificadas para grupos organizados de consumidores (DAROLT, 2018). Assim, baseiam-se em formas de ligações diretas entre agricultores e consumidores que, além das preocupações com a procedência dos alimentos, manifestam também um envolvimento comunitário e político em defesa do pequeno produtor e de questões ambientais.

CSA é um modelo de um trabalho conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e consumidores: um grupo fixo de consumidores se compromete por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida os consumidores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma o produtor sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção. E os consumidores recebem produtos de qualidade, sabendo quem os produz e onde são produzidos (CSABRASIL, 2021).

⁵ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2021b).

⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a fim de suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público) (FNDE, 2021).

Nessa modalidade, são estabelecidas formas relacionais de interação entre produtores e consumidores. Todo o sistema está fundamentado nas relações que podem ser constituídas entre esses dois atores, por meio das quais uma base de valores e princípios comuns é edificada e compartilhada, possibilitando formas sustentáveis de produção e consumo (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Vale ressaltar, conforme Darolt (2012), que os agricultores familiares que cultivam produções de base ecológicas, normalmente, utilizam mais de um canal de escoamento. No Brasil as vendas em feiras do produtor, cestas em domicílio e programas governamentais são os canais mais acessados por esses produtores.

A forma mais adequada de comercialização para cada agricultor ou consumidor varia em função da organização do sistema de produção, da mão de obra, da disponibilidade de tempo e da infraestrutura disponível. “De qualquer forma sempre haverá vantagens e desvantagens para cada escolha” (DAROLT, 2012, p. 89). Como exemplificado por Gelbcke (2018, p. 265):

a presença dos intermediários, não suprime certa autonomia dos produtores, que utilizam a diversificação dos canais de comercialização enquanto estratégia, o que lhes dá maior maleabilidade para compensar acordos sobre preço e volume nos variados canais. Por exemplo, se na entrega de cestas ou na realização da feira o produtor alcança um preço superior por vender diretamente ao consumidor, é geralmente através do intermediário, ou comercializando diretamente para um restaurante, que ele vai conseguir escoar a maior parte da sua produção, embora a preços menores.

Sendo assim, aproximar produtores e consumidores, torna-se um grande desafio na atualidade. Canais de comercialização, pautados em princípios de proximidade, são considerados como os mais vantajosos nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Na próxima etapa, abordou-se o processo de produção e comercialização de produtos orgânicos no mundo e no Brasil, apresentando um panorama atual deste processo e ressaltando potencialidades e entraves.

2 PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

No mundo, observa-se que os sistemas agrícolas e alimentares enfrentam, recentemente, muitas adversidades, desde a perda da biodiversidade, mudanças climáticas e aumento da fome. Além disso, muitos trabalhadores deste setor são excluídos por não conseguirem se adequar as atuais tendências da modernização agrícola (IFOAM, 2022).

A maneira como se produz e consome alimentos pode aliviar ou agravar essas condições. Desta forma, os modelos agrícolas ecológicos podem representar um caminho para enfrentar não apenas as mudanças climáticas, mas também frear a perda da biodiversidade, garantir a segurança alimentar e viabilizar a produção e o consumo sustentável (IFOAM, 2022).

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia global da Covid-19 e por muitos questionamentos sobre quais caminhos a humanidade tem seguido e as graves consequências que podem ocorrer. Nestes tempos de pandemia e distanciamento social, foram acentuadas as reflexões sobre o modelo agroalimentar dominante e sua vulnerabilidade.

Sendo assim, neste capítulo realizou-se uma análise sobre a institucionalização, a produção e o consumo da agricultura orgânica no mundo e no Brasil. Esforçando-se numa ponderação, mesmo que incipiente, acerca dos impactos causados pela pandemia do coronavírus.

Na abordagem mundial, tem-se como referência o banco de dados sistematizados pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam)⁷ e pelo Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FiBL)⁸, atualizados regularmente.

Segundo os órgãos citados, os dados mais recentes sobre a venda de alimentos orgânicos, em escala mundial, revelam que no ano de 2019 este mercado alcançou a marca de 106 bilhões de dólares. Ademais, os estudos indicam que a produção vem acompanhando este ritmo de crescimento, levando ao aumento das terras agrícolas orgânicas, que alcançaram a

⁷ A Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica é a organização mundial do movimento de agricultura orgânica, que representa cerca de 800 afiliadas em mais de 187 países. A federação busca contribuir para a conscientização e facilitação da transição de agricultores convencionais para a agricultura orgânica (IFOAM, 2022).

⁸ O Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (FiBL), é um dos principais centros de informação e pesquisa de agricultura orgânica do mundo. Como uma organização independente e sem fins lucrativos, promove pesquisas e projetos que ajudam os agricultores a melhorar sua produtividade levando em consideração os impactos ambientais e de saúde. O Instituto está localizado na Suíça (FiBL, 2022).

marca de 72 milhões de hectares, seis vezes mais em comparação com as últimas duas décadas (WILLER *et al.*, 2021).

No caso brasileiro, outras bases de pesquisa são utilizadas, a saber: os Censos Agropecuários 2006-2017, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e as bases de dados do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis); do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). Bem como, reportagens veiculadas por meios de comunicação. Desse modo, busca-se descrever e analisar as particularidades e os desafios para a produção e o consumo de orgânicos no Brasil.

Segundo estudo realizado pelo Ipea (LIMA *et al.*, 2020), no ano de 2019, a produção e consumo de produtos orgânicos no Brasil está crescendo. Marca alcançada não só pela melhora do mercado externo, mas também pelo doméstico.

Neste, o papel das compras institucionais para a alimentação escolar e os serviços de alimentação de alguns órgãos governamentais foi relevante para possibilitar a valorização da produção orgânica, especialmente, da agricultura familiar. Apesar disso, a produção orgânica no Brasil enfrenta inúmeros desafios (LIMA *et al.*, 2020).

Posto isso, o capítulo apresentou um panorama atual da produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil, ressaltando o processo de institucionalização e revelando as potencialidades e tendências futuras.

2.1 Agricultura orgânica no Mundo: institucionalização, produção e consumo

As primeiras tendências, relativas a modos de produção de base ecológica, guardam pouca correlação com a agricultura orgânica, exercida hoje em dia, pois, no começo não havia padrões, regulamentos ou interesse em questões ambientais e de segurança alimentar (ORMOND *et al.*, 2002).

Entretanto, na década de 1970, o afloramento das contradições do processo de modernização agrícola, a busca por uma alimentação mais saudável e melhor qualidade de vida fazem surgir o mercado de produtos orgânicos. Este mercado que, primeiramente, originou-se na Europa, se disseminou, rapidamente, para o resto do mundo (TERRAZZAN; VALARINI, 2009).

De acordo com Fonseca (2009), a institucionalização da agricultura orgânica, no mundo, teve início em 1972, com a criação da Ifoam e a promulgação de suas primeiras normas, em 1978. Esta Federação se incumbiu por definir as diretrizes preliminares para a comercialização dos produtos orgânicos, até a década de 1990, e o estabelecimento de outras normas locais e regulamentos técnicos em diferentes países.

No início da década de 1990, crescentes preocupações da Comunidade Econômica Europeia (CEE), relativas à preservação ambiental e as crises sanitárias no mercado de alimentos, encontraram no processo orgânico de produção uma forma de exploração agrícola ecologicamente adequada. Ao seguir essa tendência, em 1991, a CEE criou os regulamentos para a produção orgânica de origem vegetal e etiquetagem para os países membros (CEE 2092/91) (ORMOND *et al.*, 2002; FONSECA, 2009).

Assim, a produção orgânica foi incluída no quadro de incentivo à produção de alimentos da Política Agrícola Comum (PAC). “Em 1998, 73% da área de produção orgânica na União Europeia recebeu alguma forma de subsídio direto e 88% das propriedades sob manejo orgânico foram apoiadas por programas agroambientais” (ORMOND *et al.*, 2002, p. 10).

Com a expansão do modo de produção orgânico e o crescimento do interesse de outros países na produção e comercialização desses produtos, acendeu a necessidade de se estabelecer normas de referência internacionais para as negociações. Sendo assim, no final da década de 1990, o *Codex Alimentarius* estabeleceu diretrizes para a produção orgânica de origem vegetal e, posteriormente animal em 2001 (FONSECA, 2009).

Vale ressaltar que o comércio internacional de alimentos existe há milhares de anos, mas, até pouco tempo, os alimentos eram basicamente produzidos, vendidos e consumidos localmente. Ao longo do último século, a porção de alimentos vendidos internacionalmente ampliou exponencialmente, e uma quantidade e variedade de alimentos nunca vistos antes, circulam pelo mundo contemporâneo (FAO, 2022).

Por isso, o *Condex Alimentarius* estabelece uma coleção de normas alimentares, compostas por padrões, diretrizes e códigos que visam proteger a saúde dos consumidores e garantir práticas justas no comércio internacional. Essas orientações seguem recomendações publicadas pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) e Organização mundial de Saúde (OMS). É preciso frisar que, embora sejam recomendações para aplicação voluntária, os padrões do *Condex* servem, em muitos casos, como referência para a legislação de muitos países.

Ao tomar como base esses padrões, muitos países deram início à constituição de organizações que contavam com a participação do governo e da iniciativa privada. Bem como, dos envolvidos na produção, no beneficiamento, na distribuição e na comercialização de produtos orgânicos, a fim de coordenar e estabelecer os critérios para a certificação desses produtos (MACIEL; MATTEI; REMPEL, 2019).

Dados do Ifoam e FiBL indicam que 72 países implementaram, por completo, as regulamentações orgânicas em 2020. Vinte e dois países tinham regulamentações que não foram totalmente implementadas, enquanto 14 países estavam no processo de elaboração de legislação (KIRCHNER; KATTO-ANDRIGHETTO; MORA e CASTRO, 2021).

Cabe destacar, segundo Fonseca (2009, p. 26), que os parâmetros estabelecidos pelas diretrizes internacionais comumente são baseados nas realidades, práticas e contextos característicos dos países de clima temperado e dos países de alta renda.

A pouca flexibilização das normas internacionais está refletida nos regulamentos técnicos nacionais, praticamente cópia das normas internacionais e regionais, que dificultam o comércio internacional de produtos da agricultura orgânica e também o desenvolvimento dos mercados locais em países de baixa renda da América Latina e caribe e da Ásia.

Para Kirchner, Katto-Andrighetto e Moura e Castro (2021), em um mundo progressivamente mais regimentado e com um próspero mercado orgânico global, os acordos comerciais e de paridade são sempre mais importantes e esperados para eliminar as barreiras comerciais.

O estabelecimento, em 2003, da Força Tarefa Internacional – FTI FAO/UNCATED/IFOAM para harmonização e equivalência das normas na agricultura orgânica mostra a necessidade de flexibilizar acordos de reconhecimento mútuo, embora respeitando as diversidades dos diferentes países. Essa flexibilização deve começar pela busca da equivalência de objetivos regulamentares comuns na condução dos sistemas de garantia das qualidades orgânicas dos países cujos resultados são iguais, para satisfazer às necessidades de inocuidade e qualidade, bem como o imaginário dos consumidores e das autoridades competentes. A harmonização virá como consequência das negociações de diretrizes internacionais menos específicas e mais evolutivas (FONSECA, 2009, p. 26-27).

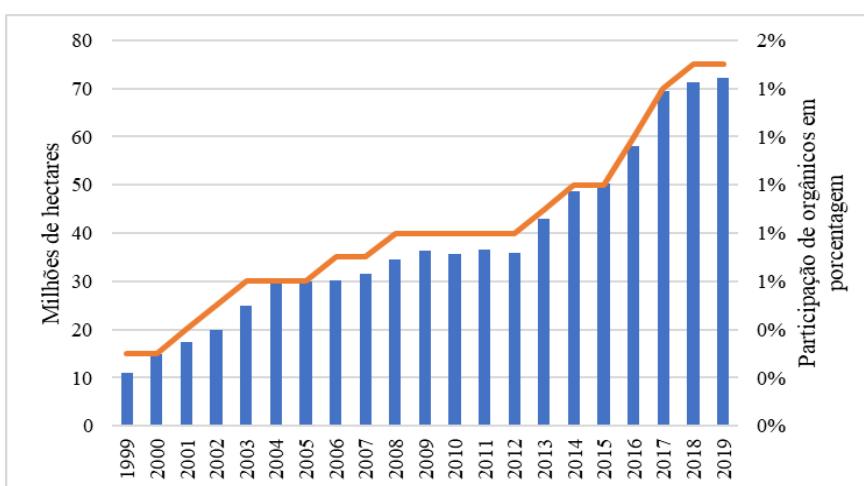
Em 2020, Taiwan foi o país que mais prosperou em negociações de equivalência de acordos comerciais. Foram firmados cinco novos acordos bilaterais de paridade com Japão, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos. O Reino Unido, após a saída da União Europeia, estabeleceu um acordo de equivalência com os Estados Unidos que permite que os produtos orgânicos, certificados em um país, sejam considerados certificados automaticamente no outro (KIRCHNER; KATTO-ANDRIGHETTO; MOURA e CASTRO, 2021).

Alguns países que já possuem regulamentações também estão passando por revisões, como os Estados Unidos e a União Europeia, visando fortalecer a fiscalização orgânica. Outros países, como o Brasil, Chile e Uruguai, aprovaram o reconhecimento de certificação orgânica pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), no mesmo nível que entidades certificadoras por auditoria. Os SPGs são mecanismos de garantia de qualidade que certificam os produtores com base na participação ativa das partes interessadas e são construídos sobre uma base de confiança, redes sociais e trocas de conhecimento (MOURA e CASTRO *et al.*, 2021).

O Ifoam apoia o desenvolvimento de SPG como ferramenta alternativa e complementar à certificação de terceiros e incentiva o reconhecimento dos SPGs pelos governos. Estes são mecanismos eficazes para desenvolver os mercados locais e são particularmente apropriados para pequenos agricultores que não conseguem cumprir exigências de normas e custos de certificadoras privadas. Este sistema, segundo Moura e Castro *et al.* (2021), representa um mecanismo de garantia bem estabelecido em muitos países. Atualmente, 15 países⁹ e territórios reconhecem o SPG em sua estrutura legal para a agricultura orgânica.

Assim, com o aumento da demanda por produtos orgânicos, cresce o interesse dos países na elaboração e adequação de normas para a produção e a comercialização no mundo. Dados da Ifoam e FiBL constataam que a área agrícola destinada a cultivos orgânicos, no mundo, aumentou mais de seis vezes entre os anos de 1999 e 2019 (Figura 1).

Figura 1 – Mundo: crescimento das terras agrícolas orgânicas e participação orgânica 1999-2019



Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 46.

⁹ Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Índia, Madagascar, México, Mongólia, Paraguai, Peru, Filipinas, Uruguai, Polinésia Francesa e Nova Caledônia.

No ano de 2019, existiam 72,3 milhões de hectares de terras agrícolas orgânicas, representando um crescimento de 1,6% em relação a 2018. Entretanto, essa produção, quando comparada a agricultura não orgânica, corresponde a 1,5% das terras agrícolas do mundo, demonstrando a pouca expressão mundial, apesar do crescimento (WILLER *et al.*, 2021).

Essa tendência de crescimento na produção de orgânicos é exemplificada por Lima *et al.* (2020), quando apresenta análises de projeções da produção entre os anos de 2018 e 2027, realizadas pela FAO, indicando tendência de crescimento na demanda por produtos orgânicos em países da OCDE¹⁰.

O aumento do volume de vendas no varejo, da área destinada à produção orgânica e do número de agricultores que se dedicam ao setor tende a ascender continuamente ao longo dos próximos anos, uma vez que os produtos orgânicos têm sido progressivamente associados com maiores níveis de segurança e saúde para os consumidores e menores impactos sociais (LIMA *et al.*, 2020).

De acordo com os dados da Ifoam/FiBL, do total de áreas agrícolas destinadas à produção orgânica por continente, a Oceania conta com quase metade (49,6%), seguida da Europa com 22,9%, América Latina com 11,5%, Ásia com 8,2%, América do Norte com 5% e África com 2,8% (Tabela 1).

Tabela 1 - Mundo - área agrícola orgânica (incluindo áreas em conversão) e participação do continente na área total mundial destinada - 2019

Continente	Área destinada à produção orgânica (ha)	Participação do continente na área total mundial destinada à produção orgânica (%)
África	2.030.830	2,8
Ásia	5.911.622	8,2
Europa	16.528.677	22,9
América Latina	8.292.139	11,5
América do Norte	3.647.623	5
Oceania	35.881.053	49,6
Mundo	72.285.656	100%

Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 37.

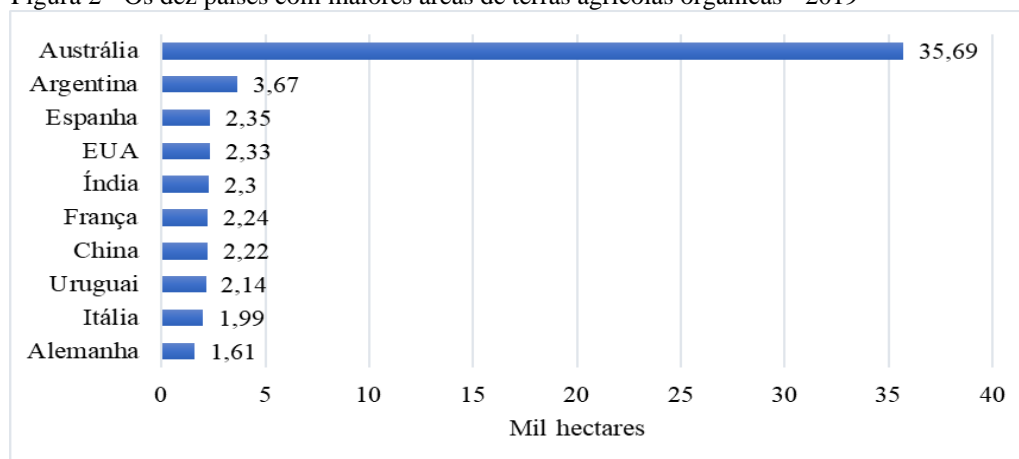
¹⁰ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris, na França, é uma organização internacional composta por 35 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo, bem como alguns países emergentes como a Coreia do Sul, o Chile, o México e a Turquia. A Organização foi fundada em 14 de dezembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 16 de abril de 1948 (BRASIL, 2021c).

Dos 187 países, catalogados com extensão de terras agrícolas orgânicas, a Austrália é o que apresenta as maiores proporções, com 35,7 milhões de hectares, das quais 97% são de áreas de pastagens. A Argentina, com 3,6 milhões de hectares, está em segundo lugar, seguida da Espanha, com 2,4 milhões de hectares.

A maior parte da área certificada como orgânica na Austrália é dedicada à pecuária extensiva voltada à exportação. Essa atividade ocorre em grandes propriedades localizadas principalmente na região árida ou semiárida conhecida como *outback* australiano. Assim, a carne bovina foi a principal *commodity* (com base no volume de toneladas) representando quase 20% de todas as exportações em 2016 (LIMA *et al.*, 2020).

Os dez países com maiores áreas de terras agrícolas, geridas organicamente, têm um total combinado de 56,5 milhões de hectares e constituem três quartos das terras agrícolas orgânicas do mundo (Figura 2). Além das terras agrícolas orgânicas, existem outras áreas orgânicas, como áreas de coleta silvestre, apicultura, aquicultura, florestas e áreas de cultivo em terras não agrícolas. Essas áreas constituem, aproximadamente, 35 milhões de hectares (WILLER *et al.*, 2021).

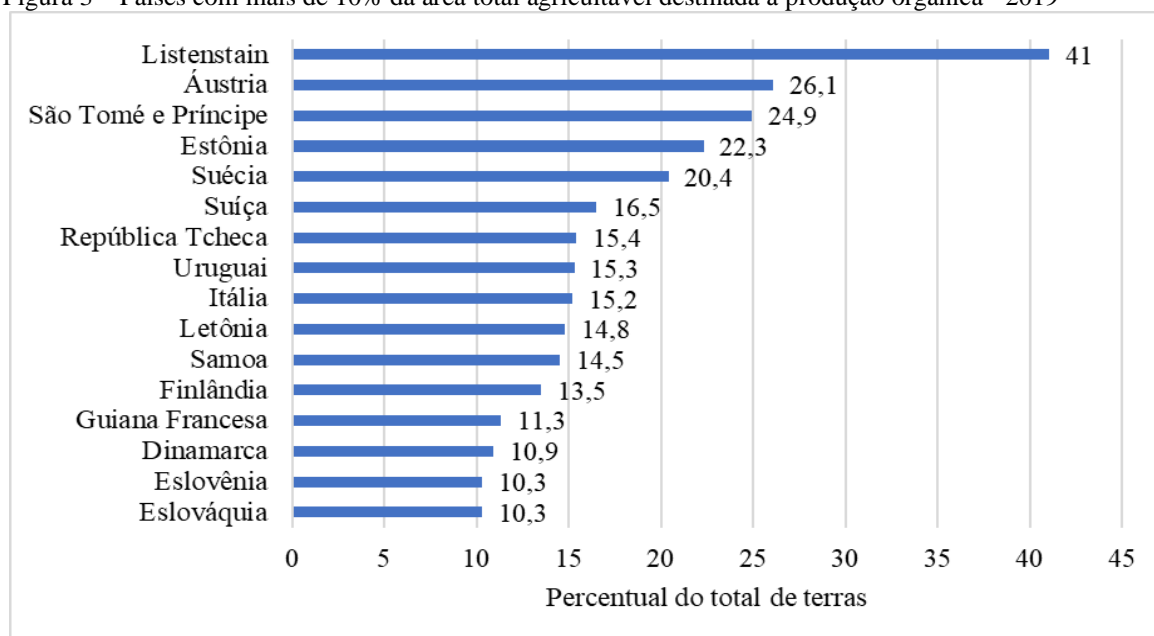
Figura 2 - Os dez países com maiores áreas de terras agrícolas orgânicas - 2019



Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 38.

Ainda de acordo com Willer *et al.* (2021), a extensão de terras agrícolas orgânicas, quando analisadas proporcionalmente ao território de cada continente, apresenta em destaque a Oceania com 9,6%, seguida pela Europa com 3,3%, e a América Latina com 1,2%. Cabe ressaltar que, considerando a União Europeia, a participação orgânica do total de terras agrícolas é de 8,1%. No entanto, quando a análise é realizada por países, percebe-se que existem porcentagens maiores. Dados do ano de 2019 evidenciam que em 16 países, 10% ou mais das terras agrícolas são usadas para produção orgânica (Figura 3).

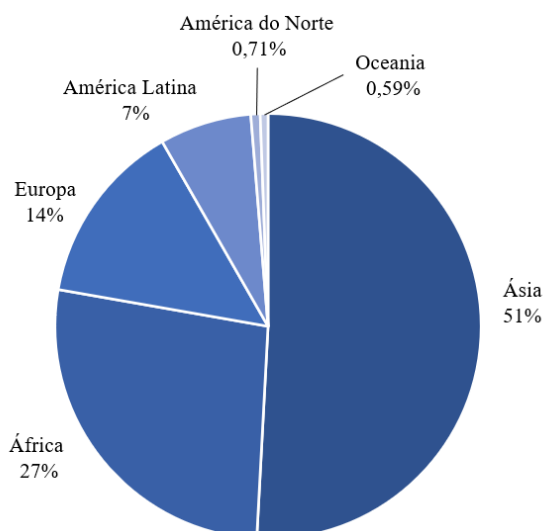
Figura 3 – Países com mais de 10% da área total agricultável destinada à produção orgânica - 2019



Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 42.

Outra forma de averiguar a evolução da produção orgânica é na constatação do número de produtores neste setor. O estudo catalogou 3,1 milhões de produtores no ano de 2019, um aumento de 13% comparado ao ano anterior. Na comparação em duas décadas, quando no ano de 1999 existiam 200 mil produtores certificados, o aumento para 2019 foi de mais de 1432%. Destes produtores, mais de 91% estão localizados na Ásia, África e Europa (Figura 4).

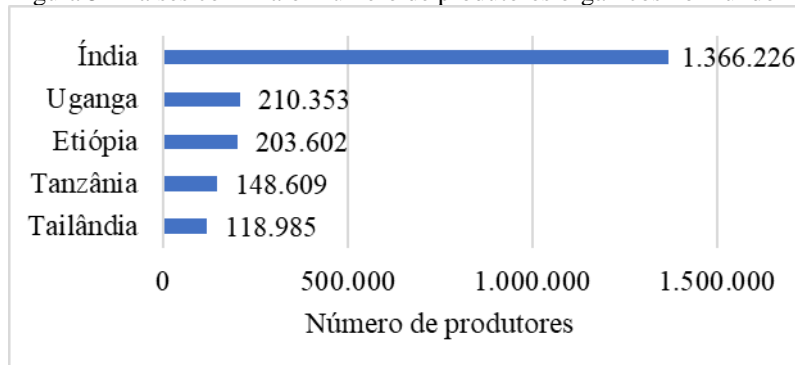
Figura 4 – Distribuição de produtores orgânicos por continente - 2019



Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 42.

O país com o maior número de produtores orgânicos é a Índia com o registro de 1.366.000, seguida pela Uganda com 210.000 e Etiópia com 204.000 (Figura 5). Vale destacar, segundo os pesquisadores, que, no período de coleta de dados, nem todas as certificadoras informaram o número total de produtores, levando a indicar que o número seja maior que a marca de 3,1 milhões.

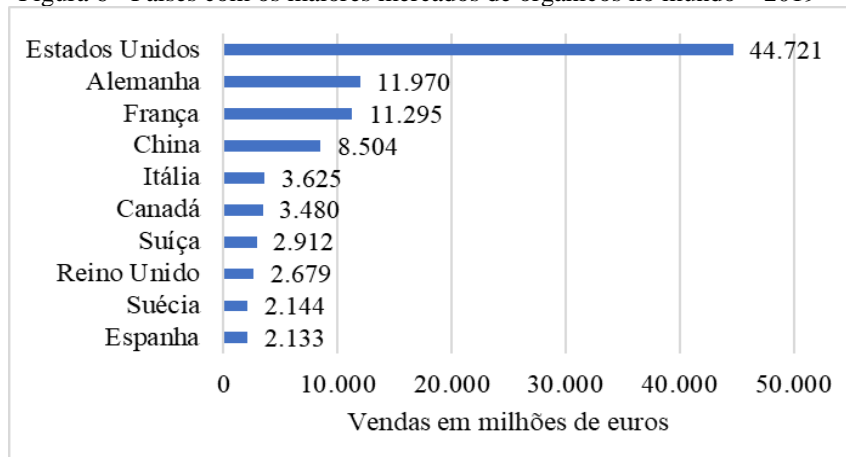
Figura 5 - Países com maior número de produtores orgânicos no mundo – 2019



Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 57.

Concernente ao mercado de orgânicos, o ano de 2019 atingiu a marca de 106 bilhões de euros, um aumento de mais de oito vezes desde o ano 2000. Os países com o maior mercado de orgânicos são os Estados Unidos com 44,7 bilhões de euros, seguido da Alemanha com 11,9 bilhões de euros, a França com 11,3 bilhões de euros e a China com 8,5 bilhões de euros (Figura 6) (WILLER *et al.*, 2021).

Figura 6 - Países com os maiores mercados de orgânicos no mundo – 2019



Fonte: WILLER, H. *et al.* The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021, p. 66.

De acordo com Willer *et al.* (2021), os dados de 2019 revelaram um crescimento no mercado de orgânicos em todos os países analisados. Enquanto o maior consumo, *per capita*,

por continente, foi registrado na América do Norte, por países esse consumo teve destaque para os Estados europeus. Em 2019, a Dinamarca teve o maior consumo per capita (344 euros) em todo o mundo, seguido pela Suíça (338 euros), Luxemburgo (265 euros) e Áustria (216 euros) (WILLER *et al*, 2021).

Concernente ao mercado global de alimentos e bebidas orgânicas, Sahota (2021, p. 137) descreve que a pandemia da Covid-19 provocou um aumento expressivo na procura por alimentos orgânicos. “De acordo com Nielsen, as vendas de alimentos orgânicos nos EUA aumentaram 25% nas 17 semanas anteriores a julho de 2020. No Reino Unido, as vendas de alimentos orgânicos aumentaram 18% nas 12 semanas anteriores a julho”.

Esses consumidores buscam, nesses alimentos, maiores garantias de saúde. As constantes desconfianças nos sistemas de produção de alimentos, em decorrência de vários problemas ocorridos recentemente, têm levado a uma crescente procura por alimentos que seguem parâmetros ecológicos. As pesquisas atuais indicam que esta crise, possivelmente, germinará reflexões relativas à sustentabilidade, como segurança alimentar, transparência e integridade da cadeia de suprimentos (SAHOTA, 2021).

Sendo assim, Sahota (2021) elenca seis possíveis mudanças motivadas pela pandemia da COVID-19: desglobalização das cadeias de abastecimento alimentar; segurança alimentar; suporte governamental; transparência e rastreabilidade; mudança de comportamento do consumidor; e vendas no varejo de alimentos.

Relativo à desglobalização das cadeias de abastecimento alimentar, a pandemia destacou a vulnerabilidade das cadeias de suprimentos internacionais. Muitos países, num contexto de restrições de mobilidade, passaram por problemas de abastecimento de alimentos.

O acesso a alimentos é particularmente crítico para cidades com mais de 5 milhões de pessoas que ‘precisam importar não menos que 2.000 toneladas de alimentos por dia, percorrendo uma média de 1.000 quilômetros’ (ALTIERI; NICHOLLS, 2020 *apud* ALENTEJANO, 2020, p. 3).

Cadeias de abastecimento locais e regionais se mostram mais eficientes, tanto pela proximidade geográfica, como pela oportunidade de geração de renda para pequenos produtores. Assim, para Alentejano (2020), é imprescindível a busca por uma agricultura descentralizada e com bases ecológicas, o que só será possível atrelada a uma ampla reforma agrária que valorize as pequenas unidades de produção.

A pandemia, segundo Sahota (2021, p. 138), também provocou reflexões sobre o tema da segurança alimentar. Diante da fragilidade de algumas regiões em manter as redes de abastecimento durante a crise, “países como Cingapura e Emirados Árabes Unidos garantiram que não houvesse interrupção nas importações de alimentos durante a crise”. Além disso,

incentivos de produções domésticas de alimentos, diversificadas e de base ecológica se mostram mais sustentáveis neste momento.

Cabe ressaltar que as duas tendências, citadas anteriormente, podem ser aceleradas com o apoio de órgãos governamentais. Sendo assim, incentivos governamentais se mostram de suma importância para a modificação do sistema agroalimentar mundial.

Em maio de 2020, como parte do Pacto Verde Europeu, a EU anunciou a meta de atingir 25% das terras agrícolas orgânicas até 2030. A estratégia da EU do campo ao garfo visa melhorar a segurança alimentar na Europa. A estratégia planeja reduzir o impacto ambiental do sistema alimentar europeu, reduzir uso de pesticidas químicos em 50%, o uso de pesticidas perigosos em 50%, o uso de fertilizantes em 20% e as perdas de nutrientes em 50% até 2030 (SAHOTA, 2021, p. 139).

Varini e Hysa (2021, p. 170) ressaltam o poder das compras públicas de alimentos no incentivo à produção e consumo de orgânicos. Conforme as autoras, estima-se que os governos invistam cerca de 15 a 20 por cento de seu Produto Interno Bruto (PIB) na compra de bens, trabalhos e serviços. Assim, os Estados se mostram como potenciais investidores em compras públicas e impulsionadores dos sistemas alimentares sustentáveis. “Tais medidas podem deslocar o poder de compra para apoiar objetivos ambientais, de saúde e socioeconômicos alinhados com princípios da agricultura orgânica”. Os principais exemplos desses investimentos estão na alimentação escolar, entretanto, outros setores governamentais podem aderir a essas compras.

Além de incentivar a produção orgânica, as diretrizes das compras públicas de alimentos devem abordar dimensões como condições justas de trabalho, compras locais e menor consumo de energia. Assim, essas medidas podem ajudar na busca de sistemas alimentares mais próximos de sistemas sustentáveis (VARINI; HYSA, 2021).

Outra expectativa está relacionada a maior rastreabilidade e transparência nas cadeias de suprimentos de produtos agrícolas. Esses mecanismos são importantes para um maior controle da produção, do produtor até o consumidor. Em momentos de incertezas e questionamentos, relativos a temas socioambientais, estruturas de rastreabilidade nas longas cadeias alimentares se tornam importante na garantia da confiabilidade.

Segundo Sahota (2021), mecanismos de rastreabilidade na cadeia produtiva dos produtos, como a tecnologia blockchain,¹¹ desempenham um papel fundamental nesse sistema

¹¹ A tecnologia blockchain foi idealizada para servir de infraestrutura para a moeda digital Bitcoin, mas seu uso vai muito além das criptomoedas, sendo possível armazenar, acessar e gerenciar informações de um produto durante todo seu ciclo de produção e distribuição. Devido à sua natureza descentralizada, a rede blockchain permite que todos os atores da cadeia de suprimentos registrem e acessem dados na mesma, de forma segura, solucionando os problemas de falta ou alto custo de inserção da informação e de baixo impacto ambiental. O sistema funciona como uma espécie de corrente, que é formada por uma cadeia de blocos criptografados (nesses blocos são armazenadas as informações) (SILVA *et al.*, 2020).

de sondagem. O Carrefour, maior rede de supermercados da Europa, já está usando esta tecnologia para fornecer transparência para alguns de seus produtos orgânicos da própria marca.

A transformação no comportamento dos consumidores é mais uma alteração, sublinhada por Sahota (2021, p. 139), relativa as consequências da Covid-19.

Desde a compra e estoque inicial de pânico até saídas para compras menos frequentes e compras on-line, o coronavírus está causando uma grande mudança nas atitudes e no comportamento do consumidor. As vendas de alimentos orgânicos estão aumentando durante a crise.

Os consumidores estão se voltando para produtos vinculados a saúde e bem-estar, diante das constantes polêmicas sobre alimentos transgênicos e doenças em animais criados para o comércio agroalimentar. Além disso, existem os consumidores que estão engajados em questões mais amplas (consumo político) e relacionam o seu consumo a temas ambientais e sociais. Para Darolt (2021), a partir da conscientização, o consumidor assume um papel transformador e de indagação sobre os problemas da agropecuária convencional, concernentes a saúde, meio ambiente e exclusão social.

Segundo Ribeiro (2020), citado por Alentejano (2020), três causas podem ser apontadas como geradoras das principais epidemias das últimas décadas: a) a criação industrial de animais em ambientes confinados; b) o desmatamento para criação de animais e plantios de monocultivos; e c) o crescimento da mancha urbana e das indústrias que a alimentam e subsistem.

Por fim, Sahota (2021, p. 139) reafirma a venda no varejo *online* como uma tendência que, provavelmente, se manterá após a passagem da pandemia.

A Amazon, juntamente com a Whole Foods Market, capitalizou a mudança para as compras em casa. Espera-se que os varejistas on-line recebam uma fatia maior das vendas de alimentos orgânicos nos próximos anos.

Diante do exposto, constata-se que a produção e consumo de orgânicos vêm crescendo no mundo contemporâneo. Observa-se uma inclinação dos consumidores por produtos que estão vinculados a qualidades diferenciadas, envolvendo questões de saúde, ambientais, sociais entre outras. Além disso, pesquisas recentes indicam que a pandemia da Covid-19 pode despertar novas tendências e reflexões ao consumo de alimentos. Sendo assim, buscar a sustentabilidade dessa cadeia produtiva se torna fator importante para a manutenção de um equilíbrio socioambiental. Nesse sentido, após análise da produção de orgânicos em escala mundial, foi apresentado um panorama da produção e do consumo desse modo de cultivo no Brasil.

2.2 Agricultura orgânica no Brasil: regulamentação, produção e consumo

A década de 1970, ao mesmo tempo que se encontrava no ápice da modernização agrícola, foi marcada pelo aparecimento de suas contradições. Apesar do processo de modernização ter proporcionado à agricultura brasileira um grande dinamismo nos seus componentes estruturais, ele teve um caráter excludente, aumentando a concentração de riquezas e disparidades regionais no país, além de desequilíbrios ecológicos e comprometimentos nos ganhos de produtividade (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Nesse contexto, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, surgem, no Brasil, muitas pesquisas retratando os impactos da mecanização e dos agrotóxicos sobre o ambiente e o ser humano. Assim, aparece a agricultura alternativa como uma opção ao modelo da Revolução Verde (COSTA *et al.*, 2015).

Um dos críticos mais incisivos do impacto ecológico causado, pela modernização da agricultura brasileira, foi José Lutzemberger, engenheiro agrônomo, anteriormente executivo de empresa multinacional do ramo de agrotóxicos, que, ao romper com o setor em meados da década de 70, retornou ao país e se engajou no movimento ambientalista. Ele criou e passou a atuar em uma das primeiras ONGs ecológicas do país, a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural - AGAPAN (COSTA *et al.*, 2015).

Em meados da década de 1970, foram organizados os primeiros eventos sobre agricultura alternativa. Preparados por entidades profissionais e de estudantes de agronomia, tais acontecimentos foram fundamentais para o engajamento dos agrônomos no movimento ambientalista e nos movimentos sociais no campo (COSTA *et al.*, 2015).

Ainda neste período, leis sobre o uso de agrotóxicos e o manejo dos solos e das águas são aprovadas (TROVATTO *et al.*, 2017). Além disso, era constituído o Grupo de Estudos de Agricultura Alternativa na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) que organiza os primeiros eventos e cursos sobre agricultura alternativa.

Segundo Costa *et al.* (2015), nesse momento de contestação, segmentos progressistas da categoria agrônômica haviam assumido a direção de entidades profissionais em diferentes estados no Brasil e chegado à direção da entidade nacional, a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB)¹². “Além das lutas classistas e de defesa da

¹² A FAEAB fundada em 12 de outubro de 1963, é a entidade máxima representativa dos Engenheiros Agrônomos do Brasil. A partir de 1999 passa a ser denominada por Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, com a sigla CONFAEAB.

democracia, a FAEAB incorporou à pauta de discussão a crítica ao padrão tecnológico, à matriz energética e aos impactos ambientais da modernização da agricultura” (COSTA *et al.*, 2015, p. 70).

Assim, coordenados pela FAEAB, os movimentos de contestação, ao modelo de agricultura vigente, ganham impulso. Essa representatividade ganha força com a realização de quatro grandes encontros nacionais, conhecidos como Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), realizados, respectivamente, em Curitiba (1981), Rio de Janeiro (1984), Cuiabá (1987) e Porto Alegre (1989). Neles, foram reunidos estudantes e profissionais que apresentavam críticas ao modelo tecnológico convencional, à degradação ambiental e às condições sociais de produção (FONSECA, 2009; TROVATTO *et al.*, 2017).

Segundo Fonseca (2009), o termo institucionalizado nos regulamentos técnicos brasileiros foi o orgânico, que abarca diferentes tipos de sistemas alternativos. A saber, o ecológico, o biodinâmico, o natural, o biológico, o agroecológico, o permacultura e outros.

Gelbeck (2018, p. 126), ao analisar o histórico da formação dos debates sobre a produção orgânica no Brasil, entende que:

[...] partiu da constatação dos riscos promovidos pela agricultura moderna, em que o conhecimento científico e a informação [através dos eventos] desempenharam papel fundamental na sensibilização, mobilização e atuação de profissionais e outros agentes [agricultores, estudantes, gestores públicos, movimentos sociais] ligados ao tema. A mudança de postura nas ações sociais [práticas, teóricas e ideológicas], mesmo que parcial e marginal no contexto da agricultura brasileira, conseguiu fortalecer um ideal que influenciou posteriormente a concepção da legislação brasileira de orgânicos e uma série de políticas públicas [...].

Sendo assim, a verificação das consequências socioambientais, geradas pela agricultura moderna, e o aumento do interesse por produtos de base ecológica, germinaram debates que posteriormente auxiliaram na regulamentação orgânica no Brasil.

2.2.1 Regulamentação e certificação no Brasil

No Brasil, ainda na década de 70, organizações de produtores e consumidores, além de técnicos, desenvolveram práticas seguindo os princípios da agricultura orgânica (FONSECA, 2009). Estes estavam vinculados a movimentos filosóficos que buscavam o retorno do contato com a terra, como forma alternativa de vida em contraposição aos preceitos consumistas da sociedade moderna. “Neste momento a comercialização dos produtos era feita de forma

direta, do produtor ao consumidor, e tinha como clientes aqueles que propugnavam filosofias análogas, assemelhando-se a uma ‘ação entre amigos’” (ORMOND *et al.*, 2002, p. 9).

Na década de 1990, o aumento da demanda desses produtos por consumidores e o interesse dos produtores em ampliar seus mercados, fizeram com que o governo brasileiro regulamentasse a agricultura orgânica no país (FONSECA, 2009; HESPANHOL, 2008). Para Campanhola e Valarini (2001, p.72-73), pode-se considerar cinco fatores, que combinados, levaram ao aumento da demanda por produtos orgânicos no Brasil:

a primeira é que esta tenha partido dos próprios consumidores, preocupados com sua saúde ou com o risco da ingestão de alimentos que tenham resíduos de agrotóxicos [...]. A segunda razão é que a demanda tenha se originado do movimento ambientalista organizado, representado por ONGs preocupadas com a conservação do meio ambiente, tendo algumas delas atuado na certificação e na abertura de espaços para a comercialização de produtos orgânicos pelos próprios agricultores, o que contribuiu para induzir demanda entre consumidores. A terceira seria resultado da influência de seitas religiosas, como a Igreja Messiânica, que defendem o equilíbrio espiritual do homem por meio da ingestão de alimentos saudáveis e produzidos em harmonia com a natureza. A quarta razão para o aumento da demanda por produtos orgânicos teria como origem os grupos organizados contrários ao domínio da agricultura moderna por grandes corporações transnacionais; esses grupos teriam exercido influência junto à opinião pública. E o quinto motivo seria resultado da utilização de ferramentas de “marketing” pelas grandes redes de supermercados, por influência dos países desenvolvidos, que teriam induzido demandas por produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores.

Em 1994, iniciam-se as discussões, entre os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, para a regulamentação da agricultura orgânica no país. Assim, no ano de 1999, decorrente da publicação da Instrução Normativa nº 007/99, do então Ministério da Agricultura e do Abastecimento, consegue o seu reconhecimento. No entanto, a regulamentação somente ocorreu em 2003, quando, com base nas normas da Ifoam e nas regulamentações para orgânicos dos Estados Unidos, Japão e União Europeia, é sancionada a Lei nº 10.831. Nela, fica definido e estabelecido condições obrigatórias para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica (FRISON; ROVER, 2014 *apud* MACIEL; MATTEI; REMPEL, 2019).

Esta lei, em seu primeiro artigo, considera um sistema orgânico de produção como:

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Medaets e Fonseca (2005), citados por Maciel, Mattei e Rempel (2019), salientam que a legislação que regulamentou a produção de orgânicos derivou da pressão de ativistas e organizações representativas dos produtores, bem como das empresas que percebiam as oportunidades financeiras do setor. No entanto, essa lei só foi regulamentada pelo decreto nº 6.323, de 2007, que estabelece, entre outros, diretrizes para a produção orgânica, definindo critérios para a conversão e os aspectos de rotulagem.

A legislação brasileira prevê três formas de proferir garantia de qualidade aos produtos orgânicos: a certificação por auditoria; a certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG); e o controle social de venda, que dispõe de uma forma especial de amparo sem certificação.

A certificação por auditoria é realizada por uma certificadora pública ou privada, sem nenhum vínculo com os produtores, credenciada no MAPA. Essas instituições, conhecidas como Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC), obedecem a procedimentos e critérios internacionais, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

No caso de contratação da Certificadora por Auditoria, o produtor receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá obrigações perante o MAPA e a certificadora, com custo a ser estabelecido em contrato. Se o produtor descumprir as normas, a certificadora retira seu certificado e informa ao MAPA (BRASIL, 2020).

Este modelo de certificação, que pode ser realizado de maneira individual ou em grupo, é o mais difundido internacionalmente. No entanto, os valores estipulados pelas certificadoras podem ser um empecilho para pequenos produtores (BRASIL, 2020; SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).

O SPG se caracteriza pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, distribuidores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas. Este sistema é operado por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que corresponde às certificadoras na norma de certificação por auditoria. A OPAC é uma pessoa jurídica que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num SPG e precisa estar credenciada no ministério da agricultura (BRASIL, 2008a).

É necessário ressaltar que:

No caso da certificação por OPAC, o produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem, juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem. Se o produtor não corrigir, o grupo deve excluí-lo, cancelar o certificado e informar ao MAPA (BRASIL, 2008a).

Para Maciel, Mattei e Rempel (2019), essa forma de garantia, além de reduzir os custos em relação à certificação por auditoria externa, também envolve os agricultores em uma relação de confiança em todo o processo de certificação. Para o MAPA, o sucesso do SPG depende de grande participação da sociedade, transparência, comprometimento e segurança.

Vale lembrar, de acordo com Fonseca (2009), que o Brasil foi pioneiro na legalização de SPG, tendo como fundamento básico que os critérios obedecidos pelos SPGs fornecessem garantias de certificação. Além disso, Souza, Batista e César (2019), citando Fouilleux e Loconton (2016), destacam que a certificação participativa em rede tem sido apoiada e divulgada pela Ifoam. Entretanto, não é reconhecida pelos importadores de produtos orgânicos, sendo utilizada principalmente nos mercados internos.

Ao considerar a relação de credibilidade entre os produtores e os consumidores e atendendo a reivindicações de movimentos sociais e de pesquisadores, o governo brasileiro adquire um olhar especial para os agricultores familiares que realizam suas vendas de forma direta¹³. Nesse sentido, a legislação brasileira abre a exceção da obrigatoriedade de certificação para esses produtores. Exige-se, porém, que os mesmos estejam vinculados a uma Organização de Controle Social (OCS), cadastrada em órgão fiscalizador oficial.

Uma OCS consiste em:

[...] um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. Mas, para que a Organização seja reconhecida pela sociedade e ganhe credibilidade, é preciso que entre os participantes exista uma relação de organização, comprometimento e confiança.

[...]

Para que cumpra bem o seu objetivo, a Organização de Controle Social – OCS deve ser ativa e ter seu próprio controle, além de garantir que os produtores assegurem o direito de visita pelos consumidores, assim como o órgão fiscalizador, às suas unidades de produção (BRASIL, 2008b, p. 11).

Para garantia de confiabilidade, a legislação determina que a OCS tenha cadastro em um órgão fiscalizador, conveniado do governo federal, estadual ou do Distrito Federal. Assim, em caso de denúncias ou suspeitas de irregularidade, os produtores e suas unidades de produção são identificados com mais facilidade (BRASIL, 2008b).

É preciso frisar que todo produto orgânico brasileiro, certificado por auditoria ou SPG, desde 2010, deve levar o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da

¹³ Para a legislação brasileira, venda direta é aquela que acontece entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários. A lei também aceita que a venda seja feita por outro produtor ou membro da família que participe da produção e que também faça parte do grupo vinculado à Organização de Controle Social (OCS). O que se quer com isso é garantir que o consumidor final sempre possa tirar suas possíveis dúvidas sobre o processo de produção do produto que está levando (BRASIL, 2008b).

Conformidade Orgânica (Sisorg), de acordo com a instrução normativa nº 50, de novembro de 2009 (Figura 7).

Figura 7 - Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – Sisorg



Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produtos Orgânicos: Sistemas participativos de garantia. Mapa, 2008a.

Para os agricultores orgânicos não-certificados, a legislação admite que o agricultor ponha no rótulo do produto, quando houver, ou no ponto-de-venda a declaração: “produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados, não sujeitos à certificação, de acordo com a lei nº 10.831, de 23 de setembro de 2003” (BRASIL, 2008b, p. 23).

Sendo assim, dentro dos três mecanismos de garantia, a diferença em termos de comercialização com certificação ou não, está na abrangência do mercado consumidor disponível. Quando o produtor se cadastra apenas para venda direta, sem certificação em OCS, é habilitado a vender seus produtos direto ao consumidor nas feiras ou para compras do governo, como merenda e PAA. Quando o produto é certificado, pode vender em feiras, supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, indústrias, internet etc. (BRASIL, 2008b).

2.2.2 Produção e consumo no Brasil

Acompanhar dados históricos sobre a produção e consumo de orgânicos no Brasil não é tarefa fácil. Segundo Lima *et al* (2020, p. 26), os dados imprecisos e assimétricos sobre este setor dificultam na elaboração de uma série histórica de desenvolvimento da produção e do consumo. “Existem alguns dados oficiais que colaboram para delimitar o setor de orgânicos no Brasil. Todavia, há diferenças significativas que precisam ser redefinidas e compreendidas a fim de se obter maior precisão dessas informações”. Nos últimos anos, as principais fontes de levantamentos de dados sobre a produção de orgânicos no Brasil têm sido os Censos

Agropecuários, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO).

No ano de 2006, pela primeira vez, o Censo Agropecuário divulgou dados sobre a agricultura orgânica no país. Nesta pesquisa, o entrevistado de cada unidade deveria informar se faz (ou não) agricultura orgânica, conforme definido pela lei nº 10.831/2003, e se sua produção possui (ou não) certificação. Não foram consideradas como agricultura orgânica, as práticas agrícolas que, apesar de não utilizarem agrotóxicos, o produtor não as identificava como tal ou não se interessava pelas normas técnicas determinadas pelas instituições de classes certificadoras. No Censo de 2017, também foram coletadas informações se o estabelecimento faz (ou não) agricultura orgânica, porém nessa consulta só foram computados estabelecimentos com algum tipo de mecanismo de certificação.

Ao seguir esses critérios, os estabelecimentos produtores de orgânicos representavam, aproximadamente, 1,8% do total investigado no Censo Agropecuário 2006. De um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, somente 90.497 informaram que produziam orgânicos (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados sobre produção orgânica no Brasil e nas grandes regiões – 2006

Brasil e Grandes regiões	Total de estabelecimentos	Total estabelecimentos Orgânicos	% estabelecimentos orgânicos
Brasil	5.175.636	90.498	1,75
Norte	475.778	6.133	1,29
Nordeste	2.454.060	42.236	1,72
Centro-Oeste	317.498	4.138	1,3
Sudeste	922.097	18.715	2,03
Sul	1.006.203	19.276	1,92

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Já no Censo agropecuário de 2017, de um total de 5.072.152 estabelecimentos agropecuários, 68.716 foram registrados como orgânicos, demonstrando redução de 21.782 (24%) se comparado com 2006 (Tabela 3). Vale ressaltar que essa diferença teve relação com a mudança de critério no computo de agricultores orgânicos, pois diferente de 2006, em 2017 os agricultores não certificados não foram contados. Por outro lado, os dados do Censo indicam que de 2006 a 2017, o número de estabelecimentos agropecuários com certificação de produção orgânica cresceu mais de 1.000% no Brasil, saltando de 5.106 para 68.716 (IBGE, 2006 e 2017).

Tabela 3 - Dados sobre produção orgânica no Brasil e nas grandes regiões – 2017

Brasil e Grandes regiões	Total de estabelecimentos	Total estabelecimentos Orgânicos	% estabelecimentos orgânicos
Brasil	5.072.152	68.716	1,35
Norte	580.446	7.934	1,37
Nordeste	2.322.495	19.148	0,82
Centro-Oeste	346.721	7.834	2,26
Sudeste	969.258	19.684	2,03
Sul	853.232	14.116	1,65

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

É preciso frisar que nesse período, entre 2006 e 2017, o Censo registrou queda de 2% no número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil. Explicado, segundo Mattei e Michellon (2021), pelo aumento da área das propriedades rurais e pela diminuição das pequenas propriedades, a Agricultura Familiar registrou uma queda de 9,5% no número de estabelecimentos.

Além disso, ao analisar o número de estabelecimentos com produção orgânica, comparando as regiões brasileiras, percebe-se uma desigual distribuição. No Censo de 2006, a região Nordeste concentrava a maior parte das unidades produtivas orgânicas, com 42.236. Seguida da região Sul (19.276), Sudeste (18.715) e as regiões Norte e Centro-Oeste, com, respectivamente, 6.133 e 4.138. Já em 2017, esses dados passam por algumas modificações. A região Sudeste passa a concentrar o maior número de unidades produtivas, com 19.684, seguida da região Nordeste, com 19.148, região Sul, com 14.116, região Norte, com 7.943 e Centro-Oeste, com 7.834. Vale destacar a forte redução (54%) no número de estabelecimentos no Nordeste que pode ser explicada pela dificuldade, encontrada por agricultores, em conseguir a certificação de seus produtos. Para Maciel; Mattei; Rempel (2019, p. 124), questões burocráticas no processo de certificação acabam atrapalhando a inclusão de novos produtores.

A falta de certificação por certificadora pública para atender, principalmente, os produtores oriundos da agricultura familiar compromete a ampliação da produção de orgânicos, uma vez que, para esses agricultores, a certificação por auditoria é tão onerosa, que inviabiliza a contratação. Por outro lado, em muitas situações, a certificação participativa ou OCs não é possível por causa da falta de outros produtores ou grupo de produtores próximos.

Por outro lado, quando avaliado os dados sobre as regiões que têm a maior proporção de unidades de produção sobre as unidades totais, chega-se a tais resultados: no censo de 2006 foram as regiões Sudeste (2%) e região Sul (1,8%) e, em 2017, as regiões Centro-Oeste (2,2%) e a Sudeste (2%).

Já o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) elabora outra fonte de dados oficiais, conhecida como Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). Disponibilizado desde 2011, este cadastro consiste na relação de produtores orgânicos de todo o Brasil, registrados em um dos três mecanismos de qualidade regulamentados no país (certificação por auditoria, certificação por SPG e garantia por OCS).

De acordo com dados coletados em janeiro de 2022, existiam registros de 25.030 produtores. A região com maior frequência de produtores orgânicos foi a Sul, concentrando 9.624 (38,44%), seguida do Nordeste com 7.944 (31,73%), Sudeste com 4.109 (16,41%), Norte com 2.559 (10,22%) e Centro-Oeste com 794 (3,17%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Número e percentual de produtores cadastrados no CNPO no mês de janeiro de 2022

Brasil e Grandes regiões	Total produtores cadastrados	%
Norte	2.559	10,22
Nordeste	7.944	31,73
Centro-Oeste	794	3,17
Sudeste	4.109	16,41
Sul	9.624	38,44
Brasil	25.030	100

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do CNPO/MAPA, em janeiro de 2022 (BRASIL, 2022).

Ao comparar os dados do número de produtores de junho de 2014 e janeiro de 2022, observa-se que, em quase oito anos, houve um incremento no número de registros de 177% no Brasil, correspondendo a uma taxa de aumento anual de 22,13% (Tabela 5).

Tabela 5 – Brasil: evolução da agricultura orgânica

	jun/14	jan/22	Variação (%) 2014/2022
Número de Produtores	9.033	25.030	177,09

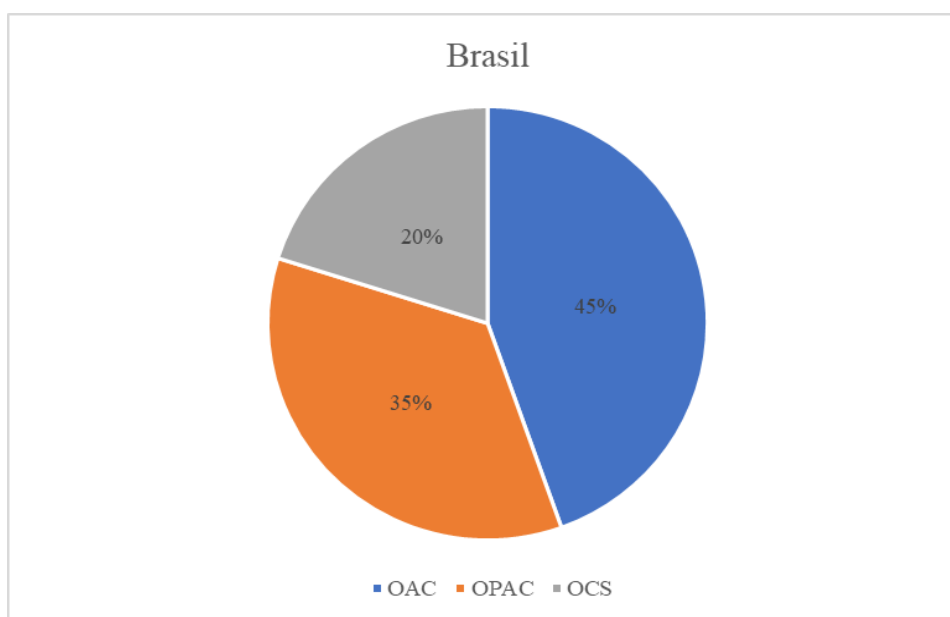
Fonte: elaborado pelo autor a partir de LANDAU, E. *et al.* Variação geográfica do uso de agricultura orgânica. In: LANDAU, E. C. *et al.* (Ed.) Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: sistemas agrícolas, paisagem natural e análise integrada do espaço rural. Brasília, DF; Embrapa, 2020. V.4, cap. 53, p. 1905-1966 e CNPO/MAPA, BRASIL, 2022.

Os estados com maior número de produtores cadastrados, em 2022, foram Rio Grande do Sul (3.996), Paraná (3.896), São Paulo (2.054), Santa Catarina (1.732) e Bahia (1.527). Ou seja, os cinco estados representam 52,75% do total de registros no país. O realce dos estados da região Sul e do estado de São Paulo, neste tipo de produção, são explicados, por Vilela *et al.* (2017, p. 12), desta maneira:

[...] a região Sul é predominantemente ocupada por pequenas propriedades, e o desenvolvimento da agricultura orgânica teve forte atuação do poder público municipal e estadual nas últimas décadas, com atuação da extensão rural e envolvimento de centros de pesquisa, principalmente no Paraná e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a criação da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), o apoio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Fundação Mokiti Okada, e de empresas do setor de Comercialização e certificação colaboraram para o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado.

Quanto aos mecanismos de qualidade orgânica, adotados no Brasil, 45% dos produtores são certificados por auditoria, 35% por OPAC e 20% participam de OCS, significando que quase metade dos produtores, oficialmente cadastrados, estão utilizando a forma mais onerosa de certificação (Figuras 8).

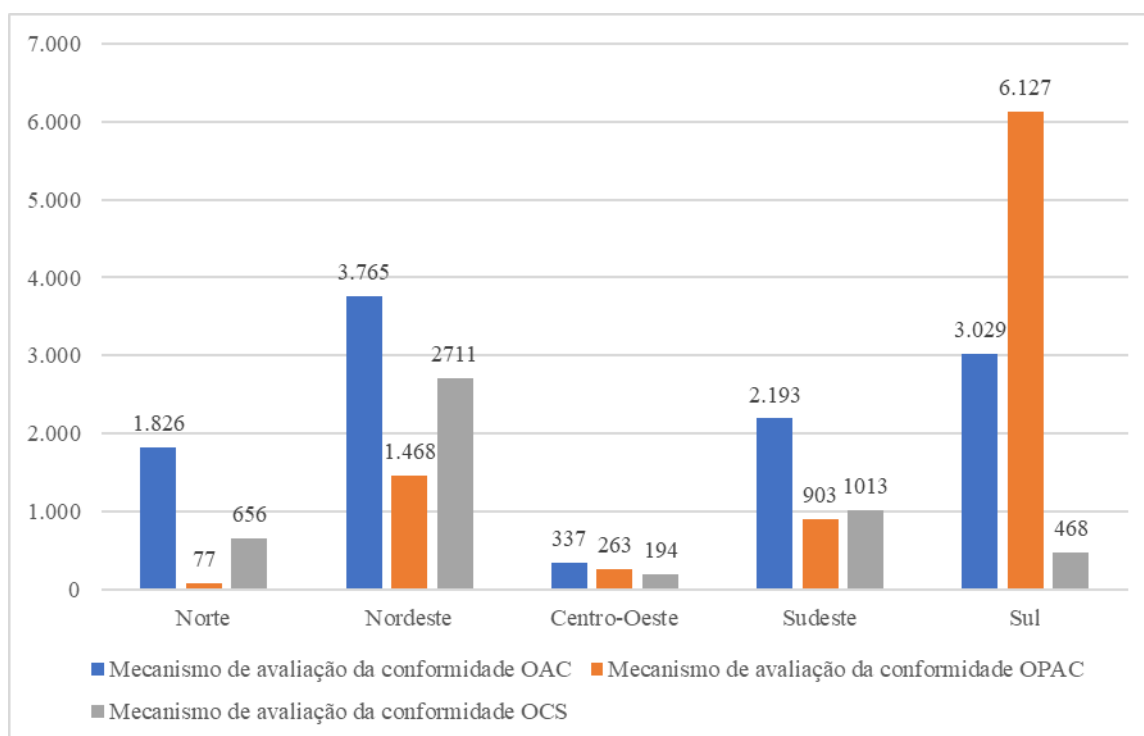
Figura 8 – Porcentagem de participação dos mecanismos de qualidade orgânica no Brasil em janeiro de 2022



Fonte: elaborado pelo autor com base no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos CNPO/MAPA, Brasil, 2022.

Quando os dados sobre os diferentes mecanismos de certificação são analisados pelas regiões brasileiras (Figura 9), observa-se que a certificação por auditoria representa o sistema mais utilizado nas regiões Nordeste, Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Cabe destacar que na região Norte esse mecanismo representa 71,35% das certificações. Realidade justificada por Vilela *et al.* (2020, p. 13), citando Viana *et al.* (2014) e Gouveia e Ângelo (2017), pelo fato dessa região ser, predominante, pautada pelo extrativismo de produtos vegetais, como o açaí, que são muito requisitados internacionalmente e por isso necessitam de certificação por auditoria para exportação.

Figura 9 – Mecanismos de avaliação da conformidade orgânica por regiões brasileira em janeiro de 2022



Fonte: elaborado pelo autor com base no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos CNPO/MAPA, Brasil, 2022.

Em relação a certificação por OPAC, a região Sul tem predomínio com 63,66% dos produtores registrados nesse modelo de formalização. Uma realidade que pode ser explicada, conforme Vilela *et al.* (2020), pela cultura associativa que existe nesta região. Além dos estados da região Sul, que têm predomínio deste modelo associativo, é preciso ressaltar, o destaque do estado do Rio de Janeiro com 69,05% de seus produtores orgânicos vinculados a esse mecanismo de garantia. Segundo Vilela *et al.* (2020, p.14), esses locais são precursores na “organização de entidades não governamentais de apoio à agricultura orgânica, como a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) no Rio de Janeiro e a Rede Ecovida de Agroecologia na região Sul”.

Por outro lado, na região Norte, esse mecanismo de certificação é praticamente inexistente só representando 3% dos produtores. Essa realidade se deve, provavelmente, ao fato de que nela “as distâncias entre os estabelecimentos rurais e a falta de uma cultura cooperativa dificultam a formação de grupos de cooperação e a organização da pequena agricultura, via organismos de certificação participativa” (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019, p. 109).

No que concerne ao cadastro por OCS, que consiste na venda sem o selo Sisorg, este mecanismo vem crescendo em todas as regiões, com exceção da região Sul. É o sistema

predominante em vários estados da região Nordeste (Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco e Paraíba) e Norte (Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre), e em um estado do Sudeste (Espírito Santo). As OCS formalizam a venda direta realizada pelos produtores nos mercados locais, “onde os laços de confiança entre produtores e consumidores são a base para as relações de consumo. Nesse sentido, infere-se que os mercados locais têm absorvido boa parte da produção orgânica brasileira” (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019, p. 105).

Diante do exposto, a partir dos dados apresentados pelo Censo Agropecuário do IBGE e do CNPO, elaborado pelo MAPA, nota-se que existem desproporções nos critérios estabelecidos para a declaração do número de produtores orgânicos. Enquanto os dados do IBGE indicam redução no número de produtores no CNPO, o número mais que dobrou.

Além disso, os dados do CNPO revelam que o principal mecanismo de certificação, usado no Brasil, continua sendo a auditada, mas que o aumento observado no número de produtores, vinculados aos mecanismos que consideram controle social (SPG e OCS), vem se intensificando e correspondem juntos a 52,2% do total de produtores orgânicos. Segundo Souza, Batista e César (2019, p. 109), o crescimento das entidades de controle social demonstra que a organização e cooperação têm sido fundamentais nesses mecanismos, além da importância dos mercados locais na comercialização dos orgânicos. “Nesses mercados, as relações de confiança são fundamentais para o estabelecimento da relação comercial e estão na base dos primórdios da produção orgânica”

Assim, de acordo com Landau *et al.* (2020), embora se observe uma crescente procura por alimentos orgânicos, impulsionada principalmente pela valorização de uma alimentação mais saudável e preocupações ambientais, esses produtores precisam de incentivos, através de políticas públicas, para que o setor possa absorver um maior número possível de novos produtores.

Conforme Willer *et al.* (2021), o Brasil possui o maior mercado de produtos orgânicos da América Latina e a demanda vem de uma classe média crescente que busca alimentos saudáveis e nutritivos. Segundo a pesquisa da Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis), apesar da crise econômica, gerada pela pandemia de Covid-19, o setor de produtos orgânicos registrou elevação de 30% nas vendas em 2020, movimentando R\$ 5,8 bilhões. Além disso, o estudo destacou o aumento do consumo em cidades do interior do país (ORGANIS, 2021).

É necessário ressaltar que o setor já vinha passando por aumento, como observado em 2019 (crescimento anual de 15%), entretanto, a elevação observada em 2020 revela uma maior reflexão dos consumidores a partir de um novo cenário, na qual a alimentação saudável

e a sustentabilidade ambiental passam a ter ligação com questões de imunidade e desequilíbrios ambientais. A pesquisa revelou que 62% dos entrevistados afirmaram se preocupar mais com os alimentos que consomem e 81,8% creem que o crescimento da agricultura orgânica pode colaborar com a prevenção de novas pandemias (ORGANIS, 2021).

Segundo Lima *et al.* (2020), os valores no mercado de orgânicos no Brasil, embora pequeno, comparado a países da União Europeia e Estados Unidos, vem ganhando a atenção das grandes corporações multinacionais que passam a investir no mercado brasileiro. Nesse cenário, ressalta-se a aquisição de 100% da empresa brasileira Mãe Terra, que produz alimentos naturais e orgânicos, pela Unilever, em 2017. E o investimento da Nestle na produção de alimentos orgânicos, desde 2018 (BOUÇAS, 2017; SHELLER, 2017 *apud* LIMA *et al.*, 2020).

Além do mais, seguindo uma tendência mundial, “o setor varejista tem investido em marcas próprias de produtos orgânicos e criado seções especiais nas unidades para a venda de orgânicos, como são os casos dos Grupos Pão de Açúcar e Carrefour, os maiores varejistas do Brasil” (LIMA *et al.*, 2020, p. 32). Para Terrazzan e Valarini (2009), essas grandes empresas percebem, no produto orgânico, uma oportunidade de lucro, num nicho de mercado, e a valorização da imagem da empresa frente ao consumidor.

De acordo com a pesquisa da Organix (2021), o varejo convencional (supermercados) são os locais mais citados para compra de orgânico no Brasil, contudo, existem outros canais importantes de distribuição. Campanhola e Valarini (2001) destacam que a comercialização de produtos orgânicos no Brasil é realizada por diferentes formas, dentre as quais se distinguem dois grupos. No primeiro, situam-se os canais curtos, onde predominam as vendas diretas com um mínimo de intermediários, e o segundo grupo os canais longos, com maior número de intermediários e atravessadores.

Relativo aos canais longos estão as vendas no atacado e nas grandes redes varejistas, que consistem na entrega de produtos a distribuidoras e a redes de supermercados. Nessa relação, as exigências, quanto a certificação e garantia de entrega de produtos predeterminados (em quantidades estipuladas), tornam este mecanismo mais complexo para pequenos produtores devido à escala de produção. Assim, normalmente, apenas grandes produtores conseguem firmar contrato de entrega com essas empresas (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

O ônus da incumbência de administração dos produtos que são colocados nas prateleiras/gôndolas é repassado pelos supermercados aos produtores, o que geralmente requer que o produtor contrate pessoas para realizar essa função. Verifica-se, também, a já conhecida venda em consignação, na qual os agricultores

arcam com os custos dos produtos não vendidos ou deteriorados (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001, p. 83).

Nos canais curtos, como já mencionado no primeiro capítulo, estão as vendas diretas, sem intermediação entre produtor e consumidor, e as vendas indiretas, quando existe a intervenção de um intermediário entre produtor e consumidor.

Darolt (2016), ao analisar a comercialização de alimentos orgânicos, no Brasil, via circuitos curtos, destaca que as principais formas utilizadas são: feiras do produtor, compras governamentais e cestas em domicílio. Além dessas maneiras de transações, o autor resalta inovações como:

vendas nas propriedades associadas em circuitos de turismo rural e restaurantes no meio rural, lojas especializadas e pontos de venda de agricultores, cooperativas de consumidores, vendas em rede via circuitos de circulação (caso da Rede Ecovida de certificação participativa), além de vendas em lojas virtuais pela internet (DAROLT, 2016, p. 8).

O mecanismo de comercialização mais difundido no Brasil são as feiras dos produtores. Estas são consideradas a porta de entrada de agricultores ecológicos e a forma mais tradicional de proximidade entre produtores e consumidores (DAROLT, 2016). Em pesquisa da Organiza em 2021, este foi o segundo canal de compras mais citado pelos consumidores, só perdendo para aquisições em supermercados.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), desde 2012, realiza um apanhado de todas as feiras orgânicas e agroecológicas que acontecem no território brasileiro. No início, foram identificadas 140 feiras, já em fevereiro de 2022 constavam 868, um aumento de 520% em dez anos. Com isso, aponta-se o potencial dessa forma de comercialização na valorização dos circuitos locais e na reconstrução da conexão entre produtores e consumidores (IDEC, 2022).

A região Sudeste concentra o maior número de feiras com 300, seguida da região Nordeste com 228, a região Sul com 227 e as regiões Centro-Oeste e Norte com, respectivamente, 71 e 42 (Tabela 6).

Tabela 6 – Brasil e grandes regiões: iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas em 2022

Brasil e grandes regiões	Total de feiras orgânicas e agroecológicas
Norte	42
Nordeste	228
Centro-Oeste	71
Sudeste	300
Sul	227
Brasil	868

Fonte: elaborado pelo autor com base no Mapa de feiras orgânicas e agroecológicas, realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, 2022.

Os estados com maior número de feiras orgânicas foram, São Paulo (159), Rio Grande do Sul (103), Pernambuco (80), Paraná (67), Rio de Janeiro (64) e Santa Catarina (60). Dados do CNPO indicam que estes estados, com exceção de São Paulo, possuem a maior parte de seus agricultores catalogados em mecanismos de garantia de controle social (OPAC e OCS), demonstrando a tendência por canais curtos de comercialização como as feiras.

Referente ao mercado institucional de compras públicas de alimentos, o PAA e o PNAE são dois programas governamentais que buscam a orientação do mercado para produtos provenientes da agricultura familiar e a sua relação com a construção da segurança alimentar e nutricional do país (SCHIMITT; GRISA, 2013).

Criado em 2003, o PAA articula a compra pelo poder público de alimentos produzidos por agricultores familiares, mediante mecanismos simplificados de aquisição, com a dispensa de licitação. Os alimentos são destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e repassados a partir de redes de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (SCHIMITT; GRISA, 2013).

Em 2016, com a promulgação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção (Planapo), estabeleceu-se, como meta para o PAA, que, até 2019, pelo menos 5% dos recursos aplicados anualmente pelo programa fosse destinado à aquisição de produtos orgânicos ou de base agroecológica. Conjugadas, essas estratégias de priorização tiveram, como resultado recente, um aumento significativo da participação dos orgânicos nas compras feitas no âmbito do PAA: de 2013 a 2018, a proporção de orgânicos adquiridos no âmbito do PAA-Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) subiu, em termos de volume, de 2,2% para 6%. Ao longo desse período, foram adquiridas 11,3 mil toneladas de produtos orgânicos pelo programa, a um valor total de cerca de R\$ 30 milhões. Uma consequência adicional importante desse processo foi a formalização de muitos produtores, que praticavam a agricultura orgânica, mas não tinham a certificação (LIMA *et al.*, 2020, p. 34).

Quanto ao PNAE, este tem suas raízes na Campanha de Merenda Escolar, iniciada em 1955, e sua institucionalização no ano de 1979. Em 2009, a partir da Lei n 11.947, o programa é ampliado para todos os alunos da educação básica e focado em temas relacionados ao

desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar. Além disso, os cardápios da alimentação escolar devem seguir os hábitos alimentares e tradições da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região (BRASIL, 2009).

Vale destacar que do total dos recursos financeiros repassados ao programa, no mínimo 30% devem ser utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando compras de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009). Ademais, como já citado no capítulo 1, os produtos da agricultura orgânica, comercializados pelo PAA e PNAE, recebem um diferencial de preço da ordem de 30% a mais do que o mesmo produto cultivado de forma convencional.

Em 2017, a proporção média de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE estava em 21,61, mas 2.704 municípios brasileiros – quase metade do total – cumpriam ou superavam a cota de destinação de 30% dos recursos da merenda escolar à compra de produtos da agricultura familiar. O volume de recursos investido na compra de orgânicos, que chegou à sua melhor escala em termos absolutos em 2014 – R\$ 112,5 milhões, 3,1% do total dos recursos do programa -, sofreu sucessivas quedas nos anos subsequentes até estacionar no patamar de R\$ 69,5 milhões, em 2017, representando apenas 1,9% do total das aquisições. Não obstante, a agricultura familiar respondeu, naquele ano, por três quartos de todo o valor destinado à compra de orgânicos pelo PNAE (LIMA *et al.*, 2020, p. 35).

Cabe ressaltar que nos últimos anos os governos Temer e Bolsonaro vêm enfraquecendo o PAA da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo Antunes (2020), em 2012, os recursos movimentados pela companhia foram de R\$ 600 milhões, montante que em 2020 foi reduzido para R\$ 223 milhões. Tal redução resultou no alerta de órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO, sobre o retorno do Brasil ao mapa da fome. Assim, com o país já passando por problemas referentes a cortes orçamentários de políticas sociais, crises políticas e econômicas, a pandemia da Covid-19 só piorou a situação. Quanto ao PNAE, a suspensão imediata das aulas devido ao Covid-19, interrompeu as compras nesse programa, impactando negativamente na segurança alimentar dos alunos e nas vendas da agricultura familiar (VALADARES *et al.*, 2020 *apud* TITTONELL *et al.*, 2020).

Já os canais de comercialização via entregas em domicílio vêm ganhando, ao longo dos anos, simpatia dos consumidores pela praticidade e por oferecerem preços menores, quando comparado aos supermercados (DAROLT, 2016). Essa modalidade apresenta uma grande diversidade na forma de organização, podendo ser realizada por: associações de produtores, grupos de consumidores organizados e empresas privadas. Essas diferenças são percebidas quanto a estrutura interna, logística de transporte, comunicação com os

produtores/consumidores, além dos interesses e objetivos. Há organizações cujo objetivo é atender a preferência dos consumidores e expandir a distribuição de orgânicos; outras que procuram dar maior visibilidade às questões que envolvem o trabalhador do campo, fortalecendo a conexão entre agricultores e consumidores; e as que além de viabilizarem a comercialização ainda estão inseridas em movimentos sociais (ALMEIDA, *et al.*, 2020).

Segundo reportagem vinculada pela BBC Brasil (PEIXOTO; LANDAU, 2020), com as medidas restritivas impostas pelos governantes para contenção da Covid-19, muitas feiras orgânicas e restaurantes, que trabalham com produtos orgânicos, precisaram interromper suas atividades. Assim, diversos agricultores apostaram nas entregas domiciliares, via contatos por redes sociais, como alternativa para escoar a produção.

Cabe ressaltar que a modalidade de compras de cestas pode ser realizada por consumidores a partir de contratos de parcerias com os produtores. Essa forma de venda direta, conhecida como Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), é desenvolvida pela colaboração entre agricultores e consumidores, na qual responsabilidades, riscos e benefícios da agricultura passam a ser compartilhados e os consumidores se tornam co-agricultores. Atualmente, a CSA está presente em sete estados brasileiros (Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e estima-se mais de 100 comunidades (MEIRELES, 2019).

No capítulo seguinte, abordou-se a produção e a comercialização de cultivos de base ecológica, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, nesta análise, desvendou-se as interações espaciais, relacionadas ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

3 O CIRCUITO CARIOCA DE FEIRAS ORGÂNICAS E SUAS INTERAÇÕES ESPACIAIS

No presente capítulo foi abordado as interações espaciais, associadas ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Para atingir tal objetivo, necessitou-se, primeiramente, entender as transformações no espaço rural fluminense, decorrentes da intensa urbanização e expansão da metropolização no estado. Entretanto, se a metropolização e a desruralização são uma marca dominante nesse espaço, isso não elimina as contradições presentes neste processo. No que se refere à expansão da agricultura de base ecológica, trata-se de um processo contraditório.

[...] de um lado, o mercado destes produtos ainda é restrito basicamente a uma parcela da elite metropolitana, cujas preocupações ecológicas sustentam esta produção, de custo mais elevado que o dos produtos tradicionais; de outro, na medida em que esta atividade não se presta à extensividade, exige grande volume de mão-de-obra e gera retornos mais lentos, embora mais sustentáveis, tende a se basear fundamentalmente na agricultura familiar e em unidades de pequeno e médio porte, o que permite vislumbrar uma mudança no perfil da estrutura agrária do estado (ALENTEJANO, 2005).

Para esse propósito foram utilizados os autores: Ribeiro (2002); Alentejano (2005); Rua (2007; 2009); Carneiro (2012); Marafon (2011; 2017) e Rocha e Ribeiro (2020).

Na sequência, trata-se sobre a emergência do movimento de cultivos de base ecológica no estado do Rio de Janeiro, um dos pioneiros nesse sentido no país. Identifica-se, nesse período, o destaque da COONATURA e da ABIO no incentivo à produção e comercialização de orgânicos no estado. Bem como da significância do estado em pesquisas sobre agroecologia, com destaque para três instituições: UFRRJ, Embrapa Agrobiologia e Pesagro-Rio. Para tal intuito, recorreu-se aos autores: Assis (1993); Bicalho (2004), Fonseca (2009); Ferreira (2013); Strach e Palm (2019) e Siqueira *et al.* (2020).

Por fim, são analisadas as interações espaciais, associadas ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, desvendando os atores que participam deste circuito curto de comercialização e as redes geográficas resultantes dessas interações. Com esse objetivo, analisou-se o histórico de formação do circuito, as normas de funcionamento e os atores que garantem sua existência. Para assim, interpretar as dimensões da rede geográfica, resultante dessas interações. Além disso, avaliou-se os impactos e as estratégias traçadas pelas feiras durante o período pandêmico.

3.1 Transformações no espaço rural fluminense e a emergência de cultivos de base ecológica

Ao falar sobre o estado do Rio de Janeiro, deve-se considerar, segundo Rua (2009), a marcante influência do núcleo metropolitano sobre as outras áreas do estado, ação essa que o caracteriza por um espaço intensamente metropolizado. Alentejano (2005, p. 49), disserta que no “século XX, o enorme crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o crescente esvaziamento econômico do interior do estado levaram a uma enorme polarização do espaço fluminense, absolutamente dependente da capital estadual”. Efeitos estes que se reproduzem para além dos próprios limites estaduais, afetando, dentre outras manifestações, as interações urbano-rurais e produzindo novas territorialidades (RUA, 2009).

Assim, a metropolização engloba o espaço mais amplo, disseminando seus valores e signos pela área de ação da metrópole.

Em nosso ponto de vista, realizam-se interações variadas entre essas dimensões espaciais (metropolitano/urbano/rural) que, embora assimétricas, estão centradas nas cidades e são, numa escala mais ampla, irradiadas a partir da metrópole, que emana poder e hegemonia, integrando-os, cada vez mais, num espaço unificado. Haveria, então uma escala mais abrangente, na qual uma urbanização difusa, comportamental (costumes e hábitos) e cultural se faria sentir no espaço da metropolização, do território fluminense que estudamos, afetando-o desigualmente e participando do dinamismo de cada parcela dessa dimensão espacial. Em outra escala – regional ou local -, seriam percebidas as leituras particulares daquela urbanização e daquele dinamismo geral do território fluminense (RUA, 2009, p. 1).

Alentejano (2005), a partir de análises da evolução do espaço agrário do estado do Rio de Janeiro, classifica o capital industrial e o imobiliário como os principais agentes organizadores do espaço fluminense, ao longo do século XX.

O primeiro foi o principal responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização. Já o segundo foi o principal agente da crescente subordinação do capital agrário no interior do estado, assim como da expulsão maciça do campesinato do campo, exceção feita às regiões Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores do campo foi o próprio capital agrário, em suas metamorfoses (ALENTEJANO, 2005, p. 50).

Ribeiro (2002), ao abordar as transformações sobre o espaço fluminense, ressalta que este território possui características e identidade próprias, resultantes de marcas pretéritas e recentes de processos de escala macro e locais. Para o mesmo autor, essa singularidade está atrelada às transformações que este espaço presenciou a partir da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, realizada em 1975.

A partir do final do século XX e início do século XXI, com o processo de reestruturação produtiva e adoção de políticas neoliberais, as grandes metrópoles brasileiras

passaram por um intenso processo de expansão do espaço metropolitano. Assim, essas relações espaciais foram identificadas no espaço metropolitano fluminense, irradiadas pela cidade do Rio de Janeiro, e novas relações espaciais, entre o urbano e rural, foram identificadas (ROCHA; RIBEIRO, 2020).

Ribeiro (2002), ressalta que o estado do Rio de Janeiro é uma das menores unidades territoriais do País, contendo 43.750 km² em sua extensão territorial, entretanto, apresentando uma das mais altas densidades populacionais, da ordem de 365,23 hab./Km² (IBGE, 2010). Tais fatos refletem-se na organização socioeconômica do estado e alguns dados estatísticos (96% da população reside em áreas urbanas e 75% da população se concentra na região metropolitana) ajudam a entender as características principais da organização do espaço fluminense, que se especifica por um perfil metropolitano de concentração populacional (RIBEIRO, 2002; ALENTEJANO, 2005).

Em contrapartida, segundo Alentejano (2005), o estado entre 1940 e 2000, passou por um intenso processo de desruralização, interpretado como esvaziamento econômico e demográfico em áreas rurais. Todavia, segundo o mesmo autor, “se a metropolização e a desruralização são uma marca dominante na organização do espaço fluminense, isso não elimina as contradições presentes neste processo” (p. 50-51). Dentre estas inúmeras contradições, tem-se a resistência dos trabalhadores rurais ao avanço do capital especulativo e a expansão da agricultura alternativa, baseada fundamentalmente na agricultura familiar.

Alentejano (2005), a partir de uma periodização do século XX, apresenta as transformações operadas no meio rural, resultantes da sua própria dinâmica, e as influências dos processos de urbanização e metropolização, modificando a dinâmica socioespacial fluminense. Assim, até o início do século XX, a organização do espaço fluminense era hegemônica pelo capital agrário e mercantil. Estes organizavam o espaço a partir da combinação de seus interesses com as particularidades ambientais existentes no estado. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, com a decadência da oligarquia cafeeira e a ascensão da burguesia industrial, inicia-se o processo de metropolização e da desruralização no espaço fluminense (ALENTEJANO, 2005).

Na sequência da periodização, Alentejano (2005) destaca o período entre 1940/1960 como mais um momento marcante da perda de influência do capital agrário e de intensificação do processo de metropolização no estado, legitimado no processo de industrialização iniciado nas primeiras décadas do século XX. Já nos anos 1964 a 1980, o autor destaca a intensificação do processo de desruralização que já vinha acontecendo nos anos anteriores, mas que, neste período avança substancialmente.

Este avanço está diretamente relacionado a três processos: as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela da especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela pressão militar, o que eliminou uma das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização (ALENTEJANO, 2005, p. 58).

Nos anos 1980, Alentejano (2005, p. 62) ressalta uma relativa regressão dos processos que predominaram nos períodos anteriores, com uma desaceleração da desruralização e da metropolização. “O ritmo da urbanização estadual sofre expressiva diminuição, assim como se verifica um princípio de desconcentração espacial da produção industrial”.

No final do século XX, destaca-se que as mudanças capitalistas de acumulação, com a passagem do padrão fordista para o pós-fordista, contribuíram para o avanço da desmetropolização do espaço fluminense, embora essa ainda seja incipiente. Vale destacar que, se do ponto de vista industrial, constata-se uma certa desmetropolização do espaço fluminense, do ponto de vista da esfera da circulação esta é reforçada. Uma vez que “indica a ampliação da atividade turística nas diversas regiões do estado, a qual está fortemente vinculada ao deslocamento sazonal da população da Região Metropolitana” (ALENTEJANO, 2005, p. 65).

Cabe ressaltar que o interior do estado, embora com um crescimento demográfico ainda baixo, vem ganhando importância, não somente por vir alcançando destaque no fornecimento de alguns produtos à metrópole, mas, principalmente, pelas diversas iniciativas em curso, nas ditas áreas rurais (RUA, 2007; MARAFON, 2017).

Nesse contexto, segundo Marafon (2017, p. 111):

o interior fluminense vem-se destacando não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas também no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado, como orgânicos, ervas finas, leite de cabra, trutas, entre outros), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, spas e casas de segunda residências.

Tendências essas irradiadas pelo intenso processo de urbanização/metropolização que, apesar de projetado pela metrópole, admite, segundo Rua (2007), uma série de inovações que estão sendo detectadas e representam diferentes processos de inventividade das comunidades locais. Inovações que o autor denomina como urbanidades, “por se expandirem em áreas rurais, onde a escala global-metropolitana-distante interage com a escala local-rural-próxima, as chamadas urbanidades no rural” (RUA, 2002 p. 47 *apud* RUA, 2007, p. 288).

Assim, no espaço fluminense, prevalece a projeção da metrópole carioca – metropolização do espaço –, que intensifica o processo de urbanização em escala local ao longo de determinados eixos marcados por elevados índices de população urbana, em que se percebe um movimento mais intenso (baseado na difusão das

referidas urbanidades) do que aquele captado pelas delimitações oficiais (RUA, 2007, p. 288).

Convém mencionar que a inclusão das atividades não-agrícolas, entre evidências dos eixos de urbanização, é questionável para Alentejano (2005, p. 66).

A nosso ver não se trata de um processo de urbanização e conseqüentemente de desruralização, mas de um contraditório processo de re-ruralização, no qual há uma revalorização do espaço rural – seja como áreas de moradia, seja como locus de uma produção em moldes diferenciados do padrão da revolução verde -, que não significa uma volta ao antigo rural, mas a produção de um novo rural e a revitalização demográfica, econômica, política e cultural deste, transformado pelo próprio processo de urbanização e, no caso, do Rio de Janeiro, de metropolização.

Ao seguir o entendimento de Alentejano (2005), esta revalorização do rural se expressa no avanço do ecoturismo, na expansão de atividades de lazer em áreas rurais e na conversão de antigas áreas agrícolas em áreas de veraneio e segunda residência. Como também, em formas de produção agrícolas alternativas que incorporam, crescentemente, a dimensão ambiental.

Quanto ao cenário agrário do estado do Rio de Janeiro, Ribeiro (2002) destaca que este é caracterizado por alguns contrastes. Essas diferenças, segundo o autor, são decorrentes de uma agropecuária tradicional, que domina a maior parte do seu território, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, como a cana-de-açúcar, além da produção de subsistência; do outro, culturas que utilizam métodos mais sofisticados, como a horticultura, a olericultura, a fruticultura e o tomate, constituindo o Cinturão Verde da metrópole, abrangendo os municípios das regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense (RIBEIRO, 2002).

Dados do Censo Agropecuário de 2017, mostram que o estado do Rio de Janeiro apresenta 65.224 mil estabelecimentos distribuídos em uma área de 2,4 milhões de hectares. Do total desses estabelecimentos, 21.438 mil foram classificados como não familiares e 43.786 mil classificados como familiares (Quadro 3). Além disso, 86% dos estabelecimentos agrícolas apresentam menos de 50 ha, demonstrando, segundo Marafon (2017), a relevância da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro e as habilidades que esses agricultores encontram para permanecerem nesta atividade, diante das dificuldades econômicas e da expansão urbana. Neste contexto:

[...] verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos no estado do Rio de Janeiro – têm pouca possibilidade de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro-Sul Fluminense, que embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitação quanto à possibilidade de investir em suas unidades

de exploração. Em outros casos, como na região Serrana, em que há predomínio da produção de hortigranjeiros nas pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como fonte de renda alternativa pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não agrícolas (como caseiros, motoristas, empregadas domésticas, fiscais de rodovia etc.) nas casas de veraneio, nos hotéis e nas prefeituras da região (MARAFON, 2017, p. 113).

Quadro 3 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Ha), número de estabelecimentos e tipologia – Unidade da Federação - Rio de Janeiro – Ano 2017

Grupos de área total	Tipologia		
	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Total	65224	21438	43786
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2813	1128	1685
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1752	634	1118
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2849	888	1961
De 0,5 a menos de 1 ha	2761	709	2052
De 1 a menos de 2 ha	5667	1194	4473
De 2 a menos de 3 ha	5731	1188	4543
De 3 a menos de 4 ha	2618	488	2130
De 4 a menos de 5 ha	4078	918	3160
De 5 a menos de 10 ha	9626	2114	7512
De 10 a menos de 20 ha	9586	2258	7328
De 20 a menos de 50 ha	8670	2751	5919
De 50 a menos de 100 ha	4035	2431	1604
De 100 a menos de 200 ha	2610	2388	222
De 200 a menos de 500 ha	1680	1679	1
De 500 a menos de 1.000 ha	422	421	1
De 1.000 a menos de 2.500 ha	153	153	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	39	39	-
De 10.000 ha e mais	1	1	-

Fonte: SIDRA-IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Assim, é perceptível as transformações que o espaço rural fluminense vem apresentando nos últimos anos. Essas mudanças, como a prática do turismo rural e a difusão de empregos não agrícolas, encontram-se atrelados ao intenso processo de urbanização que marca o estado fluminense (MARAFON, 2017). Cabe ressaltar, conforme Alentejano (2005), que essa revalorização do rural também se expressa no desenvolvimento de formas de produção agrícolas de base ecológicas, que aliam crescentemente a dimensão ambiental e o respeito a diversidade dos ecossistemas.

Em termos regionais, esta tendência de revalorização do rural é mais expressiva no Litoral Sul e na Região Serrana, áreas onde o maior grau de preservação da Mata Atlântica favorece o desenvolvimento do ecoturismo, mas também se verifica no

Vale do Paraíba, onde desenvolve-se crescentemente um turismo histórico que revaloriza as antigas fazendas de café, o que dá novo alento à região de Valença e Vassouras, que perdera importância dentro da região, frente ao maior desenvolvimento industrial do eixo da Via Dutra (ALENTEJANO, 2005, p. 67).

Quanto aos cultivos de base ecológica, a Região Serrana é a que apresenta o maior número de produtores, o que, segundo Alentejano (2005), é explicado por esta região nunca deixar de desempenhar o papel de principal produtora de hortigranjeiros para o mercado metropolitano. Além disso, de acordo com Marafon *et al.* (2011), a estrutura agrária dessa região é marcada por pequenos estabelecimentos, não apresentando grande concentração fundiária. Isso devido ao processo de imigração e colonização europeia, ocorrido no início do século XIX, aliados as condições adversas de culturas tropicais, que assegurou um espaço mais seguro para o desenvolvimento de pequenas propriedades policultoras, destinadas ao mercado interno (MARAFON, 2017). Vale destacar que outras regiões, como a Metropolitana e a Centro-Sul Fluminense, também apresentam crescimento de cultivo de base ecológica que são considerados mais valorizados em escala de mercado.

As primeiras iniciativas de cultivos de base ecológica no território fluminense, à época denominada de agricultura alternativa, foram no final dos anos 1970, sendo o estado considerado o pioneiro neste modo de produção. Os primeiros produtores eram sobretudo de origem urbana, da região metropolitana do estado, que iniciaram as experiências de produção de alimentos sem agrotóxicos, especialmente na Região Serrana Fluminense (STRACH; PALM, 2019).

O marco dessa produção se remete à criação da Cooperativa dos Produtores e Consumidores de Alimentos, Ideias e Soluções Naturais – Coonatura, no ano de 1979. Um grupo de pessoas, entre produtores e consumidores, preocupados com o modelo agrícola convencional, com seus consequentes problemas ambientais e a saúde humana, decidem criar uma cooperativa de produtos ecológicos. Liderados por Paulo Aguinaga, os agricultores iniciam a produção no distrito de Brejal, em Petrópolis (FERREIRA, 2013).

Neste mesmo período, no ano de 1984, é realizado o II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – EBAA, no município de Petrópolis. Este evento, com apoio da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, contou com a apresentação de vários trabalhos técnicos e experimentos práticos que vinham sendo desenvolvidos por pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa. Além disso, segundo Luzzi (2007), a expressiva presença de secretários estaduais, que foram convidados ao evento e passaram a entrar em contato com as discussões da agricultura alternativa, resultou na elaboração do documento chamado “Carta de Petrópolis – protocolo de

intenções”, no qual se comprometeram, dentre outras medidas a redirecionar a pesquisa, a difusão e o uso de alternativas agropecuárias mais adequadas à realidade nacional e a criação de legislação sobre o uso de agrotóxicos¹⁴.

Vale lembrar que crises ambientais, percebidas nos anos 80, conjugadas às críticas ao modelo produtivista de exploração agrícola, fizeram surgir não só no Brasil, mas em escala mundial, movimentos de contestação a esse modelo, pautado no pacote tecnológico da Revolução Verde, que dá seus sinais de esgotamento não apenas econômico, mas social. Assim, reivindicações por uma alimentação mais saudável se unem a campanhas ecológicas pela recuperação do meio ambiente e produção em pequena escala. Neste contexto, novas imagens sobre o meio rural passam a se manifestar num processo de revalorização deste espaço. Não unicamente como um espaço de produção de bens materiais, mas como uma rica fonte de bens simbólicos que, ressignificados, passam a alimentar uma nova dinâmica econômica e social (CARNEIRO, 2012).

No início da década de 1980, diferentes atores, essencialmente de origem urbana, muitos com formação universitária (agrônomos principalmente) e ideais socioculturais e ambientais, foram responsáveis por iniciar cultivos de base ecológica, adquirindo sítios, especialmente na Região Serrana Fluminense (BARROS, 2010; STRACH; PALM, 2019). Vale ressaltar que a maioria destes primeiros agricultores possuíam rendas não-agrícolas, facilitando a ousadia de investirem nessa forma de produção, até então menos praticada (BICALHO, 2004).

Destas experiências surgem motivações para criar canais de comercialização e, em 1984, alguns agricultores se reúnem na cidade de Nova Friburgo para criar uma das primeiras feiras específicas de produtos orgânicos do Brasil, a denominada Feirinha da Saúde (ABIO, 2022). No ano seguinte, esse mesmo grupo fundou a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), com o propósito de possibilitar a troca de experiências entre produtores e facilitar a comercialização de seus produtos, através de uma estrutura comum de pontos de varejo (FONSECA, 2009). Cabe destacar o importante papel desempenhado por esta organização no processo de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil.

Desde sua fundação, a ABIO vem criando mecanismos de aproximação entre produtores e consumidores para ampliar a comercialização de orgânicos no estado do Rio de

¹⁴ Luzzi (2007), citando Weid (2007), ressalta que esta expressiva participação de secretários de estado no II EBAA é resultado de uma mudança de conjuntura política ocorrida com as eleições diretas em 1982. Em vários estados foram eleitos governadores progressistas e este fato permitiu com que muitos engenheiros, pertencentes ao movimento de agricultura alternativa viessem a ocupar cargos públicos.

Janeiro. Seus organizadores, depois de diversas tentativas frustradas em conquistar um espaço público para a instalação de uma feira específica de produtos orgânicos, na cidade do Rio de Janeiro, decidem iniciar a venda num box, adquirido na Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), no bairro do Humaitá na cidade. Além deste local, espaços coletivos como clubes e igrejas também eram utilizados para divulgação, conscientização e comercialização dos produtos orgânicos na cidade (SIQUEIRA, *et al.*, 2020).

Além do pioneirismo em experiências organizativas de produção, o estado do Rio de Janeiro também é precursor na área de pesquisa em agroecologia com três instituições se destacando: UFRRJ, Embrapa Agrobiologia e a Pesagro-Rio. Desta parceria surge, em 1993, o Sistema Integrado de Produção Agroecológico (SIPA), conhecido como “Fazendinha Agroecológica Km 47”, situado em Seropédica na baixada fluminense em uma área de 70 hectares. Trata-se de um sistema integrado de produção agroecológica, na qual pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores interagem para a construção de conhecimentos de base agroecológicos.

É necessário ressaltar, de acordo com Siqueira *et al.* (2020), que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, motivou debates sobre as consequências ambientais, sociais e na saúde humana acarretadas pelo modelo de produção, pautado nos moldes da Revolução Verde. Em consequência, constata-se uma maior demanda por produtos de base ecológica na cidade.

Assim, diante desses acontecimentos, a prefeitura do Rio de Janeiro aceita a criação da Feira Orgânica e Cultural no bairro da Glória (organizada pela ABIO e Coonatura). É preciso frisar que esta permissão foi concedida em moldes excepcionais, pois na cidade não era permitida a criação de novas feiras, por determinação municipal. Assim, a feira foi denominada de orgânica e cultural para facilitar a conceção. Esta feira, além de seu pioneirismo, representou, durante anos, o ponto mais tradicional para se encontrar alimentos orgânicos na cidade (ANDRADE, 2012).

Percebe-se no território fluminense, segundo Feiden, Fonseca e Assis (2002), um longo histórico de cooperação entre diferentes iniciativas institucionais. E um marco nessa cooperação foi a criação da Rede Agroecologia Rio, com atuação entre 1998 e 2000, que teve como principal objetivo a difusão de conhecimentos em práticas de agricultura ecológica, com interesse na pesquisa participativa e na agricultura familiar. Participaram desse projeto sete instituições (públicas e privadas): Embrapa Agrobiologia; Pesagro-Rio; UFRRJ; Emater-Rio; Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); ABIO e Agrinatura Alimentos Naturais Ltda. (AGRINATURA). Este programa teve como pioneirismo a

articulação entre todos os elos da cadeia produtiva da agricultura orgânica. Entretanto, pelos diferentes entendimentos do conceito de agroecologia, entre os diversos atores envolvidos, essa rede não conseguiu o seu melhor aproveitamento (FEIDEN; FONSECA; ASSIS, 2002).

Segundo Barros (2010, p. 603), o aumento da demanda por produtos de base ecológica no mercado metropolitano do Rio de Janeiro e a maior divulgação dessas práticas “atraíram novos produtores, requerendo um processo de conversão para aqueles agricultores já envolvidos na horticultura convencional”. De uma produção inicial, onde a principal motivação eram as questões ideológicas, passam, na década de 1990, por uma alteração quando outros profissionais percebem as qualidades desse modo de produção ou enxergam nichos de mercado (BICALHO, 2004).

Em meados dos anos 1990, os produtos orgânicos chegam aos supermercados do Rio de Janeiro. Entretanto, o baixo volume de produção, a descontinuidade na quantidade e na qualidade da oferta, a fraca infraestrutura de produção e comercialização foram fatores que desestimularam muitos agricultores a continuar neste canal de comercialização (FONSECA, 2009).

Ao longo destes anos, também merece destaque as iniciativas de assistência aos agricultores, desempenhada pela AS-PTA, fundada em 1989, na cidade do Rio de Janeiro, com propósito de fortalecer a agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil (FEIDEN; FONSECA; ASSIS, 2002). Em 1999, esta organização inaugura o Programa de Agricultura Urbana, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, buscando incentivar o aproveitamento de pequenos espaços em comunidades, dentro da cidade, para o cultivo de alimentos, plantas medicinais e criações de animais, sob um enfoque agroecológico¹⁵.

Assim, conforme Strauch e Palm (2019), constata-se que a partir do final da década de 1970, emergiram diferentes iniciativas e experiências em agricultura de base ecológica no território fluminense, mobilizando múltiplos âmbitos: produção, comercialização, consumo, pesquisa, ensino e assistência técnica e extensão rural (ATER). De tal modo que, o histórico

¹⁵ Mais recentemente, o Programa de Agricultura Urbana estabelece uma nova ação de agricultura periurbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, Queimados, Magé, além da cidade do Rio de Janeiro. Com o objetivo de ampliar as oportunidades de ocupação econômica e de geração de renda para agricultores familiares periurbanos, o programa vem estreitando parcerias locais com Univerde, Coopagé, CPT e a Rede Carioca de Agricultura Urbana. E mantém ainda parcerias com instituições de ensino e pesquisa como a Embrapa, UFRRJ e UFF. Além disso, atua ativamente no fomento e animação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), uma rede de organizações da sociedade civil e órgãos públicos voltados para a promoção da agroecologia no estado. Integra a Rede Aguila (Rede Latino-americana de Agricultura Urbana) (AS-PTA, 2022).

de cooperação entre essas diferentes iniciativas, foram fundamentais para a formulação e operacionalização de políticas públicas, em escala federal, para o avanço da regulamentação da produção orgânica no Brasil na década de 2000.

Além disso, quando analisados o desenvolvimento da produção e o mercado de orgânicos no estado do Rio de Janeiro, Fonseca (2009, p. 13) ressalta que estudos sobre a agricultura orgânica controlada (AOC)¹⁶ indicam que a história recente é caracterizada por ciclos de crescimento e diminuição de unidades e da oferta de produtos orgânicos.

Nos momentos em que, pelo fomento de políticas públicas ou pela abertura de canais de distribuição, os mercados sinalizam aumento de demanda, produtores convertem seus sistemas de produção e buscam mecanismo de avaliação da conformidade como garantia de que o produto segue os regulamentos técnicos da AOC. Essa busca está ligada à expectativa de garantia de escoamento dos produtos e de melhor remuneração pelo valor agregado ao produto orgânico, associada aos aspectos sociais e ambientais.

No ano de 1991, o estado do Rio de Janeiro possuía 37 produtores orgânicos credenciados a ABIO, localizados em 15 municípios (ASSIS, 1993). Contudo, ao longo desta década, com as motivações geradas pela ECO-92, a criação da Feira Orgânica e Cultural da Glória e incentivos em parcerias de diversas instituições para o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado, como a criação da “Fazendinha Agroecológica”, ocorreu uma expansão no número de produtores. No ano de 2001, a ABIO passa a contar com 148 produtores, distribuídos por 27 municípios fluminenses, representando um aumento de 300% (CAMPOS, 2001). Esses agricultores se engajam na produção de orgânicos com expectativas ligadas a aspectos socioambientais, melhor remuneração pelo valor agregado ao produto e a esperança de garantia de escoamento dos produtos (FONSECA, 2009).

Entretanto, durante a década de 2000, o número de produtores credenciados a ABIO permaneceu quase inalterado. Vale destacar que muitos agricultores se motivaram na conversão para produção orgânica, porém as dificuldades no cultivo, somadas a falta de canais de comercialização, desestimularam alguns que já estavam no setor e desencorajaram outros a iniciar a conversão.

Assim, segundo Fonseca (2009), as consequências desses períodos de crescimento e de redução se expressam no lento número de produtores orgânicos certificados e nos baixos volumes de produção fornecidos no Rio de Janeiro.

Apesar das iniciativas públicas e privadas voltadas para o estímulo à conversão dos sistemas produtivos para a agricultura orgânica, e da diversidade de experiências implantadas nas áreas de produção, há poucas ações positivas de comercialização desenvolvidas.

¹⁶ Considera-se agricultura orgânica controlada (AOC) uma forma de produção que atende a algum mecanismo de garantia de procedência reconhecido legalmente pelo governo brasileiro (FONSECA, 2009).

No que tange à caracterização dos produtores orgânicos, seguindo tendência no meio rural detectada no final dos anos 90 em pesquisa da Rede Agroecologia Rio (FONSECA, 1999), a renda não agrícola está cada vez mais presente na AOC. Entre 2005 e 2006, oito em cada dez produtores que buscaram a certificação da ABIO eram originários do meio urbano, dispondo de outra fonte de renda e mantendo expectativas na AOC mais como projeto de vida alternativa e menos como atividade econômica (FONSECA, 2007). Por diferentes fatores (logística e escala, entre outros), as distribuidoras estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro encontram-se em situação econômica frágil ou dependem de capitais oriundos de outras atividades. A perspectiva de que a expansão da AOC, principalmente entre os agricultores familiares e pequenos empreendimentos, impulsionasse um rearranjo social que revertesse a tendência de esvaziamento do meio rural no estado tampouco vem se concretizando (FONSECA, 2009, p. 14).

Diante desta realidade, a ABIO que já batalhava por modelos de certificação alternativos à auditoria, e somado a convivência no Grupo de Trabalho de Sistemas Participativos de Garantia, realizados pelo Grupo de Agricultura Orgânica (GAO)¹⁷, decide levar a proposta pela adoção de certificações por Sistemas Participativos de Garantia (SPG) aos seus membros em 2007.

Em debates realizados nos Núcleos, fortaleceu-se a convicção, por um lado, quanto à inadequação, para a agricultura orgânica de base familiar e para a pequena produção, da certificação por auditoria; e, por outro lado, quanto à eficácia da participação como mecanismo de garantia (GOLLO, 2014, p. 241).

Cabe mencionar que os membros de ABIO participaram da criação do GAO e dos debates sobre regulamentos técnicos da certificação orgânica, que ocorreram durante toda a década de 2000. Assim, dispostos a incorporar mecanismos de certificação mais compatíveis com a realidade de pequenos agricultores, o grupo se dedicou, ativamente, no propósito de comprovar a eficácia do SPG e reivindicar o reconhecimento legal desta autenticação (GOLLO, 2014). Em 2007, a Lei 10.831/2003 foi regulamentada pelo Decreto 6323/2007, cujo texto equilibrou as diferentes formas de certificação, seja por auditoria ou participativa, abrindo espaço para a comercialização diretamente pelo produtor, desde que cadastrado junto ao MAPA.

Paralelamente a participação ativa da ABIO nos processos de regulamentação da agricultura orgânica, pelo mecanismo SPG, esta organização também se dedicou no desenvolvimento de mercados alternativos para esses produtos. Segundo Fonseca *et al.* (2013), estudos, no Rio de Janeiro, sobre o perfil dos agricultores e de estratégias de comercialização já vinham sendo realizados pela academia e por outras instituições.

¹⁷ A luta pelo reconhecimento de mecanismos de garantia de produtos orgânicos alternativos à certificação por auditoria teve início no primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), no Rio de Janeiro, em 2002. Nesta oportunidade, formou-se o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) que, formado por representantes da sociedade civil e do governo, passou a intervir diretamente na construção do marco legal da agricultura orgânica brasileira (GOLLO, 2014).

Como fruto desses estudos, a partir de 2007, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do estado do Rio de Janeiro (PESAGRO/RIO) em parceria com: ABIO, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio de Janeiro (EMATER/RIO), identificaram alternativas para aumento da oferta de orgânicos. As oportunidades estavam na modalidade da venda direta para resolução dos gargalos ligados ao crescimento da comercialização de produtos orgânicos. Por isso, passaram a realizar pesquisas e construir ações de fomento ao crescimento da oferta em feiras e para os mercados institucionais. Essas iniciativas aconteceram no interior do estado e na região metropolitana (FONSECA *et al.*, 2013, p. 213).

Diante disso, em 2007, no “I seminário ABIO de Comercialização”, os membros desta organização “definiram que seria de fundamental importância estabelecer a venda direta de seus produtos em feiras como principal estratégia de comercialização em resposta à profunda crise provocada pela relação desastrosa com as cadeias de supermercados” (SIQUEIRA *et al.*, 2020, p. 30). Dessa forma, inicia-se a gestão paralela dos associados da ABIO pelo processo de construção do SPG-ABIO e de um circuito de feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2010, após credenciamento junto ao MAPA, a ABIO passa a emitir certificados a partir do SPG. O mecanismo de credenciamento, a partir da certificação participativa, foi um fator motivacional para que pequenos agricultores fluminenses pudessem agregar qualidade as suas produções. Além disso, neste mesmo ano, o projeto de criação do CCFO é consolidado e o circuito é inaugurado na cidade do Rio de Janeiro.

A certificação participativa, a partir deste contexto, passou a ser de suma importância para viabilizar a certificação orgânica de agricultores no estado do Rio de Janeiro. Essa questão foi crucial no processo de expansão vivenciado, principalmente, a partir de 2010, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas – CCFO (STRAUCH; PALM, 2019, p. 107).

Sendo assim, o credenciamento da ABIO como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e a Criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas modificaram a realidade da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro. A partir de dados coletados por Guimarães (2017), de 2010 a 2017, o número de produtores orgânicos, credenciados pela ABIO, saltou de 137, em abril de 2010, para 565, em junho de 2017, representando um aumento de 312%. E o número de municípios no estado com agricultores certificados como orgânicos ampliou 325%, neste mesmo período (Tabela 7).

Tabela 7 – Evolução quantitativa no número de SPG, produtores e municípios credenciados pela ABIO, entre os anos de 2010 e 2017

Quantitativo	abr/10	set/12	ago/14	mai/16	nov/16	jun/17	Crescimento (%) Período de 2010 a 2017
Número de Grupos de SPG	11	18	20	31	34	39	254
Número de produtores certificados	137	187	270	440	483	565	312
Número de municípios	12	26	38	51	49	51	325

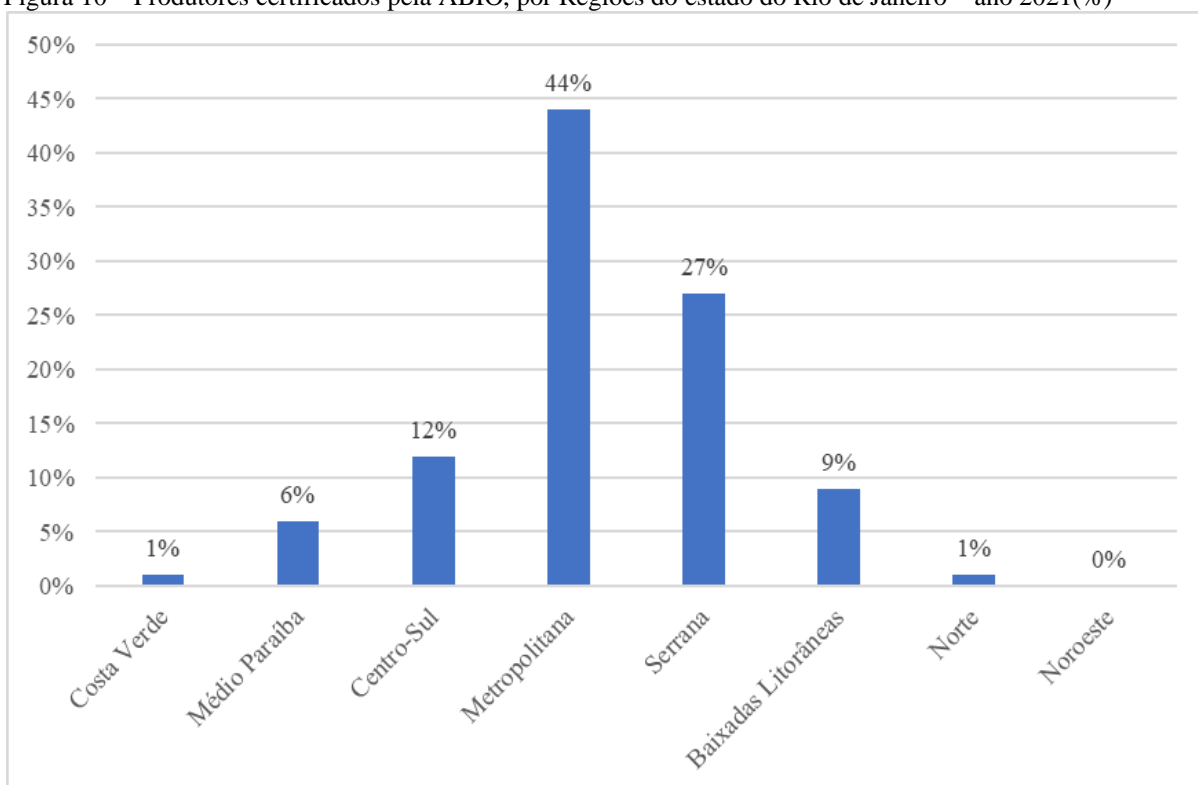
Fonte: elaborado por GUIMARÃES, T. Circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos: o caso de Nova Friburgo/RJ, 2017. 94 p. Dissertação (Mestrado), PGO, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2017, com base em dados da ABIO do ano 2017.

De acordo com as informações coletadas por Siqueira *et al.* (2020), no ano de 2019, a ABIO contava com mais de 700 produtores registrados como fornecedores de produtos orgânicos. Entretanto, conforme os dados coletados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), referentes a agosto de 2021, constatou-se uma queda de 51% no número de produtores registrados pela ABIO, passando a contar com 339 registros. Segundo relatos de Cristina Ribeiro, coordenadora da ABIO, essa expressiva redução teve relação com a queda de pedidos pelo programa governamental PNAE, visto que no período da pandemia, com as escolas fechadas, muitos agricultores ficaram sem demanda e desistiram de produzir.

No ano de 2021, os municípios do estado do Rio de Janeiro com maiores números de produtores credenciados a ABIO foram: Teresópolis, com 69 produtores (18%), Petrópolis, com 65 produtores (17%), Cachoeiras de Macacu, com 26 produtores (7%) e Rio de Janeiro, com 24 produtores (6%). Relativo às regiões do estado com maior percentual de produtores, a Região Metropolitana, com 44%, seguido pela Região Serrana, com 27% e a Região Centro-Sul com 12%, são respectivamente as de maior concentração (Figura 10)¹⁸.

¹⁸ Vale lembrar que, na atual regionalização do estado do Rio de Janeiro, elaborada no ano de 2018, o município de Petrópolis, que fazia parte da Região Serrana, foi transferido para a Região Metropolitana. A título de exemplificação, incluindo o município de Petrópolis na contagem de produtores da Região Serrana Fluminense, esta passaria a apresentar o maior percentual de produtores (44%), seguida pela Região Metropolitana com 27%.

Figura 10 – Produtores certificados pela ABIO, por Regiões do estado do Rio de Janeiro – ano 2021(%)



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – CNPO/MAPA, BRASIL, 2021.

Para Fonseca (2015), citada por Guimarães (2017), o aumento no número de agricultores, certificados pela ABIO, deve-se a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas nas praças da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, como evidenciado por, Strauch e Palm (2019, p. 107), o circuito motivou a abertura de outras feiras pelo estado do Rio de Janeiro.

[...] a criação do Circuito motivou um movimento que vem se estendendo por outras cidades da região metropolitana do estado, como também em municípios do interior do estado. Este processo foi de suma importância para a expressiva ampliação do número de agricultores orgânicos no Rio de Janeiro, certificados, em sua grande maioria, pela ABIO.

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC (2022), a partir do Mapa de Feiras Orgânicas, atualmente, no estado do Rio de Janeiro existem 59 iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas. Sendo que o município do Rio de Janeiro, possui 31 delas, correspondendo a 52% do total (Tabela 8).

Tabela 8 – Municípios do estado do Rio de Janeiro com iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas no ano de 2022

Municípios do estado do Rio de Janeiro	Número de feiras orgânicas e Agroecológicas
Armação dos Búzios	1
Barra Mansa	1
Cabo Frio	1
Campos dos Goytacazes	1
Guapimirim	1
Macaé	1
Mendes	1
Natividade	1
Niterói	5
Nova Friburgo	1
Nova Iguaçu	1
Paraty	1
Petrópolis	1
Pinheiral	1
Piraí	1
Porciúncula	1
Resende	1
Rio das Ostras	2
Rio de Janeiro	31
Seropédica	1
Silva Jardim	1
Teresópolis	1
Três Rios	1
Volta Redonda	1

Fonte: elaborado pelo autor com base no mapa de feiras orgânicas e agroecológicas realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, 2022.

Sendo assim, como demonstrado por Siqueira *et al.* (2020), o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas impulsionou o mercado de venda direta de produtos orgânicos no município do Rio de Janeiro. Além disso, a expansão de feiras pela cidade proporcionou maior visibilidade a esses produtos. Atualmente, os consumidores da cidade do Rio de Janeiro podem adquirir produtos orgânicos em diferentes modalidades como: grupos de compras coletivas, como a Rede Ecológica¹⁹; entrega de cestas em domicílio, como o Orgânicos in

¹⁹ A Rede Ecológica, criada em 2001, configura-se como um movimento social que articula agricultores e grupos de consumidores, e tem por objetivo viabilizar o escoamento da produção de alimentos, promover um consumo mais consciente e sustentável e sensibilizar as pessoas da cidade com a luta do campo (ALMEIDA *et al.*, 2020).

box²⁰, Orgânicos Lagoa²¹, Cesta Camponesa²²; grupos de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), como o Projeto Casa²³ e Organicamente²⁴; dentre outros canais.

Como se vê, desde a década de 2010, com a implantação pela ABIO do mecanismo de certificação pelo método SPG e a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, o estado do Rio de Janeiro vem observando aumento no número de produtores e nos canais de comercialização.

A estratégia de construção do Circuito Carioca de feiras orgânicas no município do Rio de Janeiro, juntamente com o fortalecimento do Sistema Participativo de Garantia da ABIO, teve grande sucesso ao motivar a transição agroecológica e a inserção de um grande contingente de agricultores, majoritariamente familiares neste circuito curto de comercialização, além da valorização dos produtos orgânicos pelos consumidores. O circuito cresceu *pari passu* ao SPG-ABIO contribuindo como espaço de trocas de experiências entre produtores e entre estes e os consumidores, trocas de mercadorias entre produtores, articulação para oferta em outros canais de comercialização e para o crescimento da produção e escoamento de alimentos saudáveis no Rio de Janeiro (SIQUEIRA *et al.*, 2020, p. 4).

3.2 O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e suas interações espaciais

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas surge a partir de uma série de debates, entre membros da ABIO, que apontavam a comercialização e a assistência técnica como os

²⁰ A Orgânicos In Box foi fundada em 2014 após a experiência que uma das suas sócias teve na Califórnia, quando percebeu que os produtos orgânicos eram acessíveis em todos os mercados americanos. Para tornar tais produtos mais disponíveis no Brasil, ela decidiu fundar a empresa e passou a comercializar cestas orgânicas no Rio de Janeiro (ALMEIDA *et al.*, 2020).

²¹ A Lagoa Orgânicos foi fundada em 2012, por meio de uma iniciativa individual de produção de alimentos orgânicos na Fazenda Lagoa, em Teresópolis, que antes desse processo se encontrava improdutiva. A organização tem como principal produto de comercialização as cestas de alimentos orgânicos, oriundos da produção própria da fazenda e também de produtores da agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro (ALMEIDA *et al.*, 2020).

²² A Cesta Camponesa, surgida em 2015, é uma experiência desenvolvida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em parceria com a Escola de Serviço Social da UFRJ, por meio do projeto de extensão “Assentados da Reforma Agrária e Universidade”. Todos os alimentos da Cesta são provenientes da agricultura camponesa e da luta popular por Soberania Alimentar (ALMEIDA *et al.*, 2020).

²³ O Projeto CASA (Comunidade Acadêmica que dá Suporte à Agricultura) foi criado em 2016, a partir de uma ação extensionista de coletivos que integram a Rede de Agroecologia da UFRJ. Trata-se de uma CSA, um sistema de associação entre agricultores e consumidores que objetiva cobrir os custos de produção, garantir alimentos agroecológicos para os consumidores e aproximar estes atores, atualmente tão pouco articulados, tendo em vista o afastamento campo-cidade.

²⁴ O grupo de consumidores e agricultores, denominado Organicamente, corresponde a um modelo de CSA em atividade no Rio de Janeiro desde 2015. Atualmente, possui núcleos de consumidores no município do Rio de Janeiro e de Friburgo.

principais obstáculos para uma maior expansão no número de agricultores no estado do Rio de Janeiro. Segundo Cristina Ribeiro, uma das fundadoras e dirigentes da ABIO (FERREIRA, 2013), as dificuldades, encontradas na comercialização com os supermercados, como o baixo volume de produção, fraca organização dos pequenos produtores e baixa remuneração dos agricultores pelo produto orgânico, fizeram com que os membros da organização concluíssem que as feiras eram a opção mais adequada para os pequenos produtores.

A partir desta constatação, debates sobre os mecanismos de comercialização foram crescendo nos núcleos da ABIO, como também no Grupo de Comercialização da Comissão da Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro (CPOrg/RJ). Assim, começa uma árdua busca pela autorização de novas feiras na cidade do Rio de Janeiro. Vale lembrar que uma normativa municipal impossibilitava a permissão de novas feiras. Neste contexto, para integrantes do governo, o caminho considerado para a permissão deveria relacionar a feira a um evento cultural (FERREIRA, 2013). Sendo assim, segundo o mesmo autor, a partir de relatos de Cristina Ribeiro, a primeira proposta, sugerida pela prefeitura, foi incluir as feiras orgânicas em um encontro cultural, realizado no bairro da Lapa, localizado na zona central do município. Entretanto, este evento, que buscava a revitalização diurna do bairro, não conseguiu as pretensões almejadas e foi encerrado antes do prazo estipulado.

Ainda de acordo com Ferreira (2013), neste mesmo período, após um evento sobre alimentação no bairro do Leme, na zona sul carioca, membros da ABIO conhecem Rosemary Gomes, que trabalhava na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) da prefeitura do Rio de Janeiro, e apresentam a proposta de abertura de novas feiras na cidade. Deste encontro, surge a sensibilização da prefeitura com o projeto e dá início, em 2009, a formação do CCFO. Isto posto, em maio de 2010, o circuito de feiras é inaugurado, sendo as primeiras feiras implantadas no bairro Peixoto (Copacabana), Ipanema, Leblon e Jardim Botânico, além da inclusão da já existente feira da Glória. Entretanto, só em 2012 foi assinado pelo prefeito Eduardo Paes o Decreto nº 35.064 que instituiu e regulamentou o circuito.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, CONSIDERANDO a necessidade de atender a demanda dos cidadãos cariocas, que cresce em importância a cada dia, em função da busca por melhor qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, a segurança alimentar e nutricional, a proteção ao meio ambiente e a construção de um desenvolvimento sustentável. CONSIDERO o interesse público em autorizar o funcionamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, tendo em vista a sua importância para o escoamento da produção de pequenos produtores rurais da capital e interior do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, Decreto Municipal, n 35.064, 2012).

Em seu regimento interno, o circuito se caracteriza como uma cadeia curta de produção, comercialização e consumo, de base agroecológica, organizado em uma rede de feiras e destinadas à venda direta de produtos orgânicos, conforme definidos pela Lei Federal nº 10.831/2003. Trata-se de uma parceria entre a SEDES, da prefeitura do Rio de Janeiro, e organizações vinculadas a temas de base ecológico que assumam a gestão das feiras.

O circuito traz, em sua essência, a eliminação da figura do intermediário a partir da comercialização direta entre produtores, e consumidores. Desta forma, garantindo a viabilização econômica dos produtores, o acesso da população a alimentos mais saudáveis e a preços mais justos.

Quanto aos objetivos do CCFO, são mencionados:

- a) Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Aumentar o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro aos alimentos orgânicos, através de uma cadeia de produção de venda direta, sem atravessadores, aproximando quem produz de quem consome;
- c) viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro;
- d) Divulgar informações e conhecimento que ajudem a conscientizar e instruir a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos para a preservação do meio ambiente e da saúde humana;
- e) Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;
- f) Ser reconhecido com um “Sistema Alimentar Sustentável”, estimulando a compreensão sobre o atual modelo de produção, distribuição, consumo de alimentos e promovendo a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (DOM-RIO, Regimento interno do CCFO, 2015).

Nesse sentido, o circuito visa ampliar a agricultura ecológica no Estado do Rio de Janeiro, incentivando a integração entre diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo, além de fomentar a regionalização dessa conexão. Vale evidenciar, o reconhecimento no decreto de se tratar de uma alimentação mais sustentável que promove a segurança e soberania alimentar.

O CCFO possui um Conselho Gestor que é composto por representantes da prefeitura do Rio de Janeiro (poder público) e de organizações que firmam parceria com a prefeitura para realizar a gestão das feiras. Este canal serve como espaço de diálogo e deliberações sobre os objetivos, os resultados atingidos, os cronogramas de ações conjuntas, a inclusão de novas feiras e de organizações gestoras.

Além disso, o CCFO possui uma Governança cujas reuniões ordinárias configuram o espaço de diálogo, construção e aprimoramento desta política municipal na cidade do Rio de Janeiro.

A Governança é composta por representantes da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES, da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –

MAPA, entre outras instituições gestoras das feiras orgânicas, e outras organizações do terceiro setor e de representações de produtores orgânicos agroecológicos. A participação na Governança do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas se dará por convite da SEDES ou por requisição de participação da mesma (DOM-RIO, Regimento interno do CCFO, 2015).

Sendo assim, o circuito é regulamentado, em 2012, contendo três atores principais: a prefeitura, representada a época pela SEDES, correspondendo ao setor público; a ABIO, junto aos produtores; e a Associação de Moradores dos bairros representando os potenciais consumidores. Atualmente, o circuito é composto por 21 feiras, distribuídas por diferentes bairros na cidade do Rio de Janeiro (Figura 11 e Quadro 4).

Figura 11 - Localização espacial das feiras do CCFO



Fonte: Mapa de localização das feiras do CCFO, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, 2022, adaptado pelo autor, 2022. Disponível em: <https://www.feirasorganicas.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Quadro 4 – Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (continua)

Inauguração	Feira	Praça/ Bairro/ Zona Administrativa da Cidade	Dia de funcionamento
Outubro/1994	Feira Orgânica e Cultura da Glória	Praça do Russel - Glória - Zona Sul	Sábado
Maio/2010	Feira Orgânica do bairro Peixoto	Praça Edmundo Bittencourt - Copacabana - Zona Sul	Sábado
Junho/2010	Feira Orgânica de Ipanema	Praça Nossa Senhora da Paz - Ipanema - Zona Sul	Terça-feira
Setembro/2010	Feira Orgânica do Leblon	Praça Antero de Quental - Leblon - Zona Sul	Quinta-feira

Quadro 4 – Feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (continuação)

Inauguração	Feira	Praça/ Bairro/ Zona Administrativa da Cidade	Dia de funcionamento
Setembro/2010	Feira Orgânica do Jardim Botânico	Praça da Igreja São José da Lagoa - Jardim Botânico - Zona Sul	Sábado
Novembro/2011	Feira Orgânica da Tijuca I	Praça Afonso Pena - Tijuca - Zona Norte	Quinta-feira
Setembro/2013	Feira Agroecológica da Freguesia	Praça Professora Camisão - Freguesia/Jacarepaguá - Zona Oeste	Sábado
Outubro/2013	Feira Orgânica da Barra da Tijuca	Praça do Ó - Barra da Tijuca - Zona Oeste	Terça-feira
Dezembro/2013	Feira Orgânica da Laranjeiras	Praça Jardim Laranjeiras - Laranjeiras - Zona Sul	Terça-feira
Dezembro/2013	Feira Orgânica de Botafogo	Praça Nelson Mandela - Botafogo - Zona Sul	Sábado
Dezembro/2013	Feira Orgânica do Flamengo	Praça José de Alencar - Flamengo - Zona Sul	Terça-feira
Maio/2014	Feira Orgânica de Olaria	Praça Marechal Maurício Cardoso - Olaria - Zona Norte	Sábado
Outubro/2014	Feira Orgânica da Urca	Praça Cacilda Becker - Urca - Zona Sul	Sábado
Janeiro/2015	Feira Orgânica da Tijuca II	Praça Xavier de Brito - Tijuca - Zona Norte	Sábado
Outubro/2015	Feira Orgânica da Praça General Osório	Praça General Osório - Ipanema - Zona Sul	Quinta-feira
Novembro/2015	Feira Agroecológica da Ilha do Governador	Praça Jerusalém - Jardim Guanabara - Zona Norte	Sábado
Dezembro/2015	Feira Orgânica Parque das Rosas	Praça General Santander - Barra da Tijuca - Zona Oeste	Quinta-feira
Fevereiro/2016	Feira Orgânica do Grajaú	Praça Edmundo Rego - Grajaú - Zona Norte	Sábado
Maio/2016	Feira Orgânica do Leme	Praça Almirante Júlio de Noronha - Leme - Zona Sul	Sábado
Maio/2017	Feira Orgânica da Gávea	Praça Santos Dumont - Gávea - Zona Sul	Sábado
Março/2018	Feira Orgânica do Recreio	Praça Rustier Gonçalves - Recreio dos Bandeirantes - Zona Oeste	Sábado

Fonte: Expandido de Fonseca *et al.* (2013) e Valença (2016). Adaptado e modificado pelo autor, 2022.

Assim, o circuito se estrutura a partir de diferentes atores que interagem entre si espacialmente. Existem dois atores principais, os produtores e os consumidores, que representam a essência da rede, pois o circuito tem por finalidade aproximar as duas pontas da cadeia. Além disso, há outros agentes sociais que compõem essas relações a partir da mediação e do auxílio na manutenção do circuito. Posto isso, faz-se necessário a compreensão das interações espaciais desenvolvidas pelos atores que proporcionam a existência do CCFO, são eles: a Secretaria Municipal, as organizações gestoras, as associações de moradores, os produtores, os feirantes, os consumidores, bem como instituições e organizações que apoiam o circuito e a produção de orgânicos no estado do Rio de Janeiro.

No período de criação do CCFO, o setor do governo responsável pela viabilização da proposta foi a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), criada no governo do então prefeito Eduardo Paes²⁵, a partir da Política Pública de Fomento a Economia Solidária (Lei nº 5.435/2012). Esta secretaria tinha como finalidade a promoção de atividades econômicas auto gerenciadas, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, bem como a criação de novos grupos e sua integração a redes associativistas e cooperativistas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços. Assim, caberia a esse órgão criar Centros Públicos de Economia Solidária, Incubadoras Públicas de Empreendimentos Solidários, Centros de Comercialização Justa e Solidária e Mercados Públicos de Empreendimentos Econômicos Solidários. Portanto, uma secretaria totalmente vinculada com a proposta do CCFO que adota os princípios do comércio justo, ético e solidário. Esses princípios estão postos no regimento interno do circuito que garante a autogestão das feiras pelo coletivo de feirantes e pelas organizações gestoras (FONSECA *et al.*, 2013).

Entretanto, no ano de 2017, com a entrada de Marcelo Crivella²⁶ na prefeitura do Rio de Janeiro, essa secretaria é extinta e o circuito de feiras é incorporado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI), criado a partir da fusão das Secretarias Municipais de Trabalho e Emprego (SMTE) e da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (SECT). Nesse contexto, o circuito foi incorporado a uma secretaria com menos relação com suas demandas, representando, de acordo com o relato de alguns coordenadores das feiras, um período de pouco diálogo com a prefeitura.

Em 10 de junho de 2020, em pleno período de pandemia da Covid-19, uma resolução do governo municipal do Rio de Janeiro revogou, de maneira arbitrária e sem nenhum debate com os outros atores do circuito, o regimento interno do CCFO, extinguindo o Conselho Gestor e sua Governança. Esta decisão foi repudiada pelas organizações gestoras, organizações sociais, parlamentares e personalidades familiarizados as com pautas agroecológicas. Sendo assim, representados pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), estes atores publicaram uma nota de repúdio a decisão da prefeitura.

A extinção do Conselho Gestor do CCFO, sem qualquer comunicação ao mesmo, bem como da normativa de realização do circuito e das feiras, coloca em risco o funcionamento democrático das feiras, que são espaços de

²⁵ Eduardo Paes foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 2009-2016, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e no ano de 2021 retorna eleito para o mesmo cargo. Todavia, representando o Partido Social Democrático (PSD).

²⁶ Marcelo Crivella foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2017-2020, pelo Partido Republicanos (PR).

abastecimento de alimentos saudáveis, orgânicos para a população da cidade. A medida tomada sem consulta e participação da instância representativa coloca em risco de prejuízo mais de 200 agricultores e produtores que tem seus produtos sendo comercializados nas feiras e grande parte das suas rendas provenientes daí, bem como mais de 5.000 famílias que se abastecem nesses espaços (AARJ.WORDPRESS.COM, 2020).

Essa nota, juntamente com uma petição, conseguiram a assinatura de 6.352 pessoas que se mostraram sensibilizadas e contrárias a determinação tomada pela prefeitura. Entretanto, segundo entrevistas com gestores, nenhuma modificação de fato ocorreu e as feiras continuaram funcionando sem alterações.

Vale destacar que o circuito até então funcionava pelo Decreto nº 35.064, não tendo natureza jurídica de lei. Assim, parlamentares defensores de pautas de base ecológica, representados pelo então vereador Renato Cinco, apresentaram, em julho de 2020, um Projeto de Lei nº 1854/2020 que vislumbrava a consolidação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, na cidade do Rio de Janeiro, como um canal comercial e de incentivo ao sistema orgânico de produção agropecuária. Nessa nova resolução, o Circuito não se submeteria às normas específicas que regulam as feiras livres, conforme a Lei Municipal nº 492, de janeiro de 1984, dada a especificidade de seus produtos, expositores e fornecedores, além de suas características intrínsecas como a venda direta realizada por agricultores e produtores e garantia de origem dos produtos.

Além disso, cada feira orgânica do CCFO só poderia ser gerenciada por pessoa jurídica de notória qualificação e atuação no tema. Assim, a escolha dos gestores seria feita pelo Conselho de Autogestão e observando como critério a preferência por expositores e instituições que já participassem do circuito.

Após mais de um ano de tramitação, a Lei 7.149/2021 é a provada com alguns vetos, incluindo a negação da diferenciação das especificidades da feira de produtos orgânicos das feiras de produtos convencionais. Entretanto, em fevereiro de 2022, todos os vetos são rejeitados e a lei é encaminhada para publicação. Sendo assim, o CCFO, criado por um decreto e garantido por sua resistência, transforma-se em lei, de forma a garantir a sua existência.

Atualmente, segundo informações do portal da prefeitura do Rio, o circuito ainda aparece vinculado à SMDEI. Contudo, segundo Cristina Ribeiro, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de um decreto, desvinculou as feiras da mesma e a atrelou à Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP). Cabe ressaltar que a modificação foi realizada sem nenhum comunicado as instituições organizadoras das feiras. Para Bernadete Montesano, uma das lideranças da Rede CAU, configura-se como uma desconsideração e uma incoerência,

pois as feiras orgânicas não têm relação com uma organização que cuida de ordenamento urbano. Convém ainda mencionar que até o fechamento desta dissertação, os representantes do circuito ainda aguardavam a regulamentação da Lei 7.149/2021, pela prefeitura.

Quanto aos atores representados pelas organizações gestoras, atualmente, são compostos por cinco organizações: ABIO, AS-PTA, em parceria com a Rede CAU, Essência Vital e AULA. Estes, basicamente, devem fiscalizar o funcionamento e manter a qualidade dos serviços prestados nas feiras orgânicas (Quadro 5).

Quadro 5 – Gestoras e feiras administradas no CCFO

Gestora	Feira
ABIO	Feira Orgânica e Cultura da Glória
	Feira Orgânica do bairro Peixoto
	Feira Orgânica de Ipanema
	Feira Orgânica do Leblon
	Feira Orgânica do Jardim Botânico
	Feira Orgânica da Tijuca I
	Feira Orgânica da Barra da Tijuca
	Feira Orgânica de Olaria
	Feira Orgânica da Praça General Osório
	Feira Orgânica Parque das Rosas
Feira Orgânica do Recreio	
AS-PTA/ Rede CAU	Feira Agroecológica da Freguesia
Essência Vital	Feira Orgânica de Laranjeiras
	Feira Orgânica de Botafogo
	Feira Orgânica do Flamengo
	Feira Orgânica da Urca
	Feira Orgânica da Tijuca II
	Feira Orgânica do Grajaú
Feira Orgânica do Leme	
AULA	Feira Agroecológica da Ilha do Governador

Fonte: O autor, 2022.

A ABIO, fundada em 1985, busca contribuir para o fortalecimento da agricultura de base ecológica, através da prestação de serviços aos agricultores, produtores e extrativistas. Para tal, atua em três áreas principais: certifica seus membros por meio do SPG, que permite aos seus associados o uso do selo do Sistema de Garantia de Avaliação da Conformidade Orgânica; atua no apoio à comercialização, buscando aproximar produtores e consumidores, principalmente, por meio de feiras e mercados institucionais; além de participar de diversos fóruns, nos quais dá continuidade à luta que motivou a sua criação, em prol da agricultura

familiar, da pequena produção e da disseminação da agroecologia e da agricultura orgânica (ABIO, 2022). Vale ressaltar que essa associação, hoje, representa todos os agricultores do estado que possuem certificação pelo mecanismo SPG.

Em relação a atuação no circuito, essa é a mais antiga gestora, tendo participado do processo de criação e articulação entre órgãos do governo para a implantação da rede de feiras, no município do Rio de Janeiro. Atualmente, gerencia dez feiras orgânicas, localizadas nos bairros de Ipanema (praça Nossa Senhora da Paz), Barra da Tijuca (praça do Ó e praça General Santander), Leblon (praça Antero de Quental), Tijuca (praça Afonso Pena), Glória (praça do Russel), Peixoto/Copacabana (praça Edmundo Bittencourt), Jardim Botânico (praça da igreja São José da Lagoa), Olaria (praça Marechal Maurício Cardoso) e Recreio dos Bandeirantes (praça Restier Gonçalves).

A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia se trata de uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Oficialmente, esta associação se responsabiliza pela feira como assessora técnica (FERNANDEZ; FERREIRA, 2017) e a gestão é realizada pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

A Rede CAU concerne a um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Ao atuar junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável como dimensão de luta campo-cidade e na adequação e acesso às políticas públicas. Além disso, em seu coletivo, atuam representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino, bem como agentes não governamentais, que se percebem na autonomia para essa representação. Essa rede coordena a Feira Agroecológica do bairro da Freguesia/Jacarepaguá (praça Professora Camisão) desde 2013, sendo a primeira feira vinculada ao circuito localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Por ser uma entidade atuante em movimentos sociais seus organizadores denominam essa feira como agroecológica e não como orgânica.

Fora do circuito, a Rede CAU coordena a Feira da UERJ, no Maracanã; Feira da Roça, em Vargem Grande; e a Feira Agroecológica Josué de Castro, na Fiocruz em Manguinhos. Existem também alguns pontos de comercialização, como a Feira do Ministério da Saúde, as feiras de Campo Grande, que acontece na sede da Emater e no Rio da Prata em Campo Grande, e o espaço de comercialização Terra Crioula (LIMA *et al.*, 2019).

Outra gestora do circuito é a organização não governamental, dedicada a ações socioambientais, denominada Essência Vital. Fundada em 2002, na ecovila Casa da Essência, no Vale do Rocio, dentro da APA de Petrópolis. Trata-se de uma organização que é mantida

por doações espontâneas de pessoas físicas. Algumas de suas ações foram dedicadas a reciclagem de resíduos sólidos; ao reflorestamento da Mata Atlântica; à criação de ecovila e centro de tratamentos naturais na APA do Rocio; ao suporte de pessoas soropositivas para hiv/aids; para campanhas de distribuição de alimentos; apoio de agricultores orgânicos; e a implantação de feiras de base ecológica (ESSÊNCIAVITAL, 2022).

No momento, essa organização vem atuando, exclusivamente, no trabalho de gestão das feiras que coordena no CCFO. Atualmente, oito feiras são organizadas por esta gestora: feiras de Laranjeiras (praça Jardim Laranjeiras), Flamengo (praça José de Alencar), Botafogo (praça Nelson Mandela), Tijuca (praça Xavier de Brito), Leme (praça Almirante Júlio de Noronha), Gávea (praça Santos Dumont), Urca (praça Cacilda Becker) e Grajaú (praça Edmundo Rego).

A última gestora a ser incorporada ao circuito foi a Associação Universitária Latino Americana (AULA). Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 2005, que se descreve como uma entidade que atua nas áreas de educação, cultura, meio ambiente e comunicação. No requerimento, junto à Secretaria Municipal para a aprovação de sua inclusão como gestora do circuito, essa associação alegou o seu comprometimento com temas de segurança alimentar e nutricional. Assim, em 2015 é inaugurada a Feira Agroecológica e Cultural da Ilha do Governador, localizada no bairro Jardim Guanabara. Vale ressaltar que esta optou pela denominação agroecológica ao invés de orgânica.

Cada feira deve indicar um representante, que responderá pela feira e pela organização gestora, tendo como local de base a barraca institucional. Assim, cada gestora tem a autonomia para definir os mecanismos de gestão participativa adotados nas feiras, por ela coordenadas, respeitando o regimento geral do circuito. Além disso, é função dos gestores a articulação local com a associação de moradores, administração local (RA/subprefeituras), órgãos públicos e demais entidades envolvidas na implantação de novas feiras, estas já aprovadas no planejamento do conselho gestor do circuito.

No intuito de conseguir mais informações sobre o gerenciamento das feiras, atualmente, foram realizadas entrevistas com representantes das gestoras que coordenam o circuito. Cabe ressaltar que não se teve acesso aos responsáveis pela Feira de Botafogo, administrada pela Essência Vital, e da Feira da Ilha do Governador, organizada pela AULA. Assim, a fim de conseguir informações, referentes aos atores que não foi possível contato, entrevistou-se um produtor nessas duas feiras, indicado pelos feirantes como conhecedor das normas.

Nas três feiras visitadas organizadas pela ABIO, nota-se que os coordenadores possuem uma barraca específica para informações, como estabelecido no regimento do circuito. Estes relataram que a gestão das feiras é realizada de forma participativa com os produtores desde a decisão dos preços, entrada de novos feirantes, como também eleições para escolha dos coordenadores. Referente a aspectos sociais, questionou-se se as feiras do circuito estão atingindo a pretensão de aumentar o número de produtores orgânicos no estado do Rio de Janeiro, bem como do acesso a produtos orgânicos a um maior número de consumidores na cidade. Os gestores confirmaram o sucesso da feira, destacando o número crescente de feiras inauguradas desde a criação do circuito, além de ressaltarem a expansão das feiras para bairros fora da zona sul carioca, considerada a região de maior poder aquisitivo da cidade.

Ademais, o desempenho do circuito também pode ser mensurado pelos aspectos econômicos. Esses dados financeiros podem ser observados ao comparar o rendimento do circuito, relatado no ano de 2011, por Fonseca *et al.* (2013), em torno de R\$ 2,5 milhões (dois e meio milhões de reais) anuais e o valor estimado, para o ano de 2019, relatado por Siqueira *et al.* (2020), em torno de R\$ 7,5 milhões (sete e meio milhões de reais), revelando a importância das feiras para os produtores e consumidores.

Entretanto, convém mencionar que a crise econômica, enfrentada pelo país há alguns anos, com agravamento causado pela pandemia da Covid-19, desencadeou na queda das vendas, segundo os entrevistados. De acordo com Mayná Melo, coordenadora da feira da Glória, as pessoas não deixaram de comprar nas feiras, entretanto, reduziram o volume de compras. Além disso, as muitas alternativas que se criaram de acesso aos consumidores por produtos orgânicos ou agroecológicos (entregas de cestas, grupos de compras coletivas, grupos de CSA, dentre outros) também devem ser consideradas (SIQUEIRA *et al.*, 2020; ALMEIDA *et al.*, 2020).

Nas entrevistas com os representantes das outras gestoras, estes declararam satisfações quanto aos aspectos sociais, conquistados pelo comércio justo e solidário desempenhado no circuito, e uma relativa preocupação quanto aos aspectos econômicos, diante de uma respectiva queda nas vendas, no momento atual. Vale destacar que a gestora Essência Vital foi a que mais inaugurou feiras nos últimos anos no circuito, e a Rede CAU vem gerando representatividade aos agricultores urbanos da Zona Oeste da cidade. Entretanto, na feira da Ilha do Governador, organizada pela AULA, foi relatado que desde 2019, após a saída da antiga coordenadora Marcia Ribeiro não receberam nenhum substituto para auxiliar na organização da feira. Perguntados sobre o apoio da gestora AULA, estes responderam que a

feira, atualmente, funciona sem nenhum contato e suporte da gestora. Segundo os agricultores, esta feira, que já contou com 15 licenças e 22 barracas, hoje só possui 2 licenças e 3 barracas. Diante dessa realidade existe a preocupação dos agricultores quanto ao futuro da mesma (figura 12).

Figura 12 – Feira Agroecológica da Ilha do Governador em diferentes anos: imagem A, em 2016, e imagem B, em 2021



Fonte: imagem A, disponível em: <<https://www.facebook.com/FeiraAgroecologicaIlhadoGovernador/>>, Acesso em: 13 fev. 2022; imagem B, o autor, 2021.

Os representantes das quatro gestoras, quando perguntados sobre os principais problemas enfrentados na organização das feiras, foram unânimes em reprovar a falta de apoio da prefeitura do Rio de Janeiro. Nenhuma das feiras possui banheiros químicos ou lixeiras disponibilizadas pela prefeitura. Cabe evidenciar que todos os locais de realização das feiras são limpos pelos próprios feirantes após o encerramento das feiras.

Outra questão indagada aos entrevistados foi como as feiras se adaptaram ao período da pandemia da Covid-19. Segundo os informantes, o pior momento atravessado ocorreu no início da pandemia, pois, no dia 20 de março de 2020, véspera de realização das feiras orgânicas, a prefeitura do Rio de Janeiro determinou o fechamento de diversos estabelecimentos e espaços de comercialização ao ar livre, no intuito de evitar a contaminação do vírus. Vale destacar que os supermercados, apesar de precisarem seguir normas diferenciadas, não foram impedidos de funcionar.

Assim, os produtores, que já estavam com suas mercadorias colhidas e prontas para serem levadas às feiras foram surpreendidos por essa decisão repentina. Nesta circunstância, a maneira utilizada pelos gestores para que os agricultores não perdessem a produção foi divulgar o contato telefônico dos produtores para a venda direta por cestas. Além disso, as vendas foram realizadas sem a montagem das barracas, dentro dos carros e caminhões de transporte dos produtos. Entretanto, apesar das medidas improvisadas pelos gestores e

agricultores, além da sensibilização de muitos consumidores que compraram os produtos, foi relatado um grande prejuízo aos produtores.

Diante disso, as gestoras do circuito, juntamente com organizações que apoiam os agricultores de base ecológica, se uniram para solicitar, junto a prefeitura, um olhar particularizado para as feiras orgânicas e agroecológicas. Segundo seus gestores, essas possuem uma ordenação diferenciada das feiras convencionais, pois dispõem de um número reduzido de barracas e não geram aglomerações. Assim, a partir deste pedido, na semana seguinte ao decreto de fechamento das feiras, a prefeitura concedeu um aval especial de funcionamento às feiras do CCFO. Vale ressaltar que as feiras, regidas pela gestora Essência Vital, mantiveram o período de quarentena e só voltaram a funcionar em junho do mesmo ano.

Assim, nesse contexto de pandemia, apesar da autorização do retorno das feiras do circuito, foi constatada uma queda acentuada no número de vendas, segundo relato dos entrevistados. A estratégia, apontada pelos coordenadores, neste contexto, baseou-se na divulgação do número de *WhatsApp*²⁷ dos produtores, nas redes sociais das feiras, no intuito de oferecer entregas em domicílio. Entretanto, essas entregas foram realizadas de maneira independente pelos produtores, mas nem todos conseguiram se adaptar.

Cabe destacar que a feira da Freguesia, a partir de um projeto de extensão, denominado “Tecnologia e comunicação para o fortalecimento de circuitos de produção: a entrega de cestas na Feira Agroecológica da Freguesia”, realizado pela Professora Annelise Fernandez, docente da UFRRJ e integrante da Rede CAU, iniciou neste período um projeto de entrega de cestas envolvendo todos os produtores da feira.

Desde 2019 estamos planejando a criação da entrega de cestas, mas existe uma série de dificuldades na organização. Estava com meu aluno organizando a página da feira e fazendo leituras e nesse meio tempo veio a pandemia. Chegou a ordem de fechamento das feiras e tivemos que nos organizar para conseguir escoar a produção dos feirantes. Nessas horas notamos as dificuldades por não ter um entreposto, um local que pudéssemos fazer a distribuição. Eu moro numa rua fechada aqui próximo da feira e falei: ‘vamos lá para casa, numa rua que tem um bom espaço’. Comunicamos os vizinhos e montamos as entregas ali mesmo. Depois as feiras voltaram a abrir, pois houve um entendimento que as feiras orgânicas têm uma frequência diferente [mais espaçada e arejada]. Então conseguimos voltar a funcionar.

Eu faço parte da associação de moradores aqui da Freguesia (AMAF) e tem um rapaz que organiza um site chamado Onde Moro. Ele também é da associação de moradores, lida com marketing e quis ajudar. Pensamos na divulgação das cestas utilizando o *WhatsApp*. A pessoa entra pelo site da feira, faz os pedidos e cai no

²⁷ O *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas para celulares. Com ele, pode-se enviar e receber mensagens de texto, imagens e arquivos multimídia.

grupo de *WhatsApp*. Assim, nos organizamos e realizamos a entrega de três tipos de cestas progressivas (informação verbal)²⁸.

Segunda a professora, desde o início a intenção da cesta era envolver todos os produtores da feira num objetivo coletivo: “A gente procura pensar a feira como um sujeito coletivo. A feira é diferente das necessidades individuais de cada agricultor. A intenção foi a procura de um equilíbrio nas vendas dos produtos de cada agricultor, sem deixar nenhum desfavorecido”.

Em março de 2022, a entrega de cestas fez dois anos e vem, mesmo após o ápice da pandemia, atendendo um público que prefere receber os pedidos em casa (Figura 13).

No auge da pandemia entregamos em média 25 cestas, hoje, estamos numa média de 15. A cesta representa mais uma opção de complemento nas vendas dos produtores. É um dinheirinho que entra e permite que eles paguem a gasolina, por exemplo (informação verbal)²⁹.

Sendo assim, a existência da cesta foi possível a partir da união de diferentes atores que, a partir de intenções comuns, demonstraram a força das redes solidárias que movem o circuito.

Figura 13 – Montagem de cestas de produtos agroecológicos na feira da Freguesia



Fonte: O autor, 2022.

²⁸ Entrevista concedida por FERNANDEZ, Annelise. [abr. 2022]. Entrevistador Sandro Lessa Andrade. Rio de Janeiro. 1 arquivo. Mp3 (32 min.).

²⁹ Entrevista concedida por FERNANDEZ, Annelise. [abr. 2022]. Entrevistador Sandro Lessa Andrade. Rio de Janeiro. 1 arquivo. Mp3 (32 min.).

Outro ator importante, participante do circuito, são as Associações de Moradores dos bairros. Estes assumem um papel decisório na solicitação, aprovação e no poder de veto sobre a implantação de feiras nos bairros. Uma associação de moradores, em um sentido amplo, é a reunião de pessoas, sob uma direção comum, visando alcançar finalidades específicas. Trata-se de uma pessoa jurídica, sem fins lucrativos, criada por um grupo de pessoas de uma determinada localidade. Cabe ressaltar, segundo Valença (2016), a participação da Associação de Moradores de Copacabana (AMACOPA) na elaboração da minuta do regimento interno do CCFO, no período de sua criação.

Outra iniciativa importante das associações é a divulgação das feiras entre os moradores dos bairros. Esta atividade é perceptível no site da Associação de Moradores da Freguesia/Jacarepaguá (AMAF), que separa um espaço de divulgação da feira agroecológica do bairro com informações sobre a mesma e esclarecimentos sobre a agricultura urbana agroecológica, na Zona Oeste da cidade³⁰. Entretanto, de acordo com informações de alguns gestores, geralmente essas interações ficam limitadas somente aos procedimentos de abertura das feiras, sem maiores envolvimento no cotidiano delas.

Quanto aos atores representados pelos feirantes, observa-se que participam das feiras agricultores familiares e pequenos produtores submetidos a algum dos mecanismos de garantia (certificação por auditoria, sistemas participativos de garantia e controle social para a venda direta) previsto no Decreto 6.323/2007, e comerciantes devidamente legalizados. Assim, nas feiras, percebe-se a existência de três tipos de feirantes: os feirantes produtores, os feirantes mercadores e os feirantes funcionários.

É preciso frisar que muitos produtores estão inseridos em grupos sociais, como associações e cooperativas³¹ de agricultores, permitindo uma maior organização e estratégias para defenderem seus interesses e resolverem os problemas comuns. Isso possibilita o fortalecimento econômico e social. Vale destacar a participação da associação de agricultores de Vargem Grande (Agrovargem) com a Rede CAU na criação da Feira Agroecológica da

³⁰Portal AMAF, Disponível em: <http://www.amafreguesia.org/feira-agroecologica-da-freguesia/>.

³¹ Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Os autores entendem que, ao possibilitarem o crescimento da renda e, por conseguinte, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, em diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico. As associações, bem como as cooperativas, contribuem com a organização da produção familiar. Nos assentamentos rurais, estas formas associativas têm se estabelecido de forma expressiva, refletindo uma melhora no nível de produção dos agricultores familiares. Essa contribuição pode ocorrer de forma econômica, política, social e cultural (SANGALI *et al.* 2015).

Freguesia (Fafre), em 2013, e seus esforços pelo reconhecimento e visibilidade da agricultura e dos agricultores da Zona Oeste, da cidade do Rio de Janeiro.

Os feirantes produtores são os que trabalham na produção agrícola *in natura* ou em atividades de processamento de alimentos (bolos, geleias ou biscoitos). Convém ressaltar que algumas barracas são compostas por grupos de muitas famílias, permitindo a divisão de tarefas entre eles. Assim, em alguns casos, a função de venda fica encarregada aos que se julgam mais aptos, não necessariamente estes participando do processo de plantio ou colheita. Realidade que ocorre no grupo GP Brejal, originário de Petrópolis que, por ser um grupo com mais de 40 famílias, as funções acabam sendo melhor partilhadas.

Entre os feirantes produtores, também foi relatado o caso dos que trazem mercadorias de outros produtores que não conseguem deslocar seus cultivos ou que preferem não participar da função comercial. Tal situação foi relatada por um feirante produtor na feira de Botafogo, que traz produtos de outros agricultores e negocia os valores, segundo ele, de forma justa para ajudar tanto a si mesmo com mais variedades, como o agricultor que prefere não participar da comercialização.

Como lembrado por Valença (2016, p. 82), se por um lado essa prática vai contra o propósito inicial da feira que busca a venda direta dos produtos pelo próprio agricultor, por outro:

[...] não é todo produtor que está preparado para arcar com as despesas do deslocamento de sua produção até a feira, investir no aluguel da barraca semanalmente e, dependendo da gestora da feira também investir no pagamento ao gerente, ou ainda, que mesmo que tenha recursos para esse investimento, não possui o perfil para vender nas feiras orgânicas e entrar em contato com o consumidor. Por isso, a compra e a revenda nas feiras orgânicas podem beneficiar esse tipo de produtor, pois é uma forma de vender sua produção.

Sendo assim, como constatado por Valença (2016) e confirmado em entrevistas disponíveis aqui, estes intermediários possuem vínculos familiares, de grupo ou vizinhança. O que demonstra uma relação mais próxima com princípios de parceria e colaboração.

Com objetivo de entender o perfil desses produtores e as motivações que os levam a cultivarem orgânicos, foram realizadas 28 entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado, entre os meses de março a maio de 2022, em seis feiras do CCFO. As feiras com maior quantidade de licenças para feirantes foram as que receberam um maior número de entrevistas. Escolhidos de forma aleatória, foram entrevistados: 10 produtores na Feira da Glória, 7 produtores na Feira da Tijuca, 4 produtores na Feira da Freguesia, 2 produtores na Feira de Botafogo, 2 produtores na Feira de Olaria e 2 na Feira da Ilha do Governador (Quadro 6).

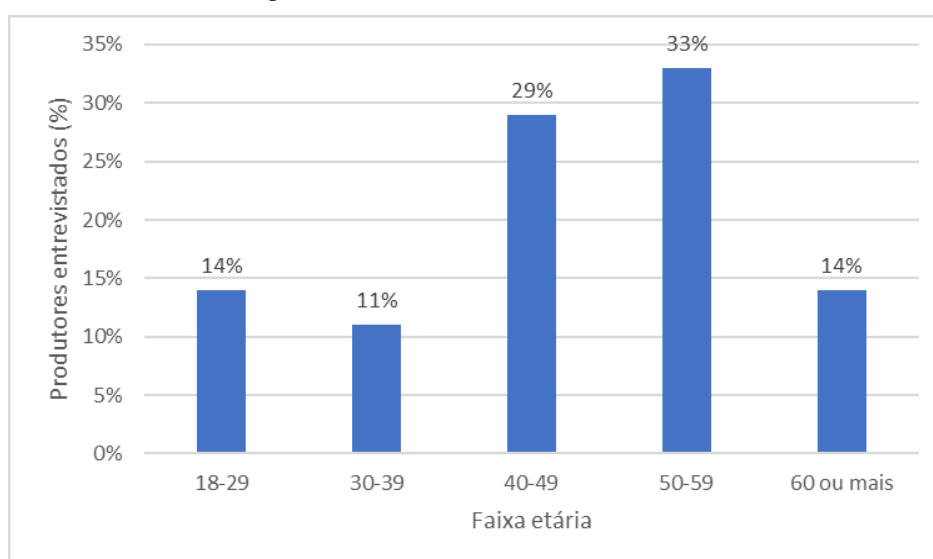
Quadro 6 - Número de produtores entrevistados por feira orgânica

Gestoras	Feiras orgânicas	Nº de licenças	Nº de barracas	Nº de produtores entrevistados
ABIO	Glória	14	30	10
	Tijuca	11	26	7
	Olaria	3	8	2
AS-PTA/Rede CAU	Freguesia	5	6	4
Essência Vital	Botafogo	3	9	2
AULA	Ilha do Governador	2	3	2
				Total: 28

Fonte: O autor, 2022.

Relativo às características pessoais destes produtores, percebeu-se que estão distribuídos, principalmente, entre os adultos nas faixas etárias de 40 a 59 anos, representando 62%. Seguidos pelo grupo dos produtores com mais de 60 anos (14%) que simbolizam o grupo dos agricultores pioneiros na produção de orgânicos no estado e que iniciaram a primeira feira orgânica da cidade do Rio de Janeiro, há quase 28 anos. Além disso, também com 14%, vale destacar os jovens³² entre 18 e 29 anos de idade, representando, em sua maioria, filhos e netos de agricultores que estão envolvidos no processo produtivo orgânico (Figura 14).

Figura 14 - Faixa etária dos produtores/feirantes entrevistados nas feiras estudadas do CCFO



Fonte: O autor, 2022.

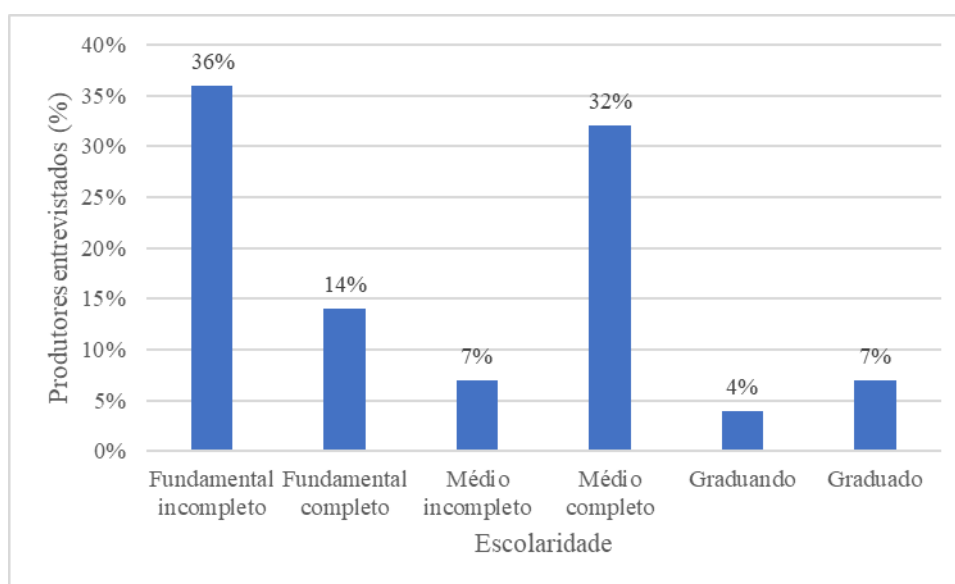
³² No Brasil a Lei nº 12.852/13 institui o Estatuto da Juventude e dispõe, sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

De acordo com Fonseca *et al.* (2013, p. 221):

é importante notar que as ações implicadas na realização das feiras geram empregos e renda no campo. Nas famílias e nos grupos, alguns produtores particularmente os mais jovens, ao se envolverem na comercialização dos produtos, encontram novas perspectivas para permanecerem no campo e na atividade rural.

No que concerne à escolaridade dos produtores/feirantes, o ensino fundamental incompleto representou o maior número de resposta com 36%, seguido pelo ensino médio completo (32%) (Figura 15). Observou-se que os agricultores com idades mais avançadas justificaram a baixa escolaridade nas dificuldades em acessar escolas em tempos passados e a necessidade de começarem a trabalhar cedo.

Figura 15- Escolaridade dos produtores/feirantes entrevistados nas feiras estudadas do CCFO



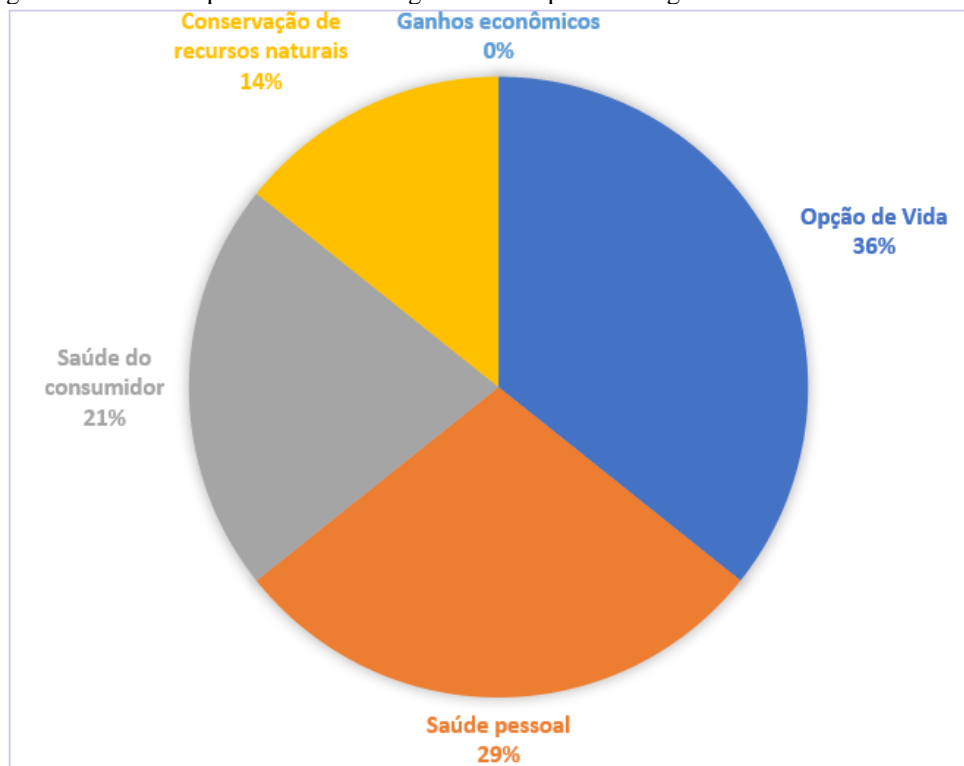
Fonte: O autor, 2022.

Outro fato importante, percebido nas entrevistas, foi a motivação dos agricultores para produzirem organicamente. Conforme Canuto (1998), distinguir as intenções e particularidades nas práticas agrícolas de bases ecológicas não é simples, pois estas motivações são moldadas em função do contexto social em que se inserem. Ao seguir o mesmo pensamento, Assis (1993, p. 61), citando Caldas (1964) e Rodrigues (1991) entende que:

a influência dos valores sociais na formação da atitude é manifestada, constituindo uma das mais fortes ações motrizes da evolução das culturas. A predisposição para agir de acordo com a certa dinâmica dos valores sociais manifesta-se de diferentes modos, tomando como ponto de partida as atitudes mentais que refletem as formas de pensar e de se sentir suscetível a determinada ação. Como as atitudes mentais não se igualam em todos os grupos ou estratos de uma sociedade diversificada, o que vem à superfície são as atitudes sociais. Estas atitudes sociais desempenham funções específicas para cada um de nós, ajudando-nos a formar uma ideia mais estável da realidade em que vivemos.

A partir do entendimento da realidade que os cercam, os agricultores classificaram como principal motivação para produzirem organicamente a opção de vida³³ (36%). Justificativa seguida pela saúde pessoal com 29%, saúde do consumidor com 21% e a conservação da natureza com 14% (Figura 16).

Figura 16 – Fatores que motivaram os agricultores a produzir organicamente nas feiras do CCFO



Fonte: O autor, 2022.

Vale destacar que nenhum agricultor respondeu, primeiramente, a oportunidade de maiores ganhos econômicos como principal motivação para produzir orgânicos, mesmo este fator também sendo relevante para eles. Como ressalta o agricultor Roberto Pimentel, participante do grupo Pedras Altas da localidade de Brejal/Petrópolis, que considera a qualidade de vida e a proteção da natureza fundamentais, mas que também aponta os ganhos econômicos na produção de orgânicos como um fator motivacional. É preciso frisar que muitos agricultores relataram possuir renda especificamente da produção agrícola, tornando a rentabilidade um fator crucial para a sua permanência neste modo de cultivo.

Em consonância com a pesquisa realizada com produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro, por Assis (1993), os fatores que determinam a escolha por cultivos de base ecológica são, predominantemente, de natureza ideológica, funcionando o mercado como variável secundária. Assim, estes agricultores se assemelham na classificação, elaborada por

³³ Convém mencionar que nas entrevistas muitos produtores escolheram a alternativa opção de vida por entenderem que essa opção englobaria todas as outras alternativas.

Canuto (1998), a agricultores familiares ecológicos, pois possuem como premissas perspectivas de qualidade de vida, ambientais e sociais, buscando construir formas mercantis mais próximas dos consumidores, sem incremento de preços, derivados de prêmios de qualidade. Diferente dos denominados, pelo mesmo autor, de agricultores ecológicos empresariais, que possuem sua motivação primordial no mercado.

Além disso, quando perguntados sobre temas referentes à comercialização, os produtores relataram que os principais canais que utilizam para vendas são, respectivamente em ordem de importância: as feiras, vendas em suas propriedades e cestas para entregas. Segundo os produtores, as feiras ainda representam o local de maior regularidade em termos mercantis. Destaque para o comentário do produtor/feirante José Antônio Ferreira (Russo), que relata fornecer cultivos a um grupo de compras coletivas (CSA Organicamente), mas, decorrente da pouca demanda, ainda considera as feiras seu principal canal de comercialização.

Cabe ressaltar que a entrega de cestas foi o canal que mais cresceu entre os agricultores no período atual. Essa opção, que já era utilizada por alguns produtores nas feiras, foi intensificada no período pandêmico. Outros produtores que não utilizavam esse canal, relataram ter iniciado neste período. Ademais, muitos informaram que pretendem manter esta forma de venda após a pandemia.

Convém ainda mencionar que a maioria dos agricultores ressaltou a importância das feiras como locais de encontro, aprendizado e conversa com os consumidores. Em pequenos gestos, agricultores ecológicos fazem questão de assegurar vínculos sociais através dos produtos, seja trazendo receitas para os consumidores, esclarecendo os benefícios dos alimentos que levam aos consumidores, singularidades do modo de produção ou convidando para visitar suas propriedades.

Relativo aos feirantes, denominados de mercadores, estes são um grupo específico no regimento do CCFO. Trata-se de comerciantes de produtos que não existam nas feiras pelos feirantes produtores. Assim, caso não haja produção local, é facultado, ao feirante mercador, a venda destes produtos previamente acordados com os feirantes produtores e o responsável da organização gestora. A regra é que não ocorra concorrência entre o feirante produtor de *in natura* e o feirante mercador de *in natura*, com a exposição e venda simultânea de produtos similares. A prioridade de venda deverá sempre ser do feirante produtor. Em cada feira do circuito é permitida a participação de até dois feirantes comerciantes. Em feiras geridas pela ABIO, a participação de comerciantes é restrita a um por feira (com exceção da Feira

Orgânica e Cultural da Glória) (FONSECA *et al.*, 2013). Essa relação faz com que os feirantes mercadores sejam minoritários em comparação aos feirantes/produtores.

Já os feirantes funcionários são os que recebem pagamentos em diárias para auxiliar nos dias das feiras. Estes estão tanto nas barracas de feirantes mercadores, como também nas barracas de feirantes produtores, porém em número reduzido. É necessário ressaltar que existem pessoas que ajudam nas barracas sem nenhum tipo de remuneração. Estes participam por uma questão de amizade ou por gostarem do ambiente acolhedor das feiras. É o caso do Sr Jorge Luiz Bastos, aposentado, que ajuda na barraca do produtor/feirante José Antônio Ferreira (Russo), na feira da Freguesia (Figura 17):

moro próximo da feira e há cinco anos venho todos os sábados ajudar o meu amigo Russo. Não troco nada por estar aqui todos os sábados. Aqui além de um local de vendas é fundamentalmente um lugar de conversas e trocas de saberes, isso me faz bem (informação verbal)³⁴.

Figura 17 – Feirante/produtor Russo, ao centro; ao lado esquerdo um feirante/funcionário (diarista); e no lado direito Jorge Luiz, feirante/voluntário.



Fonte: O autor, 2022.

Convém ainda mencionar que o regimento do CCFO busca incentivar a participação de produtores orgânicos do município do Rio de Janeiro. Segundo este regimento, deverá ser reservado o mínimo de 10% do total das barracas existentes, de cada feira, para estes

³⁴ Entrevista concedida por BASTOS, Jorge Luiz. [abr. 2022]. Entrevistador Sandro Lessa Andrade. Rio de Janeiro. 1 arquivo. Mp3 (17 min.).

hortaliças folhosas (alface, couve, mostarda, rúcula, almeirão e taioba); raízes/tubérculos (batata doce, aipim, cenoura, inhame e palmito); frutas (banana, laranja e caqui) e fruto (quiabo, pimenta e tomate). Ressalta-se a expressiva oferta de plantas alimentícias não convencionais (PANC), com ênfase para bertalha, caruru, ora-pro-nobis e João Gomes.

Vale destacar que a organização AS-PTA, juntamente com a Rede CAU, vem incentivando a produção de base agroecológica na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e em municípios da Região Metropolitana do estado. Conforme Fernandez e Ferreira (2017, p. 104):

a despeito da atuação integrada do movimento agroecológico na zona oeste e na região metropolitana, observa-se que, no primeiro caso, a luta em defesa da agricultura local assume a identidade de agricultura urbana, englobando tanto a realidade da agricultura familiar quanto as novas experiências dos quintais produtivos. Já no segundo, a existência de territórios rurais, assentamentos e secretarias de agricultura confere força às representações do rural como projeto de luta, frente aos anseios de ocupação do espaço por grandes empreendimentos industriais e imobiliários.

Relativo aos cultivos, existe uma elevada participação de produtores originários da localidade do Brejal, situado no distrito da Posse, em Petrópolis. Área pioneira no estado do Rio de Janeiro na produção de cultivos de base ecológica, esta localidade mantém, até os dias atuais, um elevado número de propriedades dedicadas a esse modelo produtivo. Tal particularidade conferiu, ao município de Petrópolis, o título de “capital estadual dos produtos orgânicos” pela Lei 8.118, aprovada em 25 de dezembro de 2018. Por sua vez, o título atribuiu maior visibilidade para os produtos desta área que podem apresentar um selo de qualidade nos seguintes termos: “este produto foi cultivado na capital estadual dos produtos orgânicos”. Esses produtores são os principais responsáveis pelo abastecimento de hortaliças nas feiras do circuito.

Convém ainda mencionar que alguns agricultores incentivam a visitação dos consumidores às suas propriedades. É o caso relatado por agricultores do grupo GP Brejal, originários de Petrópolis, que realizam passeios denominados “passeios na roça”. Estes eventos se configuram como passeios de vivências nas propriedades, proporcionando aos visitantes experimentar a realidade dos agricultores no processo de cultivo orgânico, além da possibilidade de conhecerem o local de origem dos produtos.

Esse tipo de atividade, segundo Darolt (2005, p. 20), permite ao consumidor conferir os problemas enfrentados pelos agricultores e esclarecer dúvidas em relação à forma de produção e certificação. “Também servindo como uma forma de educação ambiental, promoção do turismo rural e valorização da produção local de alimentos”. De acordo com o agricultor Alessandro Lima, essas visitas, normalmente, são realizadas aos domingos e o

consumidor paga em média 200 reais para passar um dia na propriedade. Nelas o consumidor conhece o modo de produção orgânico e ainda tem a oportunidade de colher uma quantidade de hortaliças. Na visitação ainda está incluído café da manhã e almoço, normalmente frango caipira com outros acompanhamentos (Figura 19).

Figura 19 – Consumidores vivenciando o “passeio na roça” organizado pelo grupo GP Brejal, em Petrópolis.



Fonte: Facebook/gporganicosdobrejal. Disponível em: www.facebook.com/gporganicosdobrejal, Acesso em: 6 abr. 2022.

Segundo Marafon (2005 p. 8494), em estudos sobre as transformações socioespaciais no rural fluminense, o turismo rural se atesta como mais uma opção que surge para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementarem sua renda, “reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e inseridos no processo de produção do espaço”.

Quanto aos atores, representados pelos consumidores, Betti *et al.* (2013, p. 280), reforça que os diferentes valores interferem na conformação das práticas de consumo. Nota-se que “cada vez mais, muitos desses valores associam-se a uma posição proativa dos consumidores na transformação das práticas de consumo em práticas políticas”.

Com objetivo de entender o perfil dos consumidores e as motivações para a aquisição de orgânicos, foram realizadas 70 entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado entre os meses de março a maio de 2022, em seis feiras do CCFO. As feiras com mais produtores licenciados foram as que receberam maior número de entrevistas, notou-se que a quantidade de produtores estava relacionada a maior variedade de produtos e conseqüentemente maior número de frequentadores. Assim, escolhidos de forma aleatória,

foram entrevistados: 15 consumidores na Feira da Glória, 15 consumidores na Feira da Tijuca, 10 consumidores na Feira da Freguesia, 10 consumidores na Feira de Botafogo, 10 consumidores na Feira de Olaria e 10 consumidores na Feira da Ilha do Governador (Quadro 7).

Quadro 7 - Número de consumidores entrevistados por feira orgânica

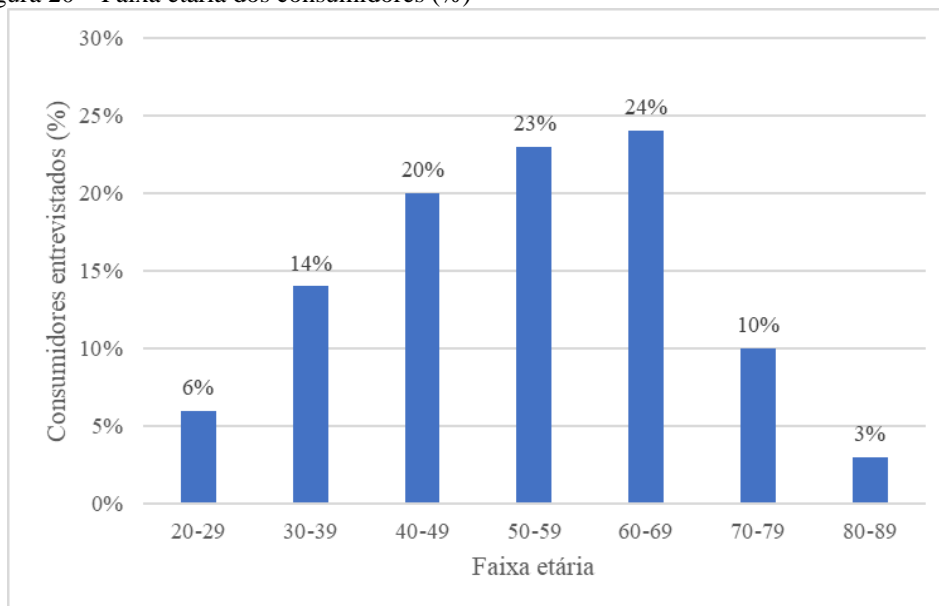
Gestoras	Feiras orgânicas	Nº de licenças	Nº de barracas	Nº de consumidores entrevistados
ABIO	Glória	14	30	15
	Tijuca	11	26	15
	Olaria	3	8	10
AS-PTA/Rede CAU	Freguesia	5	6	10
Essência Vital	Botafogo	3	9	10
AULA	Ilha do Governador	2	3	10
				Total: 70

Fonte: O autor, 2022.

No tocante ao perfil dos consumidores, as questões buscaram caracterizar a faixa etária, renda média, escolaridade e bairro de residência. Outras perguntas objetivaram captar as motivações para o consumo de orgânicos: o entendimento sobre o que seja um produto orgânico, as dificuldades para aquisição desses produtos, as preferências de locais de compras, a frequência de consumo, bem como se a certificação dos produtos é considerada fator primordial para o consumo.

Em relação à caracterização do perfil dos consumidores, nas feiras visitadas, constatou-se uma relativa homogeneidade entre as faixas etárias entre 40 e 69 anos, correspondendo a 67% da amostra. As faixas etárias menos encontradas foram as de 20 a 29 e as de 80 a 89 anos, com respectivamente 6% e 8% (Figura 20). Assim, percebeu-se uma presença marcante da população adulta e idosa nas feiras.

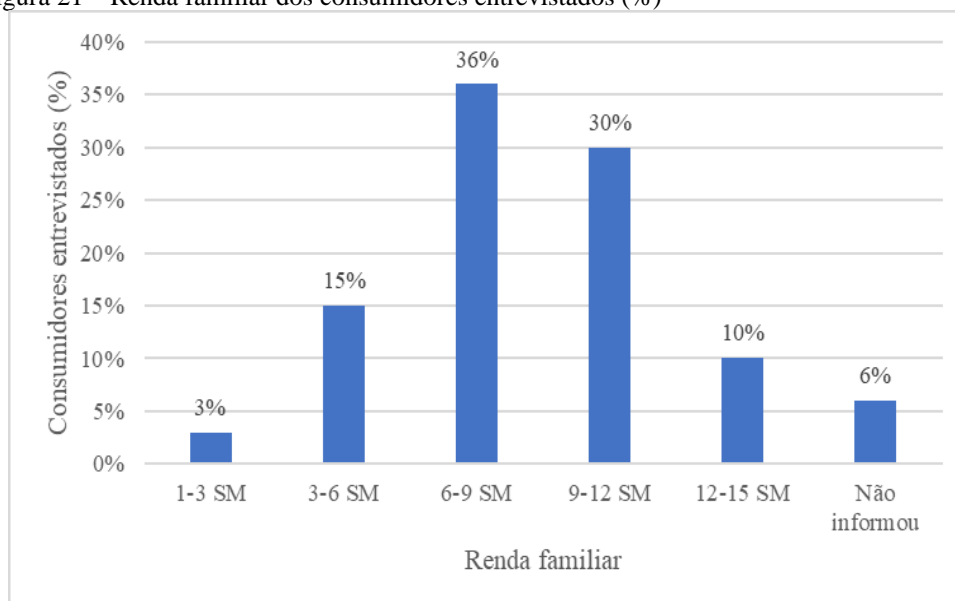
Figura 20 – Faixa etária dos consumidores (%)



Fonte: O autor, 2022.

Com respeito a renda familiar dos entrevistados, 36% declararam ter renda entre 6-9 salários-mínimos, seguido do grupo que revelou receber entre 9-12 salários-mínimos (30%). A renda menos citada foi a de 1-3 salários-mínimos (Figura 21). Corroborando com as análises de Lage, Assis e Aquino (2020), sobre a renda dos consumidores orgânicos de Belo Horizonte-MG, que, em sua maioria, estavam entre 6 e 12 salários-mínimos.

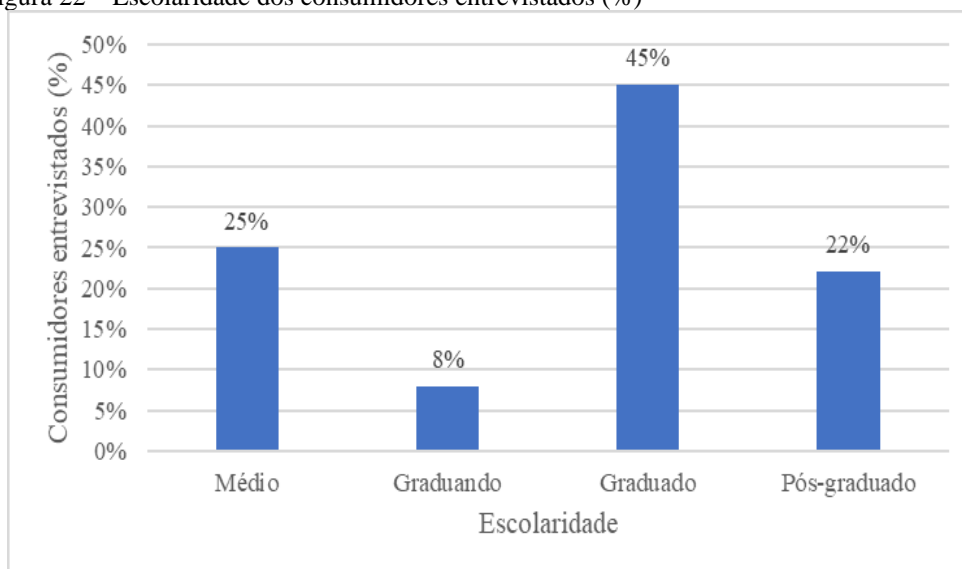
Figura 21 – Renda familiar dos consumidores entrevistados (%)



Fonte: O autor, 2022.

Quanto ao nível de escolaridade, 75% dos entrevistados declararam estarem cursando ou possuírem ensino superior (Figura 22). Esses valores coincidem com as análises de Lage, Assis e Aquino (2020), em que 72% dos consumidores de orgânicos relataram ter nível superior. A escolaridade elevada dos consumidores também foi constatada em pesquisa realizada por Betti *et al.* (2013) nas feiras orgânicas de Curitiba-PR, onde 80,6% dos consumidores possuíam ensino superior.

Figura 22 – Escolaridade dos consumidores entrevistados (%)



Fonte: O autor, 2022.

Relativo ao bairro de residência dos consumidores, percebeu-se que, na maioria das vezes, estes são residentes do próprio bairro de realização das feiras ou de bairros vizinhos. Vale ressaltar que as feiras dos bairros da Glória e Tijuca, por serem as com maior número de barracas e variedade de produtos, foram as que se observou maior percentual de pessoas originárias de outros bairros. Convém ainda mencionar que, na feira da Glória, foi observado consumidores de bairros mais distantes, fato explicado pela consumidora Maria da Penha Silveira, moradora do bairro de Ramos, que informou frequentar a feira da Glória desde quando esta era a única feira na cidade. Mesmo hoje, existindo feiras orgânicas mais próximas, por exemplo, a feira do bairro de Olaria, esta consumidora relata ter criado vínculos de amizade, confiança e carinho com os produtores da feira da Glória.

No que concerne às motivações para o consumo de produtos orgânicos, observou-se que a principal justificativa é a saúde pessoal e da família (69%), seguida pela qualidade do produto, com 14%. As demais razões foram preocupação com o meio ambiente (11%), e ajuda a agricultura familiar, com 6%. Assim, nota-se que questões pessoais são as principais motivações para estes consumidores adquirirem produtos orgânicos e, como justificativas

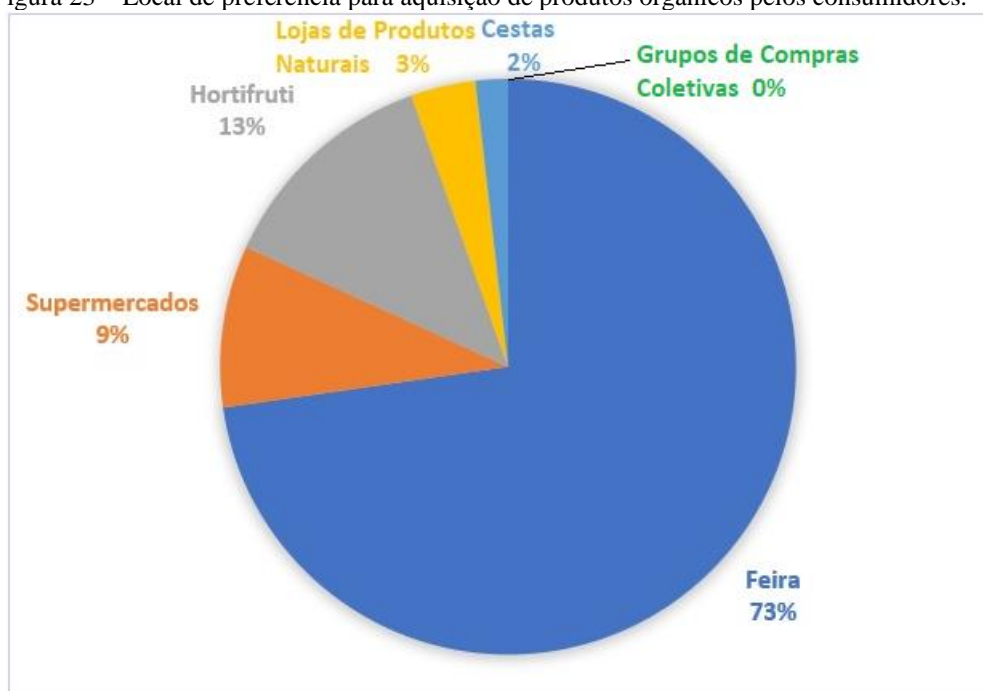
secundárias, foram indicados aspectos mais associados às questões coletivas e políticas, como temas ambientais e de ajuda aos agricultores.

Pesquisa realizada pela Organisa, em 2021, com escala de abrangência nacional, mostrou que 47% das pessoas declararam consumir produtos orgânicos por motivos individuais, não aparecendo de forma expressiva a dimensão do coletivo. Por sua vez, isso demonstra a necessidade de maior divulgação dos benefícios dos orgânicos em assuntos que afligem a sociedade, como a preservação do meio ambiente, crise climática e a redução dos desequilíbrios socioeconômicos (ORGANISA, 2021).

No que se refere ao entendimento dos consumidores sobre o que é um produto orgânico, 67% das pessoas associaram a não utilização de agrotóxicos e 33% relacionaram a um alimento saudável e de melhor qualidade nutricional. Para Betti *et al.* (2013), a percepção dos consumidores, quanto aos benefícios à saúde dos produtos orgânicos, expressa a maior divulgação nos meios de comunicação sobre as consequências do uso de agrotóxicos e transgênicos.

No que diz respeito à comercialização, a maioria dos entrevistados (73%) afirmou uma preferência pela compra de produtos nas feiras orgânicas, em detrimento de outros canais de comercialização. As outras opções citadas foram: hortifruti (13%), supermercado, com 9%, lojas de produtos naturais (3%) e cestas, com 2%. Já os grupos de compras coletivas não foram mencionados (Figura 23).

Figura 23 – Local de preferência para aquisição de produtos orgânicos pelos consumidores.



Fonte: O autor, 2022.

Entre as razões principais pelas quais os entrevistados frequentam as feiras orgânicas foram apontadas: o acesso à informação/origem do produto, com 53%; a qualidade do produto, com 27%; e a relação com os produtores, com 20%. Observa-se que a feira orgânica, para muitos consumidores, apresenta-se como um local de confiança e contato com os produtores.

Quanto à frequência de consumo de produtos orgânicos, 61% responderam sempre consumir orgânicos, 30% eventualmente e 9% muito eventualmente. Perguntados sobre as principais dificuldades encontradas na aquisição desses produtos, o preço com 63% e a pouca variedade de produtos (21%), foram as principais respostas. Realidade também constatada em pesquisa pela Organics (2021), onde 67% dos consumidores apontaram o alto valor dos produtos orgânicos como principal impedimento para um consumo em maior quantidade. Circunstância que, segundo Lage, Assis e Aquino (2020), indicam impedimentos para os consumidores manterem um alto percentual de itens da agricultura orgânica em suas dietas.

Perguntados se consideram importante a certificação dos produtos para garantia de confiabilidade, 62% dos consumidores responderam que consideram primordial a certificação e 38% relataram que a confiança nos produtores atua como a garantia mais efetiva de qualidade do alimento. Para Betti *et al.* (2013), a sociabilidade entre os produtores e os consumidores se apresenta como elemento diferencial das feiras. Ainda segundo os mesmos autores, o que leva os consumidores às feiras é a qualidade dos produtos, compreendida não apenas em relação ao frescor, sabor e saúde, mas também aos aspectos valorativos que associam esses produtos a novas formas de consumo ético e solidário.

Por fim, outros atores que não fazem parte diretamente do CCFO, mas que também auxiliam na existência do circuito e no desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica no estado do Rio de Janeiro, são organizações de assistência técnica como a Emater-RJ, a partir de acompanhamento técnico e capacitação de agricultores; as instituições de ensino e pesquisa com destaque para UFRRJ, Fiocruz, UFF, Embrapa e Pesagro-Rio; as organizações da sociedade civil como a Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)³⁵ e a

³⁵ A PACS trata-se de uma equipe multidisciplinar de maioria de mulheres, formada por educadoras(es) populares, comunicadoras(es), cientistas sociais, internacionalistas, biólogas(os), psicólogas(os), economistas, pesquisadoras(es), administradoras(es) e militantes. Atua em diferentes escalas na cidade e no estado do Rio de Janeiro – em especial na Zona Oeste da capital –, em parcerias com outras partes do país entre o Norte, o Nordeste e o Sudeste brasileiro e no âmbito da América Latina e do Sul Global. Destaca-se o trabalho, luta e compromisso junto às mulheres; aos moradores(as) de favelas e periferias; aos atingidos(as) pelos impactos dos megaprojetos, da atuação de empresas transnacionais, das instituições financeiras multilaterais e da militarização; às populações negra, indígena e quilombola e às comunidades tradicionais do campo, da floresta, das águas e da cidade.

Rede Ecológica; o acompanhamento dos Conselhos Municipais da Cidade do Rio de Janeiro, de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea Rio)³⁶ e o de Desenvolvimento Rural (CMDR)³⁷. Além de movimentos agregadores destas organizações como a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), que se caracteriza como um movimento de agrupamentos da sociedade, no qual, que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências, procura se articular no estado com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas.

Sendo assim, o CCFO é um movimento social que envolve ligações entre diversos atores como produtores, comerciantes, poder público, organizações gestoras, associação de moradores, consumidores e outras instituições e organizações civis que se organizam entorno de ambições comuns. A fim de proporcionar a conexão entre o campo e a cidade, por intermédio das redes geográficas, desenvolvidas pelas interações espaciais estabelecidas por esses atores.

No que diz respeito às redes geográficas estabelecidas pelas interações espaciais no CCFO, entende-se, conforme Corrêa (1997), que essas redes são, como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais. Assim, para um maior entendimento das variáveis que são estabelecidas nessas conexões, faz-se necessário a sua interpretação a partir da correlação das dimensões organizacional, temporal e espacial da rede geográfica (Quadro 2, p. 39).

Quanto à dimensão organizacional, refere-se à configuração interna da entidade estruturada em rede. Sendo, a partir das análises e interpretações realizadas no CCFO, um modelo de mercado periódico com formas espaciais que se aproximam de redes circulares. Detém como agentes: agricultores familiares, comerciantes, instituições representativas do poder público (SEOP), grupos sociais (ABIO, AS-PTA, Rede CAU, Essência Vital e AULA), associação de moradores e consumidores. Além de outras instituições e organizações que também apoiam indiretamente o circuito (Emater, Pesagro, UFRRJ etc.). Em relação à

³⁶ O Consea-Rio é um conselho consultivo municipal, para controle social, acompanhamento e proposição de programas e políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional humano à alimentação adequada. Através da integração do poder público municipal e de entidades da sociedade civil.

³⁷ Dentre as competências do CMDR-Rio estão: promover a articulação entre as atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo Municipal e as dos demais órgãos e entidades públicas e privadas, voltadas para o desenvolvimento socioeconômico dos setores agropecuário, pesqueiro e correlatos; estabelecer as diretrizes e metas necessárias às ações do Poder Executivo Municipal, levando em conta a produção, a comercialização, o fomento, a assistência técnica, o apoio aos produtores e/ou criadores e suas respectivas organizações de classe, bem como o controle do abastecimento alimentar na Cidade do Rio de Janeiro; e propor ações que contribuam para o aumento das produções agrícola, pecuária, pesqueira e afins, capacitando e profissionalizando a mão de obra, e promovendo o desenvolvimento socioeconômico do setor.

origem, pode-se classificar como espontânea, representada por mercados periódicos, e a natureza dos fluxos envolve mercadorias (produtos agrícolas *in natura* e processados), pessoas (produtores, comerciantes e consumidores) e informações (trocas de conhecimentos e decisões). Sua função, segundo consta no próprio regimento, é a integração, a partir de canais de venda direta, entre áreas de produções orgânicas de base agroecológicas, no Estado do Rio de Janeiro, e o mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro.

A respeito de sua finalidade, o CCFO está ligado a princípios do comércio justo, ético e solidário, que foi o propósito germinativo da idealização do circuito, objetivando facilitar o escoamento de produtos pelos agricultores e proporcionar, aos consumidores, alimentos mais saudáveis e a um preço mais justo. Assim, viabilizando a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro. Acerca de sua existência, esta é classificada como real, com ligações materiais e a sua realização é formal, já que o circuito é regulamentado pela Lei municipal de número 7.149/21 que o qualifica como um canal comercial e de incentivo ao sistema orgânico de produção agropecuária. Além disso, os produtores são submetidos a algum dos mecanismos de garantia previstos no Decreto 6.323/2007.

Como os aspectos organizacionais não adquirem concreticidade se estiverem desvinculados do tempo e do espaço, há desta forma, uma dimensão temporal e outra espacial a serem consideradas. No que concerne à dimensão temporal, o CCFO se trata de uma rede que existe há 11 anos, relativamente jovem, entretanto, muitos de seus organizadores fizeram parte da criação da Feira Orgânica e Cultural do bairro da Glória que completa, neste ano de 2022, 28 anos de existência ininterruptos. Sendo assim, entende-se que existe um amadurecimento conquistado durante esses anos de comercialização direta na cidade.

Relativo à velocidade dos fluxos, esta é considerada lenta e a sua frequência é periódica. Esta é uma característica fundamental que a distingue do comércio fixo (CORRÊA, 1997). Mascarenhas (1992, p. 133), em estudos sobre as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro, faz referência às vantagens da periodicidade desses mercados:

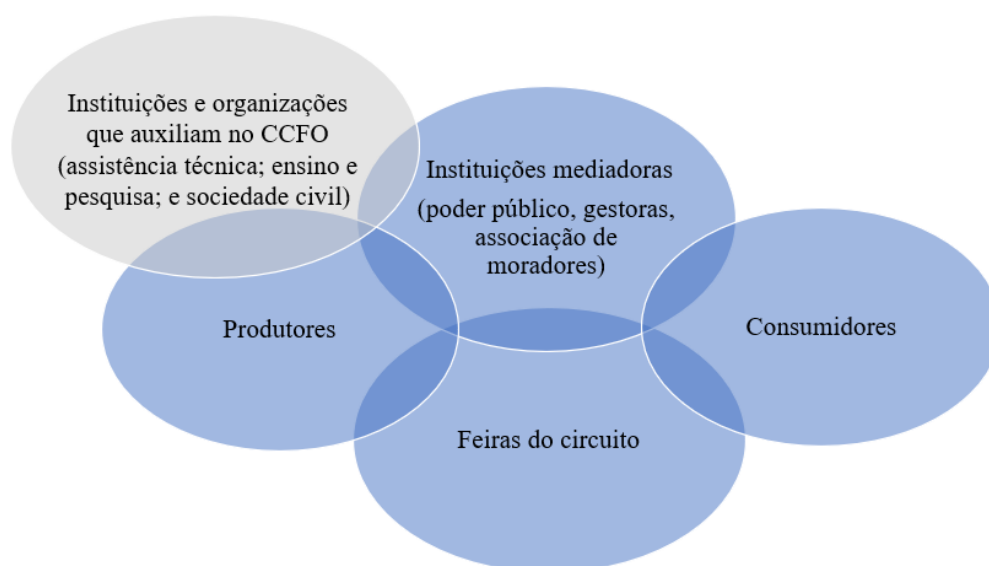
[...] se por um lado faz da feira-livre uma atividade rudimentar, apoiada em precárias estruturas de madeira, dota-a de uma forma muito singular de consumir espaço, dele se apropriar por instantes, sem ter o ônus imobiliário de uma ocupação permanente.

Quanto à dimensão espacial, trata-se de uma abrangência escalar de âmbito de atuação local e regional, pois se trata em sua essência, de um circuito curto de proximidade. Os agricultores que abastecem o circuito são, essencialmente, de municípios da região Metropolitana do estado. Entretanto, produtos de outras regiões do Brasil também são ofertados nas feiras. Com relação a sua forma, via de regra, assume uma configuração

espacial do tipo circuito, na qual há relativa sincronia espaço temporal por parte dos participantes da feira, isto é, agricultores, comerciantes e consumidores.

Diante do exposto, de forma esquemática, demonstra-se o funcionamento da rede de feiras do CCFO na figura 24. Trata-se de um circuito de comercialização considerado curto, de proximidade, formado por diferentes atores que interagem entre si, espacialmente, formando redes geográficas. Essa dinâmica consiste em uma inter-relação entre os produtores e os consumidores, sempre amparadas e respaldadas por instituições que realizam a mediação entre as partes (poder público, gestoras e associações de moradores). Convém ainda ressaltar, as instituições e organizações que não fazem parte diretamente do CCFO, mas que auxiliam (assistência técnica, ensino e pesquisa e grupos da sociedade civil) na sua existência, também participam desta rede. Desse modo, além das relações comerciais, esses espaços representam solidariedade, resistência, trocas de saberes, técnicas de plantio e organização comunitária.

Figura 24 - Esquema de funcionamento da rede do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas



Fonte: baseado em esquema elaborado por Cassol e Schneider (2015), adaptado pelo autor, 2022.

Assim, diante dessas motivações e intenções, o CCFO resiste e existe como um canal de comercialização curto, pautado em princípios de comércio justo e solidário, abarcando dimensões ambientais, sociais e econômicas nas redes estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que os padrões de produção e consumo, adotados pela sociedade contemporânea, são cada vez mais reconhecidos como impactantes e relacionados à crise socioambiental que se enfrenta. Assim, emergem reflexões sobre a insustentabilidade desse sistema agroalimentar e dos efeitos em toda a cadeia, do produtor ao consumidor.

Nessa perspectiva, constata-se a necessidade de alterar o modelo econômico globalizado e idealizar uma realidade, na qual a agricultura seja evidenciada, a partir de diretrizes que não estejam voltadas apenas para a reprodução do capital, mas relacionada a uma matriz ecológica, humana e comunitária, aproximando quem produz de quem consome (MIRANDA *et al.*, 2021). Assim, a agricultura, de base agroecológica, incorpora a produção agropecuária, a conservação ambiental, o compromisso social da agricultura em relação aos produtores e consumidores, bem como a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Em vista disso, pode-se afirmar que circuitos curtos de comercialização se mostram estratégicos no enfrentamento do sistema hegemônico de produção, distribuição e consumo. Apresenta-se como prática ligada à reflexão crítica sobre as relações insustentáveis e exploratórias presentes na cadeia produtiva convencional e como a possibilidade de construir novas formas de fazer e consumir. Cabe ressaltar, como evidenciado no trabalho, que reivindicações por uma alimentação mais saudável, preocupações com o meio ambiente e pela produção em pequena escala têm expandido os modos de produção pautados em princípios ecológicos no Brasil e no mundo.

Os circuitos curtos de comercialização são mais virtuosos em termos sociais [proximidade relacional, apoio à agricultura familiar, interação com consumidores etc.], econômicos [melhor distribuição do valor pago ao final pelos consumidores] e ambientais [práticas agroecológicas, menos embalagens, menor distância e gastos energéticos etc.]. Os aspectos de sustentabilidade dos CCC são um forte argumento para seu desenvolvimento (ROVER; DAROLT, 2021, p. 40).

Verifica-se que o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas se insere, neste modelo de comercialização, pautado no comércio justo e solidário, organizado em uma cadeia curta de proximidade, incentivando a produção, a circulação e o consumo de produtos orgânicos na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

No estudo, buscou-se analisar as interações espaciais estabelecidas no processo de produção, comercialização e consumo, procurando compreender as motivações, perspectivas e significados relativos a essas conexões. Para tal, a pesquisa averiguou a formação do

circuito, identificou os atores envolvidos, interpretou as redes decorrentes dessas interações, além de ter avaliado os impactos e as estratégias traçadas pelas feiras durante as restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Em 2006, após a constatação pelos membros da ABIO, sobre as dificuldades impostas na comercialização com os supermercados, concluiu-se que a principal estratégia de comercialização dos produtos orgânicos seria a venda direta em feiras. Assim, iniciou-se a articulação entre a ABIO e a prefeitura do Rio de Janeiro para a implantação de um decreto que estabelecesse a implantação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas na cidade.

O decreto apenas foi assinado em 2012, entretanto, as feiras começaram a funcionar a partir de 2010. O CCFO foi regulamentado contendo três atores principais: a prefeitura, representada a época pela SEDES, correspondendo ao setor público; a ABIO junto aos produtores; e a Associação de Moradores dos bairros, representando os consumidores. Nos anos seguintes, com a abertura de novas feiras, outras organizações foram incorporadas ao circuito que, atualmente, é composto por quatro gestoras que comandam o total de 21 feiras distribuídas por diferentes bairros na cidade do Rio de Janeiro. Vale destacar que, como evidenciado por Strauch e Palm (2019), o circuito motivou a abertura de outras feiras pelo estado do Rio de Janeiro. Segundo Fernandez e Ferreira (2017, p. 104):

observa-se que a conquista dos espaços de comercialização orgânicos foi compreendida como uma oportunidade de divulgação e afirmação dos valores agroecológicos e da existência da agricultura e de agricultores na cidade. Deste modo, as feiras, interligadas às áreas de cultivo, às organizações, aos agricultores, consumidores e redes tecem um novo sistema sêmico sobre o território da cidade, com base na realocação de alimentos e na defesa de territórios agricultáveis.

Desta forma, o CCFO se trata de um canal de proximidade, formado por diferentes atores que interagem, espacialmente, entre si, motivados por questões de base agroecológicas. Essa dinâmica consiste em uma relação próxima entre os produtores e os consumidores, sempre amparadas e respaldadas por instituições que realizam a mediação entre as partes, com: a Secretaria de Ordem Pública (SEOP), representando a Prefeitura do Rio de Janeiro; as instituições gestoras das feiras, correspondendo a – ABIO, Essência Vital, AS-PTA/Rede CAU e a AULA; as associações de moradores; bem como de instituições, organizações e movimentos sociais que também auxiliam na existência do circuito. Assim, além das relações comerciais realizadas no espaço social das feiras, neles também são efetuadas vinculações solidárias, resistências, trocas de saberes, técnicas de plantios e organização comunitária.

No que se refere à participação da prefeitura na legitimação do circuito foi percebido que no período de sua criação existiam secretarias ligadas às pautas econômicas solidárias que auxiliaram no desenvolvimento e expansão do circuito pela cidade, entretanto com a mudança

de governo, nos anos seguintes, o circuito é transferido para outro setor, com menos relação com as suas pautas, passando a vivenciar períodos de pouco diálogo com a prefeitura.

A falta de apoio do governo foi, notoriamente, observada em junho de 2020, quando a prefeitura revogou o regimento interno do circuito e extinguiu o Conselho Gestor e a Governança. Tal decisão foi imediatamente repudiada pelas organizações gestoras, organizações sociais, parlamentares e personalidades familiarizados com pautas agroecológicas.

Vale destacar que o circuito, até então, era regulamentado pelo decreto nº 35.064/2012, não possuindo natureza jurídica de lei. Assim, parlamentares defensores das pautas de base ecológica apresentaram, em julho de 2020, um Projeto de Lei nº 1854/2020 visando a consolidação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas como um canal comercial e de incentivo ao sistema orgânico de produção agropecuária. Esse projeto foi aprovado em fevereiro de 2022. Sendo assim, o CCFO, criado por um decreto e garantido por sua resistência, transforma-se em lei, assegurando a sua existência.

Quanto aos atores representados pelas organizações gestoras, atualmente, estes são compostos por cinco organizações: ABIO; AS-PTA, em parceria com a Rede CAU; Essência Vital; e AULA. Estes, basicamente, devem fiscalizar o funcionamento e manter a qualidade dos serviços prestados nas feiras orgânicas. Cada gestora tem autonomia para definir os mecanismos de gestão participativa adotados nas feiras, respeitando o regimento geral do circuito.

Nas entrevistas com esses atores, constata-se que os organizadores seguem princípios de comércio justo, ético e solidário, baseados na autogestão, na solidariedade e na construção de laços de cooperação. No tocante aos aspectos sociais, estes atores confirmaram o sucesso da feira, destacando o número crescente de feiras inauguradas desde a criação do circuito, além de ressaltarem a expansão do circuito para bairros fora da zona sul carioca, considerada a região de maior poder aquisitivo da cidade.

Além disso, quando o desempenho do circuito é mensurado pelo aspecto econômico, este também apresenta rendimentos satisfatórios. Entretanto, a crise econômica, enfrentada pelo país há alguns anos, com agravamento causado pela pandemia da Covid-19, foi um fator apontado como penoso neste período. Ademais, as muitas alternativas que se criaram de acesso aos consumidores por produtos orgânicos ou agroecológicos também foram consideradas.

Relativo ao período pandêmico e às estratégias desenvolvidas nas feiras foi constatado que o pior momento ocorreu no início da pandemia, quando a prefeitura do Rio de Janeiro

determinou o fechamento de diversos estabelecimentos e espaços de comercialização ao ar livre. Assim, os produtores, que já estavam com suas mercadorias colhidas e prontas para serem levadas às feiras, foram surpreendidos por essa decisão repentina. Nesta circunstância, a maneira utilizada pelos gestores para que os agricultores não perdessem a produção foi divulgar o contato dos agricultores para a venda direta por cestas.

Entretanto, a partir de uma mobilização das gestoras, juntamente com as organizações que apoiam os agricultores, conseguiu-se uma autorização excepcional, junto a prefeitura, para o funcionamento das feiras orgânicas. Porém, mesmo com este retorno, os agricultores constataram uma redução na frequência de consumidores nas feiras.

Observou-se que a principal estratégia adotada nas feiras para alcançar consumidores, que evitaram a circulação pela cidade, foi a divulgação individual do número telefônico dos agricultores nas páginas das redes sociais das feiras. Assim, agricultores puderam realizar entregas de cestas em domicílio. Na feira do bairro da Freguesia foi constatado uma iniciativa coletiva de entrega de cestas, apoiada pela professora Annelise Fernandez, docente da UFRRJ e integrante da Rede CAU, com a criação de uma plataforma virtual onde todos os produtores da feira puderam disponibilizar seus produtos de forma conjunta na entrega de cestas. Notou-se que a entrega das mesmas, tanto individuais como coletivas, foram apontadas pelos produtores como a estratégia que, mesmo após a pandemia, continuarão entre as modalidades de vendas.

Outro importante ator, participante do circuito, são as Associações de Moradores dos bairros. Estes assumem um papel decisório na solicitação, aprovação e no poder de veto sobre a implantação de feiras nos bairros. Além disso, em alguns casos, observou-se a participação na divulgação das feiras ou até mesmo na elaboração de suas regras.

Quanto aos atores representados pelos feirantes, três tipos foram percebidos: os feirantes produtores, os feirantes mercadores e os feirantes funcionários. Os feirantes produtores são os que trabalham na produção agrícola *in natura* ou em atividades de processamento de alimentos. Os feirantes mercadores são um grupo específico no regimento do CCFO, trata-se de comerciantes de produtos que não existem nas feiras pelos feirantes produtores. Já os feirantes funcionários são os que recebem pagamentos em diárias para auxiliar nos dias das feiras.

Com relação à origem dos produtores que participam das feiras visitadas, constatou-se que a produção se origina de 10 municípios, sendo, em sua maioria municípios da Região Metropolitana. Vale destacar a elevada participação de produtores da localidade do Brejal, no município de Petrópolis. Ainda convém mencionar que o circuito incentiva a participação de

produtores orgânicos do município do Rio de Janeiro, ao reservar o mínimo de 10% do total das barracas para esses produtores.

No que diz respeito aos feirantes produtores, constatou-se que a principal motivação para produzirem organicamente, em ordem de importância são: opção de vida, saúde pessoal e do consumidor, e a conservação da natureza. Além disso, quando perguntados sobre temas referentes à comercialização, os produtores relataram que as feiras representam o principal canal de venda de seus produtos. Destaca-se que a maioria dos agricultores ressaltou a importância das feiras como locais de encontro, aprendizado e conversa com consumidores.

Quanto aos atores representados pelos consumidores, buscou-se compreender diferentes motivações para a compra, na tentativa de identificar se esses atores revelavam posturas políticas relacionadas às decisões de consumo. Observou-se que a principal justificativa se refere à saúde pessoal e da família, seguida pela qualidade do produto. As demais razões foram preocupação com o meio ambiente e ajuda à agricultura familiar. Assim, nota-se que questões pessoais são as principais motivações para estes consumidores e como justificativas secundárias foram indicados aspectos que podem ser associados às questões coletivas e políticas, como a questão ambiental e ajuda aos agricultores.

No que concerne aos aspectos correspondentes à comercialização, a maioria dos entrevistados afirmou preferir comprar produtos nas feiras orgânicas em detrimento de outros canais de comercialização. Entre as justificativas para a escolha das feiras foram apontadas: o acesso à informação/origem do produto, a qualidade do produto e a relação com os produtores. Observa-se que a feira orgânica, para muitos consumidores, apresenta-se como um local de confiança e contato com os produtores.

Por fim, outros atores, que também auxiliam no circuito de feiras e no desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica no estado do Rio de Janeiro, são as organizações de assistência técnica; as instituições de ensino e pesquisa; as organizações públicas; a sociedade civil; além de movimentos agregadores destas organizações como a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

Quanto à dimensão de análise da rede geográfica estabelecida pelo CCFO, constatou-se que se trata de uma rede que detém como agentes: agricultores familiares, comerciantes, instituições representativas do poder público no município, grupos sociais, associação de moradores, consumidores, além de outras instituições e organizações que também apoiam indiretamente o circuito. Sua função, segundo consta no próprio regimento, é a integração, a partir de canais de venda direta, entre áreas de produções orgânicas de base agroecológicas, no estado do Rio de Janeiro, e o mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro.

A respeito de sua finalidade, o CCFO está ligado a princípios do comércio justo, ético e solidário, que foi o propósito germinativo da idealização do circuito, objetivando facilitar o escoamento de produtos pelos agricultores e proporcionar, aos consumidores, alimentos mais saudáveis e a um preço mais justo.

Em relação a sua dimensão temporal, trata-se de uma rede com velocidade lenta dos seus fluxos e frequência periódica. Quanto à dimensão espacial, configura-se por uma abrangência escalar de âmbito de atuação local e regional, pois se trata em sua essência de um circuito curto de proximidade.

Diante do exposto, percebe-se que o CCFO é um movimento social que envolve ligações entre diversos atores que se organizam no entorno de ambições comuns, a fim de proporcionar a conexão entre o campo e a cidade, a partir das redes desenvolvidas pelas interações espaciais estabelecidas por esses atores.

Assim, nota-se que o Circuito Carioca de Feiras orgânicas, a partir da articulação em rede de movimentos e organizações, em torno da temática orgânica de base agroecológica, vem, há 11 anos, cumprindo um papel importante de abastecimento, promovendo saúde e fazendo circular a economia, na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Isso por meio do acesso e da conexão entre os agricultores e os consumidores.

REFERÊNCIAS

- AARJ, Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. **Participe do abaixo-assinado em defesa do circuito carioca de feiras orgânicas**, 2020. Disponível em: <<https://aarj.wordpress.com/2020/08/31/participe-do-abaixo-assinado-em-defesa-do-circuito-carioca-de-feiras-organicas/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ABIO, Associação de Agricultores Biológicos do Estado do RJ. **Atuação**. Disponível em: <<https://abiorj.org/atuacao/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- ABREU, Lucimar S. *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, ju./dez. 2012, p. 143-160.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgrafia**, Ano 7, Nº 13, 2005.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoio**, v. 16, n. 1, 2020, p. 32-38.
- ALMEIDA, Layssa R. M. de *et al.* **Experiências de Comercialização de Cestas da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro**. 2020. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <<https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/RelatorioCaCi2020.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. 110p.
- ANDRADE, Sandro L. Produção e comercialização de cultivos orgânicos em feiras ecológicas: o exemplo da feira da Glória, na cidade do Rio de Janeiro. *In*: MARAFON, G.; RIBEIRO, M. A. (Org.) **Revisitando o território fluminense IV**. Rio de Janeiro: Gramma, 2012, v. 4, p. 141-158.
- ANTUNES, Maria. O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro. **Portal Brasil de Fato**. 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- AS-PTA, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Programa de Agricultura Urbana**. Disponível em: <http://aspta.org.br/programas/programa-de-agricultura-urbana/>. Acesso em: 02 abril 2022.
- ASSIS, Renato L. de. **Diagnóstico da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro e propostas para sua difusão**. 1993. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ASSIS, Renato L. de. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. **Cadernos de ciência e tecnologia, Brasília**. V.20, nº 1, jan./abr. 2003, p. 79-96.

ASSIS, Renato L. de. **Agricultura Orgânica e agroecologia**: questões conceituais e processo de conversão. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 35p.

ASSIS, Renato L. de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, jul/dez. 2002, p. 67-80.

AUBRY, Christine e CHIFFOLEAU, Yuna. Le développement des circuits courts et l'agriculture péri-urbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, n. 6, jul/dez. 2009, p. 53-67.

BAPTISTA, Alberto *et al.* **Recomendações de medidas de Política de Apoio aos Circuitos Curtos Agro-Alimentares**: período de programação 2014-2020, ISA, EU, UTAD, Junho 2013.

BARROS, Regina C. Interação rural-urbana e sustentabilidade na geografia agrária. O contexto da agricultura orgânica no Rio de Janeiro. **XX ENGA, Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Francisco Beltrão, Paraná, 2010.

BARROS, Regina C. Agricultura orgânica no Rio de Janeiro: exemplo da interação rural-urbana. Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, **Apostila**, sem data. 16p.

BETTI, Patrícia *et al.* O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. *In*: SNIERDELE, P. A; ALMEIDA, L; VEZZANI, F. M. (org). **Agroecologia**: práticas, mercado e política para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p. 265-294.

BICALHO, Ana Maria de S. M. Different routes to organic farming and Building parteneship networks in Rio de Janeiro States, Brazil. **Proceedings of conference on land use rural sustainability**. Aberdeen Scotaland, 2004.

BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento. **PRONAF**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 4 abril 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos Orgânicos: Sistemas participativos de garantia** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativo. Brasília: Mapa/ACS, 2008a. 44p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle Social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativo. Brasília: Mapa/ACS, 2008b. 24p.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL, Decreto nº 35064 de 25 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre a criação do circuito Carioca de Feiras Orgânicas.** Disponível em: <https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/40320Dec%2035064_2012.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, **Indicação Geográfica.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>>. Acesso em: 18 abril 2021a.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Espacial do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 20 abril 2021b.

BRASIL, Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **O histórico da OCDE e a progressiva aproximação entre o Brasil e o organismo internacional.** Disponível em: <<https://www.gov.br/coaf/pt-br/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 4 mai. 2021c.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CAMPOS, F. **A comercialização de frutas, legumes e verduras (FVL) orgânicos e a inserção do agricultor no estado do Rio de Janeiro.** 2001. 107 p. Dissertação (Mestrado), PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. e MEIRE, Suzana G. de. Agricultura orgânica: uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v. 9, n. 19, out. 2014, p. 149-176.

CANUTO, João Carlos. Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental. **Extensão rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano V, jan./dez., 1998, p. 71-87.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002, p. 13-16.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24 p.

CARNEIRO, Maria José. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. *In*: CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CASSOL, Abel e SHENEIDER, Sergio, Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, 95, 2015, p. 143-177.

CATÃO, Rafael de C.; REOLON, Cleverson Alexander; MIYAZAKI, Vitor K. Interações Espaciais: uma reflexão temática. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 35, set. 2010, p. 231-239.

CONSTANTY, Hadrien e DAROLT, Moacir Roberto. Reconectando agricultores e consumidores ecológicos. *In*: DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. p. 107-132.

CORRÊA, Roberto L. Interações espaciais. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

CORRÊA, Roberto L. Análise Crítica de Textos Geográficos: Breves Notas. **Geo UERJ Revista do departamento de geografia**, UERJ, RJ, n. 14, p.7-18, 2º semestre de 2003.

CORRÊA, Roberto L. Dimensões de análise das Redes Geográficas. *In*: CORRÊA, R. L. **Trajетórias Geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 107-118.

CORRÊA, Roberto L. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**. Presidente Prudente: Unesp, v. 9, nº 16, 2011. P. 199-218.

COSTA, Manoel B. B. *et al.* Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Agroecologia**, 10, 2015, p. 63-75.

CSA, **Comunidades que sustentam a agricultura**. Disponível em: <<http://www.csabrasil.org/csa/>>. Acesso em: 20 abril 2021.

DAROLT, Moacir. Diagnóstico do Setor: panorama geral, entraves, potenciais e o consumo de produtos orgânicos. *In*: CASTRO, C. *et.al.* **Agricultura Orgânica e Agroecologia**. 1. ed. Campinas, 2005. 53p.

DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

DAROLT, Moacir Roberto. Cadeias curtas de comercialização de alimentos orgânicos. In: SPINOSA, Wilma; ROCHA, T. de S.; YAMASHITA, G. B. **Cadeia produtiva de alimentos e produtos orgânicos** [livro eletrônico], Londrina: UEL, 2018.

DAROLT, Moacir Roberto. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. Disponível em: <www.planetaorganico.com>. Acesso em: 04 dez. 2020. S/d.

DAROLT, Moacir Roberto *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XIX, N. 2, p. 1-22, abr.-jun., 2016

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DOM-RIO, Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. **Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário – SEDES** – Regimento Interno do Circuito Carioca, 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/90010666/dom-rj-normal-20-04-2015-pg-91>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. de E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, XLII, 84, 2007, pp. 47-65.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. **Geo UERJ**. Revista do departamento de Geografia, UERJ, RJ, n. 12, 2002, p.23-32.

ESSÊNCIA VITAL, Portal Essência Vital. **Projetos e ações**. Disponível em: <<https://www.essenciavital.org.br/projetos-e-acoes>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Notícias**. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/pt/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FEIDEN, Alberto; FONSECA, Maria Fernanda. de A. C.; ASSIS, Renato. L. Rede Agroecologia Rio: análise crítica de uma ação integrada entre instituições públicas e privadas. **ANPPAS**, 2002.

FERNANDEZ, Annelise Caetano F.; FERREIRA, Fernanda da S. Mercados e territórios: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro. In: ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. de O. (org) **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. E-book, São Leopoldo: Oikos, 2017.

FERRÃO, João. “Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro”. **Eure**, Santiago, v. 26, n. 78, set. 2000.

FERRARI, Dilvan. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 345 p. Tese (Doutorado) –

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FERREIRA, José. Os agentes da construção política de mercados. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 87-99, jul./dez. 2013.

FINATTO, Roberto Antônio. **As transformações no espaço rural e a emergência da agricultura familiar de base agroecológica – Pelotas/RS**. 2010. 121 p. Dissertação (Mestrado), CFCH, UFSC, Florianópolis, SC, 2010.

FIBL, Research Institute of Organic Agriculture. **FIBL – About us**. Disponível em: <<https://www.fibl.org/en/about-us.html>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

FONSECA, Maria Fernanda de A. C. **Agricultura Orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009, 119p.

FONSECA, Maria Fernanda de A. C., *et al.* Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário. *In: CONTERATO, M. A. et al. (Org.). Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 211-224

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/12094-caderno-de-legisla%C3%A7%C3%A3o-2021>>. Acesso em: 20 abril 2021.

GARCIA, Leila P.; DUARTE, Elisete. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da Covid-19 no Brasil. **Epidemia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v.29, n. 2, p. 1-4, maio 2020.

GELBCKE, Daniele L. **Abastecimento de alimentos orgânicos em circuitos de proximidade: o caso da Grande Florianópolis**. 2018. 368 p. Tese (Doutorado) – UFSC, CFCH, PPGE, Florianópolis, 2018.

GOLLO, Alexandre *et al.* ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do RJ; duas iniciativas no pioneirismo da organização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos. *In: GOLLO, A. et al. (Org.). Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas*. 2014, p. 233-248.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

GUIMARÃES, Taila da S. **Circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos: o caso de Nova Friburgo/RJ**, 2017. 94 p. Dissertação (Mestrado), PGO, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2017.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. *In*: Alves, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, V.1, p. 117 – 136.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Mapa de feiras orgânicas e agroecológicas**. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

IFOAM, International Federation of Organic Agriculture Moviments. **IFOAM – About us**. Disponível em: <<https://www.ifoam.bio/>>. Acesso em: 4 fev. 2022.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KIRCHNER, Cornelia; KATTO-ANDRIGHETTO, Joelle; MORA e CASTRO, Flávia. Organic agriculture regulations worldwide: current situation. *In*: WILLER, H. *et al.* **The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021**. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021.

LAGE, Marcela F. R.; ASSIS, Renato L. de e AQUINO, Adriana Maria de. Diagnóstico das feiras de produtos orgânicos e seus consumidores em Belo Horizonte. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 37, n. 1, p.1-16, 2020.

LANDAU, Elena C. *et al.* Variação geográfica do uso de agricultura orgânica. *In*: LANDAU, E. C. *et al.* (Ed.) **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: sistemas agrícolas, paisagem natural e análise integrada do espaço rural**. Brasília, DF; Embrapa, 2020. V.4, cap. 53, p. 1905-1966.

LIMA, Maria do S. B. e MOREIRA, Érika V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 2, p. 27-55, ago/dez. 2015.

LIMA, Caren F. *et al.* A Rede Carioca de Agricultura Urbana e o direito à cidade. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 34, p. 313-337, dez, 2019.

LIMA, Sandra K. *et al.* Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. **IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

LUSTOSA, Maria Cecília J. Novos hábitos, velhos padrões de consumo: possibilidades na pós-pandemia do Covid-19. *In*: YOUNG, C. E. F., e MATHIAS, J. F. C. M. **Covid-19: meio ambiente e políticas públicas**. 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2020. Pp. 169-174.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma contribuição a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182 p. Tese (Doutorado), ICHS, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MACIEL, Mônica J.; MATTEI, Adriano; REMPEL, Claudete. Alimentos orgânicos e legislação. *In*: JOHANN, L.; DALMORO, M.; JACHETTI, M. (Org.) **Alimentos orgânicos: dinâmicas na produção e comercialização**. Lajeado: Editora Univetes, 2019.

MARAFON, Glaucio José. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ** – Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, jun. 1998.

MARAFON, Glaucio José. Transformações no Espaço Agrário Fluminense. Anais: **X Encontro de Geógrafos da América**, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/09.pdf>>. Acesso em: 16.02.2022.

MARAFON, Glaucio José. O Espaço Rural Fluminense em Transformação. **XIII Encontro de geógrafos da América Larina (EGAL)**, 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/16.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARAFON, Glaucio José. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. *In*: MARAFON, G. J., e RIBEIRO, M. A. orgs. **Revisitando o território fluminense, VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp. 105-121.

MARAFON, Glaucio José *et al.* **Geografia do estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4. 424-438, Oct. 2000.

MASCARENHAS, Gilmar. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, v. 54, n. 1, p. 95-121.

MATTE, Alessandra; PREISS, Potira. Protagonismo de produtores e consumidores na construção de mercados alimentares sustentáveis. *In*: VILANI, R. M.; VANZELLA, Elídio; BRAMBILLA, A. (Org.). **Alimentação e sustentabilidade**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste - REN**, Fortaleza, v. 45, 2014, p. 71-79.

MATTEI; Taíse Fátima; MICHELLON, Ednaldo. Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(4): e222254, 2021.

MEDEIROS, Rosa Maria V. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *In*: MEDEIROS, R. M. V., e LINDNER, M. orgs. **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos – Porto Alegre: Evangraf, 2017. pp. 179-189.**

MEIRELES, Taís. **Comunidade que Sustenta a Agricultura: semente para o futuro.** Word Wind Fund – Brasil. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?72582/Comunidade-que-Sustenta-a-Agricultura-semente-para-o-futuro>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MIRANDA, Dayana Lilian. R. *et al.* Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(2), e220071, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.220071>>, acesso em: 23 jul. 2022.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.8, n. 2/número 15, out, 2000.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbanos-rurais: fragmentos de discursos e práticas. *In*: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 67-98.

MORA e CASTRO, Flávia *et al.* Participatory Guarantee Systems in 2020. *In*: WILLER, H. *et al.* **The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021.** Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021

NEUMANN, Estevão; FARJADO, Sergio; MARIN, Mario Z. As transformações recentes no espaço rural brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990. **RAEGA**, v. 40, p. 191-208, ago, 2017.

ORMOND, José Geraldo *et al.* Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, 15, 3-34, 2002.

ORGANIS, Associação de promoção dos orgânicos. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2021.** Disponível em: <<https://www.organicsnet.com.br/site/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-Organis-2021-Amostra.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

PATIAS, Naiana D. e HOHENDORFF, Jean V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em Estudo**, v. 24, e43536, p. 1-14, 2019.

PENTEADO, Silvio Roberto. **Agricultura Orgânica.** Piracicaba: ESALQ – Divisão de biblioteca e documentação, 2001. 41 p.

PEIXOTO, Herval; LANDAU, Lucas. Com entregas, pequenos agricultores driblam crise e veem até aumento de vendas na pandemia. **BBC Brasil.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53357892>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

RANDOPH, Rainer. Novas redes e novas territorialidades. **III Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: AGB, set., 1993, p.171-172.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry e BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, 2003, p. 393-411.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Abordagens analíticas das redes geográficas. **Boletim Goiano de Geografia**, 20 (1-2): Jan./dez., 2000, p. 77-105.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. *In*: MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Estudos de geografia fluminense**, Rio de Janeiro: UERJ, 2002, p. 13-26.

ROCHA, Antônio Carlos L.; RIBEIRO, Miguel Angelo. A expansão da metrópole do Rio de Janeiro e a formação da franja periurbana e perimetropolitana. **Revista Continentes**, UFRRJ, ano 9, n. 16, p. 380-411, 2020.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. de 2006.

RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. *In*: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 271-297.

RUA, João. Metropolização do espaço e inter-relações urbano-rurais no estado do Rio de Janeiro. *In*: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, Montevideo, 2009. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarurbana/159.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022

SAHOTA, Amarjit. The global market for organic food e drink. *In*: WILLER, H. *et al.* **The word organic agriculture: statistics and emerging trends 2021**. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021

SANGALI, Adriana *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. (Org.) **Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n 2, abr-jun, 2015, pp. 225-238, UFLA, MG, Brasil.

SANTOS, Milton, **Técnica espaço e tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMITT, Claudia J.; GRISA, Catia. Agroecologia, Mercado e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *In*: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA,

L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. P. 215-266.

SILVA, Fábio Guilherme C. *et al.* Uso de blockchain para registro de dados de cadeia de suprimentos verde da indústria sucroenergética. **XL Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Foz do Iguaçu, Paraná, 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/217324/1/PC-Uso-Blockchain-ENEGEP-2020.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2022.

SIQUEIRA, Ana Paula P. de *et al.* Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: Construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe – v. 15, nº 2, 2020.

SOUZA, Marilene A. de. **Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa**. Dissertação Universidade Estadual de Montes Claros, 2013, 162 p.

SOUZA, Raquel.; BATISTA, Angelita; CÉSAR, Aldara. As tendências da certificação de orgânicos no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. V. 27, n. 1, fev-mar, 2019.

STRAUCH, Guilherme de F. E.; PALM, Juliano Luís. Uma leitura da trajetória histórica de construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica (PEAPO) no estado do Rio de Janeiro. *In: SOBOURIN, E. et al.* (Org.). **Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais**. Curitiba: CRV, 2019, p. 99-119.

TEIXEIRA, Antônio Marcio e LAGES, Vinícius N. Transformações no espaço rural e a Geografia Rural. Ideias para discussão. **Revista de Geografia**. São Paulo, n.14, 1997, p. 9-33.

TERRAZZAN, Priscila; VALARINI, Pedro José. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v. 39, n. 11, nov. 2009, p. 29-41.

TITTONELL, Pablo *et al.* Emerging responses to the Covid-19 crisis from Family farming and the agroecology movement in Latin American – A rediscovery of food, farmers and collective action. **Agricultural Systems**, v. 190, maio 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308521X21000512>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

TROVATTO, Cássio M. *et al.* A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. *In: SABUICHI, R. H. R. et al.* (Org). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. P. 87-115.

VALENÇA, Tainá. **Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro**. 2016. 106 p. Dissertação (Mestrado), IGEOG, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

VARINI, Federica; HYSA, Xhona. The power of public food procurement: fostering organic production and consumption. *In: WILLER, H. et al. **The word organic agriculture:** statistics and emerging trends 2021.* Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021.

VILELA, Gisele F. *et al.* **Agricultura orgânica no Brasil:** um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. 20 p.

WILLER, Helga *et al.* **The word organic agriculture:** statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics International, 2021.

WOODS, Michael. **Rural.** New York, Routledge. 2010

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com as organizações que gerenciam as feiras do
CCFO

1- Nome do entrevistado e organização que pertence.

2- Histórico e objetivo de criação da instituição.

3- Como funciona a coordenação da feira?

4- Quantas feiras gerenciam no circuito? Pretendem aumentar o número de feiras?

5- Qual a relação de apoio da prefeitura do Rio de Janeiro com o circuito?

6- Existem outras instituições que apoiam o circuito?

7- Qual o número de produtores participantes da feira? Quais as principais dificuldades e oportunidades dos feirantes no CCFO?

8- Qual o nível de satisfação com CCFO?

9- Como as instituições lidaram no momento pandêmico? Existiram estratégias diferenciadas de venda?

10- Como você avalia o futuro do CCFO para os próximos anos?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com produtores que participam das feiras do CCFO
(baseado em ASSIS, 1993; VALENÇA, 2016).

Feira: _____ Data: _____

1- Identificação do produtor

Nome: _____ Idade: _____

Nome da propriedade/ município: _____

Produtor: () individual ou () grupo

Escolaridade:

() Fundamental incompleto

() Fundamental completo

() Médio incompleto

() Médio completo

() Graduando

() Graduado

() Pós-graduado

2- Sempre trabalhou com produção agrícola?

3- Sempre produziu de modo orgânico? Quanto tempo?

4- Motivos para produzir organicamente? Resposta em ordem de importância.

() saúde pessoal

() convicção ideológica

() conservação dos recursos naturais

() opção de vida

() saúde do consumidor

() condição econômica/ preços

5- Ano em que começou a participar das feiras do CCFO? Participa de outras feiras?

6- Quais os principais produtos comercializados? Responda na ordem de importância.

() olerícola

() frutas

() grãos

() processados origem vegetal

- processados origem animal
- produtos de origem animal

7- Quais canais de comercialização utiliza? Responda na ordem de importância.

- feira
- na propriedade
- cestas
- lojas
- institucional (PNAE e PAA)
- outros

8- Dificuldades para produzir organicamente. Responda na ordem de importância.

- comercialização
- aprendizado do manejo da agricultura orgânica
- obtenção de informações
- disponibilidade de mão de obra
- crédito agrícola
- obtenção de insumos apropriados

9- Quais principais pontos fortes da feira?

10- Quais dificuldades na comercialização nas feiras?

11- Você vive apenas da produção orgânica? Se não, como complementa a renda? Qual principal fonte de renda?

12- Estimula os consumidores a conhecer a propriedade? () sim () não. Como?

13- No período da pandemia (Covid-19):

a) Conseguiu continuar a produção e comercialização?

b) Adotou estratégias diferenciadas na comercialização?

c) A procura por produtos orgânicos diminuiu ou aumentou neste período?

14- Além das instituições que fazem parte diretamente do CCFO, quais outras instituições auxiliam no circuito?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com consumidores das feiras do CCFO

Feira: _____

Data: _____

Nome: _____

1- Local de moradia: _____

2- Motivação para consumo de produtos da agricultura orgânica. Resposta em ordem de preferência.

- saúde pessoal da família
- qualidade do produto e sabor
- preocupação com o meio ambiente
- ajuda a agricultura familiar
- preço
- outros: _____

3- Entendimento do entrevistado do que seja um produto orgânico:

- associada ao não uso de agrotóxicos
- relacionada com um alimento saudável ou de melhor qualidade nutricional
- aparência do produto

4- O que dificulta a aquisição de produtos orgânicos?

- preço alto
- falta de regularidade
- falta de qualidade
- pouca variedade
- outros: _____

5- Onde você prefere comprar produtos orgânicos. Resposta em ordem de preferência.

- feiras
- supermercados
- hortifruti
- lojas de produtos naturais
- cestas orgânicas
- grupos de compras coletivas
- outros: _____

6- Você participa de algum grupo de compras coletivas? sim não. Teria interesse em participar? sim não

7- Frequência de consumo de produtos da agricultura orgânica?

- sempre
- eventualmente
- muito eventualmente
- nunca

8- Quais as principais razões pelas quais vem à feira orgânica?

- acesso à informação [origem procedência dos produtos]
- relação com os produtores
- preço
- qualidade dos produtos

outra: _____

9- Considera a certificação dos produtos na feira orgânica primordial ou compraria sem certificação (na confiança)?

- só compro produtos certificados
- compraria sem certificação

10- Características pessoais

a) Faixa etária:

- 20 a 29
- 30 a 39
- 40 a 49
- 50 a 59
- 60 a 69
- 70 a 79
- 80 a 89
- acima de 90

b) Escolaridade:

- fundamental
- médio
- graduando
- graduado
- pós-graduado

c) Renda familiar:

- 1-3 SM (1.212,00 – 3.636,00)
- 3-6 SM (3.637,00 – 7.272,00)
- 6-9 SM (7.273,00 – 10.908,00)
- 12-15 SM (14.545,00 – 18.180,00)
- >15 SM
- Não informou